O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927) 150 ANOS Quinta-feira 16 de JANEIRO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 47938 | estadao.com.br

Oriente Médio _A12 e A13

Israel e Hamas acertam cessar-fogo, com libertação de reféns e prisioneiros

• EUA, Catar e Egito mediaram acordo • Devolução de reféns começa domingo • Reconstrução de Gaza deve custar US$ 40 bi

Quinze meses após o início da guerra entre Hamas e Israel, negociadores de ambos os lados concordaram com um cessar-fogo de seis semanas, acompanhado de libertação de reféns em Gaza e de prisioneiros palestinos. O acordo foi confirmado por Joe Biden, Donald Trump e líderes de Catar e Egito, mas precisa ser ratificado pelo gabinete do primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu. O cessar-fogo deve começar no domingo. A primeira fase do acordo prevê a retirada das forças israelenses de Gaza e a libertação de 33 reféns ao longo de 42 dias. Acredita-se que cerca de 100 reféns israelenses ainda estejam no território palestino, mas pelo menos 35 estariam mortos. Não foi informado o número de presos palestinos que seriam libertados. Outros passos são a entrada de ajuda humanitária e a reconstrução da Faixa de Gaza, que em um cálculo otimista de especialistas da ONU custaria US$ 40 bilhões. A guerra começou em resposta ao ataque terrorista do Hamas que matou 1,2 mil pessoas em Israel. De acordo com o Hamas, os bombardeios israelenses mataram mais de 40 mil palestinos.

Cenário _A13

Força de Trump e fraqueza do Hamas contaram

ABDEL KAREEM HANA/AP





JACK GUEZ/AFP

Alívio geral: na primeira imagem, Gaza; na segunda foto, libertação de reféns é pedida em Tel-Aviv

E&N Aviação _B6

Gol e Azul negociam fusão que cria gigante do setor aéreo

Transação está sujeita à consolidação do plano de reorganização da Gol. Presidente da Azul, John Rodgerson, disse que a fusão criará uma empresa "forte" e operação pode sair ainda neste ano.

E&N Contra boataria _B1

Após onda de fake news, governo recua em ordem para monitorar Pix

Checagem de movimentações acima de R$ 5 mil não será mais feita e uma MP reforçará veto a uma taxação.

E&N A pedido da AGU _B2

PF vai apurar origem das informações falsas

Coluna do Estadão _A2

Ala do PT vê erro em revogação

William Waack _A7

Uma questão de credibilidade

Alvaro Gribel _B4

Desinformação interdita o debate

Combate à criminalidade _A6

Ministro da Justiça modifica PEC da Segurança; texto deve ir ao Congresso

Após queixas de governadores, texto reforça autonomia dos Estados no combate ao crime. PF e PRF vão mudar.

Campeonato Paulista _A19

Em busca do tetra, Palmeiras vence na estreia

Maurício (foto) marcou os dois gols do jogo contra a Portuguesa. Em torneio nos EUA, São Paulo e Cruzeiro empataram.



PETER LEONE/O FOTOGRAFICO/AG. O GLOBO

Nunes x 99 _A16

Justiça barra tentativa de app de oferecer mototáxi em SP

Saúde _A17

Rio Preto registra 6,6 mil casos suspeitos de dengue

Link Especial CES 2025 _D1 a D4

Maior evento de tecnologia traz tendências em IA e robôs

Notas e Informações _A3

Lula escolhe seu inimigo

Novo ministro da propaganda diz que governo está em guerra contra big techs.

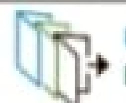
Não foi por falta de aviso

Judiciário _A8

No TJ de Minas, 97% dos salários dos magistrados extrapolam o teto

Em 2024, 32 juízes receberam valores superiores a R$ 300 mil líquidos. O maior caso foi de R$ 495,3 mil, em junho.

Edição de hoje
4 CADERNOS – 48 páginas



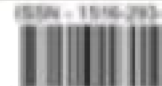
Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios Destacar Link



C2. Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
21° Mín. 23° Máx.

ISSN - 1516-293-1



ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO (INTERINO) E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Ala do PT vê mais um erro do governo Lula em revogação de medida do Pix e teme Nikolas

Integrantes do PT veem uma série de equívocos do governo Lula na controvérsia sobre o Pix e avaliam que a Receita Federal cometeu um novo erro: a decisão de revogar a fiscalização nas transações após uma onda de fake news sobre suposta taxação do meio de pagamento. Parlamentares do partido ouvidos sob reserva pela *Coluna* dizem que voltar atrás na medida só reforça o discurso sem provas do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) de que o Planalto poderia taxar o Pix. A esperança é de que o novo ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, consiga logo fazer um freio de arrumação nos anúncios de ministérios. Ao assumir o cargo na terça-feira, 14, o marqueteiro da campanha eleitoral vitoriosa de Lula defendeu o combate a informações falsas.

• **RESULTADO.** Há uma avaliação de que Nikolas sai como "herói" porque, ao revogar o monitoramento do Pix, o governo abre brecha para a população vê-lo como um político que conseguiu fazer Lula voltar atrás em uma medida impopular. Um vídeo do deputado bolsonarista sobre o assunto atingiu mais de 200 milhões de visualizações no Instagram.

• **CONTRAPONTO.** Outros petistas viram o Planalto sem saída. "Essa discussão estava contaminada por desinformação em nível quase criminoso. Em que pese que a oposição possa celebrar, é uma guinada do governo para interromper a narrativa mentirosa espalhada pelos extremistas nas redes sociais", afirmou o deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA).

• **CRÍTICA.** Veterano defensor da reforma tributária, o deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) chamou de "covardia" a decisão do governo de recuar e interromper a fiscalização do Pix.

• **ARGUMENTO.** "É uma vergonha, presidente Lula, você revogar essa medida. A culpa é sua, e você está prevaricando. É uma contradição às normas já aplicadas no Brasil de fiscalização", declarou Hauly. Ele defende que monitorar as transações do Pix é apenas um aperfeiçoamento do que já está previsto em lei para coibir a sonegação de impostos no País.

• **FOLGA.** Paulo Pimenta (PT-RS) voltou a ocupar o cargo de deputado federal na terça-feira, 14, após passar a Sidônio a chefia da Secom. "Estou em férias", afirmou o ex-ministro à *Coluna*. Ele aproveitará agora o recesso do Congresso, que vai até o dia 1.º de fevereiro.

• **MISTÉRIO.** Pimenta aguardará a definição de Lula sobre seu destino. Um opção é assumir o comando da Secretaria de Governo. Já a ideia de ocupar a liderança do Planalto na Câmara não caiu bem nem mesmo entre petistas, como mostrou a *Coluna*.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Sidônio Palmeira,
ministro da Secretaria de Comunicação Social

• **PRÓXIMO.** O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vai publicar hoje uma portaria que suspende o bloqueio de benefícios previdenciários por falta de prova de vida. Essa regra havia perdido a validade em dezembro. Nesse intervalo, nenhum pagamento de benefício será cortado.

• **PRESENTE.** Desde 2023, o INSS passou a fazer a prova de vida automaticamente, com cruzamento de dados de órgãos públicos, a exemplo da Justiça Eleitoral. Antes disso, cabia aos beneficiários, a exemplo de aposentados, comprovar presencialmente, uma vez ao ano, que estavam vivos.

PRONTO, FALEI!



Rosana Valle
Deputada federal (PL-SP)

"O governo do PT é atrapalhado, não tem plano econômico, mas tem ânsia de arrecadar, sempre à custa de quem trabalha e faz o País andar. Uma lambança."

CLICK

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM



José Guimarães
Líder do governo na Câmara

Durante visita à obra chamada de "Malha D'água", desenvolvida entre as localidades de Senador Pompeu e Milhã, no interior do Ceará, na quarta-feira, 15.

ESTADÃO
NEWSLETTER
Pílula
Inscreva-se para receber um resumo leve e descontraído dos fatos do dia.
Use o QR code abaixo para **inscrever-se** e receber por e-mail, de **segunda a sexta, sempre no final de tarde.**
EXCLUSIVA PARA ASSINANTES
bit.ly/news-pilula

QUINTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

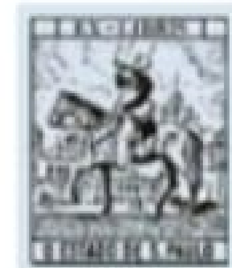
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Lula escolhe seu inimigo



Novo ministro da propaganda diz que o governo está em guerra contra as 'big techs' porque 'a mentira nos ambientes digitais ameaça a humanidade' – e só Lula, claro, é capaz de salvá-la

Cumprindo rigorosamente o que foi chamado a fazer, o novo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sidônio Palmeira, anunciou que o governo de Lula da Silva está em guerra contra as "big techs" para salvar a humanidade.

É o que se depreende do discurso de posse do marqueteiro, que não tem experiência nenhuma em administração pública nem em comunicação institucional, mas conhece como poucos os truques da parolagem eleitoreira e a cabeça de Lula. É a transformação da Secretaria de Comunicação Social em Ministério da Propaganda.

Inventar um inimigo insidioso para gerar medo e galvanizar eleitores é uma estratégia manjada no manual do populismo autoritário. Se "a mentira nos ambientes digitais fomentada pela extrema direita cria uma cortina de fumaça na vida real, manipula pessoas inocentes e ameaça a humanidade", como discursou Palmeira, então urge que se dê total apoio a Lula, já que o demiurgo petista se apresenta como o líder natural dessa resistência ao mal existencial causado pelas insaciáveis "big techs".

Eis aí o lulopetismo em estado puro. Para essa turma, "embate político" no ambiente digital significa estigmatizar tudo o que desagrada a Lula, ao governo e ao PT como "fake news", "desinformação" e, no limite, "ataque à democracia", o que beira o ridículo. Isso ficou cristalino no discurso de Palmeira, sobretudo quando ele afirma que "a população não consegue ver o governo em suas virtudes" porque, no seu entender, há uma "cortina de fumaça" causada pelas "fake news" que impede que as informações sobre as maravilhas do governo Lula cheguem aos brasileiros. Em tom grandiloquente, o novo ministro atribuiu à comunicação institucional um papel que ela não tem, qual seja, o de ser a "guardiã da democracia" em face do que ele classificou como o "faroeste" que, em sua visão, impera nas redes sociais.

Em outras palavras, o governo Lula se apresenta não só como portador da "verdade" contra as "mentiras" de seus opositores nas redes sociais, mas também como o xerife que enfrentará os bandidos no tal "faroeste" da internet. E o presidente já encarnou esse papel, ao dizer que sancionou a nova lei que proíbe celulares nas escolas para "enfrentar a revolução da mentira" e das "fake news", promovida por "gente que não presta e mente descaradamente". "É por isso que nós tomamos a decisão de proibir celular na educação. A gente proibiu para defender as nossas crianças. A gente proibiu para defender os nossos professores. Para defender a nossa educação. Nós queremos continuar humanistas, nós não queremos virar algoritmos nesse mundo."

Ora, a nova lei não se presta a isso, e sim a resguardar o processo de aprendizagem, o que inclui, fundamentalmente, o respeito e a valorização do trabalho dos professores em sala de aula e a atenção total do aluno ao que ali se ensina, sem distrações.

Para os petistas, contudo, a verdade factual nunca importou – e, em muitos casos, é considerada um estorvo. Note-se que na mesma cerimônia em que o ministro Sidônio Palmeira anunciava sua guerra sem quartel contra a desinformação, seu antecessor, Paulo Pimenta, se referiu ao impeachment constitucional da presidente Dilma Rousseff como "golpe" – uma "fake news" que os petistas repetem incessantemente na expectativa de que se torne verdade. Pimenta se disse "petista raiz", mas nem precisava.

Já deu para perceber, portanto, qual será a estratégia do lulopetismo na segunda metade do mandato de Lula: inventar uma guerra contra os magnatas estrangeiros da internet para que se pare de falar em inflação, contas públicas deterioradas e dificuldades na articulação política. Mais uma vez, cria-se a "narrativa" de que a democracia está em risco e que apenas Lula é capaz de salvá-la. Ou seja, sem ter o que entregar de concreto como realização de seu governo para reivindicar um novo mandato na eleição de 2026, resta a Lula a mistificação, sua especialidade.●

Não foi por falta de aviso

Proposta de pagamento de dívidas estaduais criada pelo Senado e sancionada por Lula não agrada a governadores dos Estados endividados, que mais parecem buscar perdão, e não renegociação

O governo Lula da Silva deve estar arrependido de ter assentido com a possibilidade de renegociar a dívida dos Estados mais encalacrados do País. A despeito das generosas condições oferecidas pela União, os Estados, para surpresa de ninguém, não ficaram satisfeitos. Querem mais, e é bem possível que consigam, seja via Legislativo, seja com a ajuda do Judiciário.

Se todos os Estados aderirem ao programa, a União terá de arcar com até R$ 106 bilhões nos próximos cinco anos. Atualmente, a dívida está em cerca de R$ 760 bilhões, mas quatro Estados respondem por 90% do valor e seriam os principais beneficiários da negociação: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O projeto foi elaborado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que priorizou critérios para atender Minas Gerais. Mas, durante a tramitação, o Legislativo acatou sugestões dadas por outros Estados endividados e por aqueles que não apresentavam dificuldades financeiras, mas que viram no texto uma oportunidade de obter receitas extras por meio de um fundo de equalização.

Como era previsível, os Estados exageraram. E o governo Lula da Silva, ainda que tenha mantido a essência gastadora do projeto, como a possibilidade de reduzir de 4% para zero a taxa de juros das dívidas estaduais, mantendo apenas a correção pela inflação, acabou por vetar os trechos mais escandalosos.

Entre eles está o que previa acúmulo de benefícios entre o programa anterior e o que acaba de ser criado, o que faria com que a União continuasse a arcar com dívidas estaduais com bancos e organismos multilaterais. O outro é o que possibilitaria o abatimento das parcelas com o uso de recursos de um fundo criado na reforma tributária para incentivo a regiões mais pobres.

Foi o suficiente para revoltar os governadores – e produzir verdadeiras pérolas. Nas redes sociais, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, disse que o Executivo federal "quer que os Estados paguem a conta de sua gastança", sem mencionar que o Estado ficou anos sem pagar sua própria dívida.

Em luto, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, afirmou ser um "dia triste para o federalismo brasileiro", que teria sido "golpeado pelas costas". Cobrou ainda "espírito público" dos conselheiros do presidente Lula da Silva. "Essa ideia de um único país, um único povo, foi abandonada definitivamente", lamentou, omitindo o calote que deu na União quando privatizou a Cedae.

Mais contido, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou ter recebido "com extrema preocupação e indignação" os vetos presidenciais e cobrou a manutenção da suspensão da dívida do Estado por três anos em razão das enchentes que afetaram o Estado no ano passado.

Por óbvio, nenhum deles destacou as enormes vantagens da proposta, como pagar um empréstimo sem juros ao longo de 30 anos, condição que apenas os pais oferecem aos próprios filhos. Tampouco lembraram que o Tesouro tem emitido títulos a uma taxa média de juros de quase 8% ao ano, o que significa que as condições anteriores à sanção da lei já são bastante interessantes.

A julgar pelas declarações dos governadores Romeu Zema, Cláudio Castro e Eduardo Leite, eles não almejam uma renegociação de suas dívidas, mas sim o perdão. Para isso, os três prometem mobilizar suas bancadas na Câmara e no Senado para convencer o Congresso a derrubar os vetos.

Em meio à gritaria, o eloquente silêncio do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, expôs um racha no grupo e mostrou que nem todos estão dispostos a comprar uma briga tão desarrazoada. Todos os outros 22 Estados e o Distrito Federal não acumulam dívidas tão relevantes, mas provavelmente vão analisar a possibilidade de aderir.

É bom lembrar a origem desse imbróglio. Tudo começou com a ideia – provavelmente tida como genial – do Programa "Juros por Educação", por meio do qual o governo pretendia reduzir, por cinco anos, as taxas que corrigem a dívida dos Estados a 2% ou 3% para aqueles que se comprometessem a criar vagas na educação profissional técnica e a ampliar o ensino médio integral. Deu no que deu.●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Meta de variação do PIB, além da de inflação

Roberto Macedo

A inflação brasileira ultrapassou o teto da sua meta em 2024, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o índice de preços que pauta a meta da política monetária, subindo 4,83% no ano. A meta é de 3% ao ano, mas com margem de tolerância de 1,5% para cima ou para baixo, que considero alta. Ou seja, 4,5% é o limite superior que em 2024 foi ultrapassado pelos 4,83% citados.

Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Lula da Silva e que recentemente assumiu a presidência do Banco Central (BC), precisou escrever uma carta explicando o porquê dessa ultrapassagem indesejada. Citou o crescimento da atividade econômica, o dólar em alta e o clima, este prejudicando a oferta de alimentos. Por trás do crescimento da atividade econômica esteve também a política fiscal federal expansionista, que não mencionou explicitamente.

Segundo o economista Antonio Evaristo Teixeira Lanzana, conselheiro da Fecomercio, esse crescimento teve inicialmente menos efeitos inflacionários pois houve algum aumento da capacidade produtiva mesmo em anos de baixo crescimento, mas o efeito cumulativo desse crescimento do potencial da oferta foi se esgotando com o maior aumento da demanda.

Essa maior inflação de 2024 vai ser transferida a preços em 2025 por força da indexação anual de vários itens, com o que se espera que a inflação ainda cresça um pouco antes de possivelmente cair pelo efeito da política monetária restritiva. E terminaria o ano ainda um pouco maior do que em 2024. A previsão do *Boletim Focus* do BC da última sexta-feira é de que fecharia o ano em 5% e cairia para 4,05% em 2026. Juros mais altos devem inibir a oferta e a demanda nesse contexto. Ainda com dificuldades na área fiscal e chegando mais próximo do ano eleitoral de 2026, é pouco provável que o governo Lula vá fazer alguma contenção mais forte nessa área, e o risco é até de mais aumento.

Essa situação de incertezas, em particular na área fiscal, de sua parte afeta também o câmbio. A Bolsa segue sem um crescimento sustentável do Ibovespa, não têm havido novas ofertas iniciais de ações, e houve até saída de dólares do País.

Meta inicial de 4% para crescimento sustentável do PIB levaria à discussão dos fatores que hoje conduzem a taxas menores

Nesse contexto, o crescimento deve sofrer, mas também por uma razão que o vem prejudicando desde os anos 1980, conforme tenho enfatizado em meus artigos. Com a expansão dos programas sociais que veio a partir de então, o governo sacrificou muito os investimentos públicos em formação bruta de capital fixo, como em infraestrutura, que antes já haviam ficado próximo de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mas hoje já estão próximos de 2%. Mesmo quando temos um período em que o PIB cresce perto de 3%, como recentemente, o que também é uma taxa pequena em comparações internacionais, faltando mais investimentos ele perde o fôlego, como se espera em 2025, cuja previsão pelo mesmo *Boletim Focus* citado é de um aumento de apenas 2%. Ou seja, de novo a praxe é de o PIB voltar a um período de maré baixa.

Mas quase nada se discute a respeito desse baixo crescimento do PIB. O Executivo pouco fala do assunto e o Congresso se interessa mesmo é pelo crescimento das emendas parlamentares que asseguram apoio eleitoral, e esse absurdo continua sendo mantido. A sociedade em geral também segue com baixas aspirações em termos de um crescimento maior do PIB, com o que não se articula para cobrar políticas econômicas nessa direção.

Percebendo isso, acho que o País deveria estabelecer também uma meta para o crescimento do PIB. Como visto acima, a meta de inflação estimula muito a discussão das causas subjacentes ao seu não alcance e como resolvê-las. E sem um crescimento maior do PIB quase tudo de bom deixa de ser ampliado: a produção de bens e serviços, os empregos, os salários, a arrecadação de impostos, os serviços públicos e por aí afora.

Uma meta de 4% para a taxa anual do PIB seria um bom começo. Se alcançada por alguns anos deveríamos buscar meta maior. E deveria ser fixada pelo governo como um todo, reunindo-se os Três Poderes para essa finalidade, pois a eles cabem ações nessa direção. Para realçar a importância do tema, a fixação da meta poderia caber ao Conselho da República previsto nos artigos 89 e 90 da Constituição. A redução dos investimentos públicos, citada acima, certamente seria uma das causas a serem examinadas.

Se a meta não fosse alcançada, todos os Três Poderes deveriam dar suas explicações sobre as várias causas e propor soluções para resolvê-las. Não tem havido uma discussão profunda e séria quanto à busca de um crescimento do PIB mais forte e sustentável. A sociedade precisaria se envolver nessa discussão por meio de suas entidades representativas. Entre outras autoridades, o conselho citado inclui o presidente da República, o da Câmara dos Deputados e do Senado, vários ministros e também "seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, sendo dois nomeados pelo presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados". ●

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada • **E-mail:** forum@estadao.com

Governo Lula

Propaganda da gestão

O marqueteiro Sidônio Palmeira assumiu a Secretaria de Comunicação Social (Secom) com o intuito de melhorar a imagem do governo, enfrentar *fake news* e "mostrar os feitos" dos diversos ministérios. Está certo. O que se espera de qualquer governo é que faça propaganda de si próprio, inclusive com intuitos eleitorais. Entretanto, Sidônio terá um trabalho homérico e não é difícil entender o porquê. Quem construiu a imagem do atual governo foi o presidente Lula da Silva e o PT, vários ministérios não mostraram feitos, pois não há nada a mostrar e será difícil combater *fake news* se o próprio governo frequentemente recorre a meias verdades para governar. Ou seja, o novo ministro da Secom só conseguirá fazer uma boa propaganda do governo se o governo fizer sua parte primeiro.

Luciano Harary
São Paulo

Poder Judiciário

'Superbrasileiros'

Inicialmente, parabéns ao **Estadão** por manter viva a questão dos vencimentos moralmente inaceitáveis, haja vista serem frutos (penduricalhos) de decisões internas dos Tribunais de Justiça espalhados nos Estados da Federação. Parece-nos que os supersalários fazem parte da estrutura do próprio Poder Judiciário, e assim os *superbrasileiros* que os recebem sentem-se totalmente confortáveis e sem qualquer constrangimento, pois creem ter esse direito. É preciso nos esforçarmos por um Brasil sem mordomia, austero e transparente.

Paulo Sérgio de Avelar Seixa
Ervália (MG)

Tribunal de Alagoas

Ao ler que o Tribunal de Alagoas aprovou benefícios de até R$ 438 mil para juízes, só me restou bater palmas, afinal trata-se de Estado rico, onde toda a população é atendida como se vivesse no Primeiro Mundo, onde todos têm água tratada e esgoto e excelência em ensino e saúde.

Paulo T. Juvenal Santos
São Paulo

Estatais

Ao Estado o que é do Estado

Parabéns ao **Estadão** pela excelente entrevista com o engenheiro Wilson Ferreira Jr. (*'O Brasil é o celeiro energético do mundo'*, 15/1, B6). Impressionante a trajetória profissional desse jovem executivo. Além de autoridade técnica, destacou-se como dirigente de altíssimo nível de empresas privadas e estatais, como a Eletrobras. Ele provou, como CEO desta última, que, no rumo certo, com autonomia de comando, é possível sim uma empresa com controle acionário do Estado atingir seus objetivos e buscar, concomitantemente, resultados empresariais. Basta atuar supletivamente à iniciativa privada e acabar com o deplorável aparelhamento político, condição que, na época, lhe foi dada. Como resposta à indecência que se verifica atualmente na gestão dessas empresas, o Congresso deveria deixar claro que o comando da estatal não é do governo, e sim do Estado, seu acionista. Como tal, os seus votos nas assembleias de acionistas terão peso na proporção do seu capital investido, com um conselho de administração escolhido na mesma configuração e proporção, como o Executivo indicando apenas um terço dos seus membros e com reconhecida idoneidade técnica e moral, como é o caso do entrevistado. Os demais postos a completar a representação estatal seriam preenchidos por membros natos – definidos em lei – com interesses no desenvolvimento e perpetuidade da companhia.

Nilson Otávio de Oliveira
São Paulo

Mobilidade

Odorico Paraguaçu

Excelente a coluna do caderno *Mobilidade* do **Estadão** desta quarta-feira (*Sucupira está de volta?*, 15/1, D8). Se não quiserem se igualar ao deplorável prefeito de Sucupira, da novela O *Bem-Amado*, os prefeitos devem assumir suas obrigações e responsabilidades na gestão e fiscalização do espaço de locomoção de suas cidades, defendendo a segurança e a vida das pessoas, cumprindo e fazendo cumprir o que a legislação determina.

Jaques Mendel Rechter
São Paulo

Correção

Em parte dos exemplares do **Estadão** de quarta-feira, a frase atribuída a Giordano Bruno no primeiro editorial da página A3 foi grafada incorretamente. O dito italiano correto é: *se non è vero, è ben trovato.*

ESPAÇO ABERTO

Os números do Orçamento de 2025

Felipe Salto

Os dados do Siga Brasil, sistema do Senado que reproduz a execução orçamentária do governo, apontam um déficit primário (sem juros da dívida pública) de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) ou R$ 44,6 bilhões em 2024. É uma cifra bem melhor do que a obtida em 2023, quando o rombo fora de cerca de 1,6% do PIB, já descontados os precatórios pagos extraordinariamente a partir do comando do Supremo Tribunal Federal (STF).

A meta fiscal de 2024 foi cumprida. Apesar de o compromisso legal ser o resultado zero, há uma banda inferior de déficit de R$ 28,8 bilhões (ou 0,25% do PIB). Como os gastos realizados para o Rio Grande do Sul são abatidos do resultado oficial, o déficit para fins de verificação da meta terminou 2024 em algo como 0,13% do PIB.

A evolução da arrecadação foi muito positiva e colaborou para esse resultado. Para ter claro, fruto de medidas adotadas desde 2023 e de ações de fiscalização e cobrança de tributos, além do desempenho do PIB acima do esperado. As receitas devem ter crescido perto de 9% em termos reais. Já nas despesas, descontando-se da base de 2023 os tais precatórios volumosos, alta de 4%.

Antes de tudo, portanto, é preciso reconhecer a melhora expressiva ocorrida na política fiscal entre 2023 e 2024. Ignorar esse fato é erro ou má-fé. Em segundo lugar, temos de refletir sobre o desafio que se coloca ao governo.

O dólar em nível elevado reflete a desconfiança dos agentes econômicos e já pressiona a inflação. O risco percebido pelos investidores traduz-se em retração nos fluxos financeiros líquidos para o País, a despeito da boa situação da balança comercial. Os juros, por sua vez, aumentam, na esteira das expectativas de inflação e dessas percepções de um quadro potencialmente mais intrincado para a dívida pública, sobretudo sob crescimento econômico menor.

É um círculo vicioso a ser rompido. A tarefa do governo é indicar um desenho menos turvo para o curto e o médio prazos. A dívida pública está cada vez mais perto dos 80% do PIB. Para estabilizá-la e mostrar capacidade de obter financiamento a taxas de juros razoáveis, saldar seus compromissos e cumprir com suas obrigações, cabe desfazer os ruídos gerados desde o anúncio do último pacote de medidas fiscais.

O Orçamento de 2025 ainda não está aprovado. Começamos o ano sob as regras de execução limitada de gastos não obrigatórios e de pagamento das despesas inescapáveis, a exemplo dos salários dos servidores públicos, das aposentadorias, etc.

> ***O ajuste fiscal precisa ser permanente e, do lado do mercado, espera-se maior boa vontade com aquilo que de positivo acontecer***

Mas quais os números para este ano? As receitas projetadas pelo governo para 2025 estão em R$ 2,349 trilhões. As despesas obrigatórias, em R$ 2,128 trilhões, excluindo-se os precatórios que poderão ser executados por fora das regras fiscais, conforme decisão do STF (R$ 44,1 bilhões). A meta fiscal é zero, mas a banda inferior é de R$ 31 bilhões (0,25% do PIB).

Assim, o espaço para despesas discricionárias seria de R$ 252,2 bilhões em 2025. Mas a proposta orçamentária prevê R$ 217,5 bilhões. O leitor já percebeu que esses números levariam, portanto, a um ligeiro superávit. O problema, entretanto, é que as receitas estão infladas. Há pelo menos R$ 67,3 bilhões em arrecadação a mais em relação a nossas estimativas na Warren para 2025.

Isso acontece porque o governo contemplou, no envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso, um volume elevadíssimo de receitas incertas. O primeiro exemplo é a majoração da CSLL e do Imposto de Renda sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP), que não vai ocorrer. O segundo é um volume de compensações pela desoneração da folha de pagamentos.

Além desses dois, há uma miríade de rubricas com as quais o governo conta para entregar o superávit mencionado. Mesmo considerando que parte desse volume de mais de R$ 160 bilhões se materialize, remanesce a diferença mencionada de quase R$ 70 bilhões.

Trocando em miúdos, será preciso um contingenciamento de despesas discricionárias, em nossos cálculos, de ao menos R$ 35 bilhões. Esse número viabilizaria a banda inferior da meta zero, descontados os efeitos dos precatórios. Assim, para entregar um déficit de R$ 75,1 bilhões ou 0,6% do PIB, em 2025, o governo terá de cortar R$ 35 bilhões.

Se a arrecadação surpreender ou se o pacote fiscal produzir efeito superior ao que consideramos em nossas projeções de despesas (aproximadamente 60% do estimado pelo governo), as coisas podem ficar mais palatáveis. Não se pode trabalhar, no entanto, no limite da navalha.

É melhor, ao contrário, produzir, logo após o Orçamento aprovado pelo Congresso, um contingenciamento relevante. Esse, sim, seria um sinal concreto de compromisso mínimo com as metas estipuladas para a evolução das contas públicas.

Na Warren, desde julho, indicamos que não haveria alteração da meta e que o governo conseguiria entregar o resultado prometido. Vislumbramos uma dinâmica claramente melhor do que a projetada, inicialmente, para as receitas, e promovemos as alterações em nossas estimativas.

O bom desempenho de 2024, contudo, não anula a grande tarefa pela frente em 2025. O ajuste fiscal precisa ser permanente e, do lado do mercado, espera-se maior boa vontade com aquilo que de positivo acontecer. A César o que é de César. ●

ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN INVESTIMENTOS. FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TEMA DO DIA

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO



Educação

Lei que proíbe celulares em escolas públicas e privadas é sancionada sem vetos

A proposta permite que estudantes portem o celular nas instituições de ensino, porém limita o uso a situações excepcionais – emergências por motivo de saúde ou de força maior. É válida para toda a educação básica. ●

19.161 interações

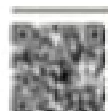
Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Precisar de uma lei pra fazer adolescente seguir regra é simplesmente uma falência da família, da escola, da sociedade!"
ANA CLARA

● "Mais uma lei que não será cumprida."
HERMANN VARGENS

● "Permitir celular em sala de aula é como permitir droga em centro de reabilitação."
FAGUNDES RODRIGUES

● "Onde vamos parar? Enquanto isso, em outros países as crianças já possuem aprendizado aliado à IA e realidade virtual."
MATHEUS H. DUTRA RANGEL



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LOBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

INDUSTRIEBLICK/ADOBE STOCK

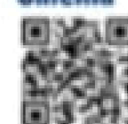


Sua carreira



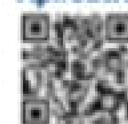
Os 25 empregos em alta no Brasil em 2025. ●
https://encr.pw/6DmNj

Cinema



Ainda Estou Aqui é indicado ao 'Oscar britânico'. ●
https://encr.pw/N5V66

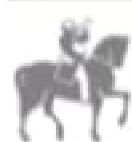
Aplicativo do Estadão



Receba alertas em tempo real das últimas notícias. ●
https://bit.ly/3D0iGb6

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02588-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com

Eufrázio



Federação

Nova PEC da Segurança põe foco na garantia das competências estaduais

Proposta apresentada pelo ministro da Justiça assegura que prerrogativas da União não irão restringir as dos Estados e do DF; PRF passaria a ser ostensiva, denominada Polícia Viária Federal

GUILHERME CAETANO
BRASÍLIA

O Ministério da Justiça divulgou ontem a nova versão da PEC da Segurança Pública, que amplia as atribuições da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e inclui na Constituição o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e os fundos nacionais de financiamento do setor. A proposta de emenda constitucional, que começou a ser elaborada na gestão do ministro Ricardo Lewandowski, passou por uma rodada de conversas com Estados, municípios e associações do setor.

Após gerar um impasse com governadores, o texto voltou ao ministério para incorporar sugestões. Agora, o projeto deve ser enviado ao Congresso Nacional, onde poderá ser modificado pelos parlamentares.

Como o **Estadão** antecipou, o texto também reforça a autonomia dos Estados no combate ao crime – ponto que havia criado confusão com os governadores, que temem uma eventual invasão de competência das polícias estaduais. Para dirimir questionamentos, a nova minuta agora deixa claro que isso não deve ocorrer.

A PEC rebatiza a PRF como Polícia Viária Federal, que passaria a fazer o policiamento ostensivo em ferrovias e hidrovias federais, além das rodovias. Consta no anteprojeto um trecho garantindo que a corporação não vai se ocupar de funções hoje exercidas pelas Polícias Federal (PF) e Civil.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, durante apresentação da nova versão da proposta

'REPERCUSSÃO'. Em relação à PF, o projeto prevê que ela atue em ações de crimes ambientais e contra práticas cometidas por organizações criminosas e milícias privadas, desde que tenham "repercussão interestadual ou internacional".

A proposta visa fortalecer o controle sobre a atividade policial. Está prevista a instituição de ouvidorias autônomas, nos três níveis da Federação, "para receber representações, elogios e sugestões sobre a atividade desses profissionais". A ideia é que, com a constitucionalização desses órgãos, a sociedade civil possa ter instrumentos para pressionar as autoridades públicas a instituí-los.

Em entrevista à imprensa, Lewandowski afirmou que o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que formula diretrizes para políticas públicas, terá maior representação de outros entes e sociedade civil, que devem ser ouvidos antes de a União estabelecer novas regras.

> **Impasse**
> **Texto, que estava no Congresso, voltou ao ministério após impasse com governadores**

Ele destacou a manutenção da prerrogativa dos governadores para lidar com a segurança pública em seus Estados: "Nós acolhemos a parte mais substantiva das preocupações dos chefes dos Executivos estaduais e prefeitos. Estamos escrevendo com todas as letras que essas competências da União não restringirão as competências estaduais. Assim, nós entendemos que estamos afastando qualquer dúvida em relação a isso", afirmou.

COMITÊS GESTORES. Ao contrário do que queriam os governadores, a PEC não prevê a participação paritária dos Estados e do Distrito Federal nos comitês gestores do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional, nem subsídios fiscais aos entes que contribuírem com o Susp.

Integrantes da pasta da Justiça são contra conferir aos governos estaduais poder de gestão sobre os repasses federais, uma vez que o diretor do fundo é quem se responsabiliza perante o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF). Eles alegam ser "juridicamente inviável" dividir a gestão do fundo, mas veem com bons olhos uma participação paritária em âmbito opinativo.

As sugestões de ordem infraconstitucional, isto é, que podem ser resolvidas por meio de projetos de lei ou decretos, por exemplo, ficaram de fora. A ideia é que regulamentações sejam ajustadas no futuro, de forma pontual.

Defendida por governadores como Ronaldo Caiado (União Brasil-GO), a reivindicação para que governos estaduais pudessem ter independência para endurecer penas contra criminosos ficou de fora da PEC. No Brasil, a determinação de infrações penais, bem como de suas respectivas sanções, é responsabilidade federal. "Com todo o respeito, é uma proposta que milita contra todos os princípios federativos. Imaginem se tivéssemos 27 códigos penais e 27 códigos do processo penal, se cada Estado tivesse uma pena (*diferente para o mesmo delito*)." ●

'Não há necessidade de uso de câmeras pela GCM'

ENTREVISTA

Orlando Morando
Secretário de Segurança Urbana da capital paulista

BIANCA GOMES
PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

Recém-empossado secretário de Segurança Urbana da capital paulista, Orlando Morando (sem partido) rejeita o uso de câmeras corporais pela Guarda Civil Metropolitana (GCM). Em entrevista ao **Estadão**, ele justificou que a medida não se aplica à GCM, pois ela não é uma força de segurança, mas uma guarda patrimonial.

O uso de câmeras se tornou ponto sensível para o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que chegou a afirmar que o equipamento não tinha "nenhuma" efetividade na segurança do cidadão. No entanto, no ano passado, diante do aumento dos casos de violência policial, Tarcísio reconheceu que sua postura estava "completamente" errada.

Como avalia a PEC da Segurança e o decreto de Lula sobre o uso da força policial, bastante criticados?
Esse é um assunto a ser debatido, primeiramente, pelo Congresso e pelos governadores, portanto, não me diz respeito.

Qual o plano do senhor para o Smart Sampa, sistema com câmeras inteligentes de São Paulo?
Os equipamentos servem não apenas para reprimir, com velocidade e austeridade, as práticas criminosas que eventualmente possam acontecer, mas para trazer a certeza de que foragidos e procurados pela Justiça não encontrarão mais em São Paulo uma zona neutra para se viver.

Como o senhor vê essas críticas de que a cidade vai virar um Big Brother?
Isso é uma crítica? Para mim, é um megaelogio. Tenho certeza de que o cidadão de bem quer ser monitorado por um sistema de segurança.

Qual a opinião do senhor sobre a implementação de câmeras nos uniformes dos GCMs?
É importante termos clareza sobre o papel da guarda: a GCM é, essencialmente, uma guarda patrimonial. Embora, muitas vezes, ela acabe cumprindo um papel nas forças de segurança. Por isso, não entendo que há necessidade de uso câmeras corporais na GCM.

Outros ex-prefeitos também assumiram cargos de secretário, em articulações do Podemos e do PL. O senhor deixou o PSDB recentemente. Como foi a conversa com o prefeito?
Minha decisão de sair do PSDB foi pessoal. Acho que a essência do PSDB acabou, virou um partido cartorial, sem respeito democrático, e não havia mais motivo para eu continuar. ●

Eufrázio



William Waack
Pix e credibilidade

A derrota do governo na questão do monitoramento do Pix é grave não só pelo estrago causado por uma clara fake news. Mas, sim, pelo grau de desconfiança que ela revela no público em geral, especialmente em relação a autoridades e seu comportamento. O poder de fogo de uma fake news está associado a dois fatores. O primeiro é que seu conteúdo possa parecer verossímil. As pessoas acreditam num conteúdo falso pois consideram alto seu grau de plausibilidade.

O segundo é a ausência de referências – as instâncias tidas como guardiãs da veracidade objetiva dos fatos. Esse papel já foi representado por instituições (como a Receita Federal) ou mesmo a imprensa profissional.

Em relação ao primeiro fator que explica a potência de uma fake news o governo está lutando contra sua própria reputação. De fato, monitoramento de transações pelo Pix faz sentido do ponto de vista do combate à sonegação. Ocorre que o atual governo é visto como gastador e, por isso, arrecadador.

Portanto, do ponto de vista de quem usa o sistema, faz todo sentido acreditar que combate à sonegação é apenas a desculpa para, num futuro não muito distante, taxar os usuários da ferramenta. Como a credibilidade das autoridades é baixa, não adianta dizer que "nunca acontecerá".

Em relação ao segundo fator, a questão das fake news é ainda mais preocupante, pois não depende apenas dos governantes do momento. Em quem confiar quando se trata de acreditar num fato? A degradação da credibilidade das instâncias "convencionais" (que inclui instituições de Estado, mas também privadas, como a mídia) é um fenômeno inquestionável.

Episódio que levou o governo federal a uma derrota é muito mais significativo do que a força de uma fake news

Pode-se debater quem são os "culpados" disso, ou se a perda de credibilidade das instâncias citadas acima é "justa", "merecida" ou "positiva" para a sociedade brasileira em geral. O que não se pode é fazer de conta que esse fato não existe.

O comportamento do governo nesse episódio demonstra sua baixíssima capacidade de apreciação da realidade política, com destaque para o grau de resistência social ao que a corrente política no poder representa. E sua espetacular ineficácia em "conduzir narrativas". Em termos clássicos da política, é um governo sempre a reboque dos acontecimentos, incapaz de moldá-los a contento.

Desconfiança é algo seriíssimo em política e economia, que o governo confunde com deficiência de estratégia de marketing. É o que está na raiz dos comportamentos de agentes econômicos nos mais variados níveis e grupos. Subida do dólar, expectativa de inflação alta e a facilidade com que uma fake news sobre o Pix tomou conta do espaço público são dois lados dessa mesma moeda. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Governo

PT resiste a Pacheco e quer acordo com Lira para atrair o Centrão

Interlocutores de Lula também avaliam que União Brasil deveria perder espaço por não entregar votos no Congresso

VERA ROSA
BRASÍLIA

A cúpula do PT está preocupada com a desidratação do partido na reforma ministerial a ser promovida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dirigentes petistas dizem, nos bastidores, que não veem sentido em uma possível entrada do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), no primeiro escalão do governo nem em afagos a quem traiu Lula no painel de votações do Congresso. Com esse diagnóstico, acham que quem deveria perder lugar na dança das cadeiras é o União Brasil.

O argumento é de que o partido, hoje no comando de três ministérios com orçamentos vistosos (Comunicações, Turismo e Integração e Desenvolvimento Regional), virou um "saco de gatos": está sempre dividido e não entrega os votos correspondentes a seu tamanho na Esplanada.

Em dezembro de 2024, por exemplo, a votação do primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que integrou o pacote de ajuste fiscal escancarou o racha: 23 deputados do União Brasil foram contra as medidas apresentadas pela equipe econômica e 36, a favor. Mesmo no PT, porém, houve três votos contrários ao governo.

Na avaliação de interlocutores de Lula, é preferível fazer um acordo político com o presidente do PP, senador Ciro Nogueira – que dá sinais de afastamento do bolsonarismo raiz –, a manter o espaço do União Brasil na segunda metade do governo. O problema é que, embora tenha diminuído o tom dos ataques, Ciro continua criticando o inquilino do Palácio do Planalto.

REFORMA. A largada da reforma ministerial foi dada anteontem com a posse do publicitário Sidônio Palmeira, marqueteiro da campanha petista de 2022, na Secretaria de Comunicação Social (Secom). Sidônio substituiu Paulo Pimenta (PT) com a difícil missão de tirar projetos da prateleira e "salvar" o governo. O PT administra 11 ministérios e tudo indica que passará por uma lipoaspiração. Toda a estratégia leva em conta as eleições de 2026.

Pré-candidatos
Dos atuais 38 ministros, aproximadamente 20 (52,6%) são pré-candidatos nas disputas de 2026

Expoente do Centrão, o PP é também a sigla do presidente da Câmara, Arthur Lira, que está de saída do cargo. O partido tem o Ministério do Esporte e a presidência da Caixa, além de postos regionais.

Como mostrou o **Estadão**, há petistas – a exemplo do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha – que defendem o ingresso de Lira no governo. Nessa lista está também o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Os dois avaliam que Lira pode ajudar a levar parte do Centrão para a campanha de 2026, quando Lula pretende concorrer a novo mandato.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



Rodrigo Pacheco (de pé) não é consenso no PT, que cogita Lira

AGRICULTURA. Uma ala da corrente Construindo um Novo Brasil (CNB), majoritária no PT, diz agora que o presidente da Câmara tem perfil para chefiar a Agricultura, hoje nas mãos de Carlos Fávaro (PSD), alvo de reclamações da bancada de seu próprio partido.

O objeto do desejo do grupo de Lira é o Ministério da Saúde, mas essa pasta dificilmente sairá da órbita do petismo, mesmo que Nísia Trindade, a atual titular, seja substituída.

As eleições que renovarão os comandos da Câmara e do Senado estão marcadas para 1.º de fevereiro. Indicado por Lira, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) é o favorito para ocupar sua cadeira. No Senado, Rodrigo Pacheco deverá passar o bastão para Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

A possibilidade de Pacheco integrar a equipe de Lula, no entanto, não agrada ao PT, nem mesmo se ele mudar para o MDB. Pacheco já foi das fileiras emedebistas e, antes do recesso parlamentar, vinha conversando sobre eventual migração para o partido.

Dirigentes do PT observam, em conversas reservadas, que não veem Pacheco como alguém capaz de fortalecer a articulação do governo com o Congresso em um ambiente marcado por sucessivas crises. O relacionamento azedou de vez, no fim do ano passado, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino bloqueou parte das emendas parlamentares.

MINAS. Lula quer que Pacheco seja candidato ao governo de Minas Gerais, em 2026, e dê palanque para o PT. É com essa perspectiva que ele precisaria ficar sob os holofotes após deixar o comando do Senado. Pacheco, porém, resiste à ideia de disputar o Edifício Tiradentes.

Apesar da bolsa de apostas, o presidente ainda não decidiu o desenho da reforma ministerial. Sabe-se, contudo, que a mudança será bem menor do que o Centrão espera.

Se não precisasse mexer no time para fazer novos arranjos políticos, Lula não gostaria nem mesmo de promover mais trocas. O ideal, para ele, é que quem entrasse na equipe agora fosse como Sidônio Palmeira e não tivesse pretensão de disputar as próximas eleições. ●

Lula discute regulação de big techs com chefe do Conselho Europeu

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou por telefone ontem com o presidente do Conselho Europeu, o português António Costa, e falou sobre regulação de big techs. O assunto ganhou mais relevância depois de a Meta – dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp – anunciar o fim da checagem de fatos em suas plataformas nos Estados Unidos. Lula, segundo o Planalto, disse que o Brasil conta com a União Europeia para a "defesa da soberania regulatória diante da atuação das grandes corporações de tecnologia". ● CAIO SPECHOTO E SOFIA AGUIAR

Eufrázio

NOTAS E INFORMAÇÕES

Sobra dinheiro nos tribunais



Magistrados do TJ-MT, por exemplo, ganham até 8 vezes o teto, em afronta à Constituição

Este jornal tem noticiado nos últimos dias que juízes em diversos tribunais de Justiça do País receberam na reta final de 2024 salários e benefícios que, somados, superam em muito o teto dos vencimentos no funcionalismo público, que é de R$ 44 mil, valor pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme estabelece a Constituição. Parece notícia velha, mas não é: a lei e a moralidade continuam a ser letra morta quando o assunto é a remuneração de magistrados. Se está sobrando dinheiro no Judiciário brasileiro, como parece que está, então está mais do que na hora de realizar cortes e impor aos tribunais o mesmo sacrifício que o resto da sociedade está fazendo diante da evidente escassez de recursos.

Conforme reportagens do **Estadão**, integrantes do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) ganharam até R$ 250 mil – oito vezes o limite constitucional. Lá, todos os 39 desembargadores receberam contracheques muito além do teto. No Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL), os ganhos chegaram a R$ 438 mil. Já no Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO), um juiz aposentado por invalidez levou R$ 486 mil em razão de direitos eventuais.

O eventual, aliás, virou rotineiro. Isso ocorre porque a receita para aumentar os ganhos dos juízes é sempre a mesma: indenizações isentas de Imposto de Renda permitem o drible ao teto – sempre com a anuência de conselhos superiores. São os já conhecidos "penduricalhos", pagos a título de auxílio para alimentação, moradia e saúde, entre muitos outros. Na iniciativa privada, a maioria absoluta dos trabalhadores, malgrado ganhe várias vezes menos que os juízes, banca tudo isso com o próprio salário, já que não tem direito a qualquer "penduricalho".

Nos tribunais, há também criatividade administrativa, como uma "folha corrente", destinada para os salários-base, e uma "folha complementar", para esses "direitos eventuais". Aliás, a maior parcela da remuneração dos magistrados do TJ-MT, por exemplo, é depositada na folha complementar, o que prova que a exceção agora é regra.

Naquela corte, servidores ainda receberam salários acima de R$ 100 mil por mês, e, em dezembro, foi distribuído um "vale-peru" de R$ 8 mil para funcionários e de R$ 10 mil para juízes, um evidente acinte. Após a repercussão negativa, foi solicitada a devolução do dinheiro.

Isso tudo ajuda a entender por que o TJ-MT gasta, em média, R$ 116,6 mil por mês com a remuneração de seus magistrados, segundo o relatório *Justiça em Números 2024*, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). À frente está apenas o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS), com média de R$ 120,3 mil por mês. Isso coloca os magistrados dessas duas cortes entre os mais bem pagos do País. Ainda assim, alguns deles são investigados em escândalo de venda de sentenças e foram afastados. Desembargadores chegaram a usar tornozeleira eletrônica.

Logo se vê que, mesmo tendo salários e benefícios que quase ninguém mais tem no País, há gente insaciável no Judiciário. ●

Judiciário

No TJ-MG, 97% dos salários de juízes extrapolam o teto

Em dezembro do ano passado, magistrados da Corte estadual receberam, em média, R$ 214 mil cada um; tribunal não comentou

RAYSSA MOTTA

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) vem pagando a seus juízes e desembargadores remunerações acima do limite permitido pela Constituição. Mesmo estourando o teto do funcionalismo público, os valores são repassados aos magistrados da Corte.

A reportagem pediu manifestação sobre os pagamentos fora do teto, mas o tribunal estadual não havia respondido até a noite de ontem.

O **Estadão** levantou os contracheques de todos magistrados de Minas Gerais em 2024. O volume de remunerações dentro do teto constitucional do funcionalismo não chega a 3%. Os outros 97% excedem R$ 44 mil brutos, valor que deveria ser o limite remuneratório para qualquer servidor público no Brasil.

O teto de R$ 44 mil brutos corresponde ao que ganha atualmente um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Isso significa que a imensa maioria dos juízes e desembargadores mineiros recebe mais do que os ministros da mais alta Corte do País.

Dezembro desponta como o mês com os holerites mais vultosos. Nesse mês, os magistrados de Minas Gerais receberam, em média, R$ 214 mil cada um. O valor é o da remuneração líquida, ou seja, o dinheiro que efetivamente caiu na conta após descontos.

MAIORES. Ao longo do ano passado, 32 magistrados do TJ de Minas tiveram contracheques acima de R$ 300 mil, também em valores líquidos. O maior holerite de 2024 pertence ao juiz Amaury Silva, da 6.ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares, que recebeu R$ 495,3 mil em junho.

Completam o "top 3" dos maiores contracheques o juiz Flávio Prado Kretli, que recebeu R$ 461,8 mil em novembro, e a juíza Silmara Silva Barcelos, com R$ 430,1 mil no último mês do ano.

VANTAGENS. Os contracheques na Corte foram inflados pelas chamadas "verbas complementares" – indenizações, direitos pessoais e direitos eventuais. As verbas indenizatórias (como auxílios para transporte, alimentação, moradia e saúde) e as vantagens eventuais (como 13.º salário, reembolso por férias atrasadas e eventuais serviços extraordinários prestados) são contadas fora do teto, o que abre caminho para o pagamento de "supersalários". Esses auxílios também não sofrem incidência de Imposto de Renda.

Além disso, magistrados têm direito a 60 dias de descanso remunerado por ano – fora o recesso de fim de ano e feriados. É comum que eles usem apenas 30 dias, sob o argumento de excesso de trabalho e acúmulo de ações. Posteriormente, passam a receber esse "estoque", a título de indenização de férias não gozadas a seu tempo.

Todos os pagamentos estão previstos expressamente na Lei Orgânica da Magistratura, em regimentos internos dos tribunais e em legislações. ●

Juíza veta pagamento de 'penduricalho' no Tribunal de Contas do DF

A Justiça suspendeu na segunda-feira a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal que autorizou o pagamento retroativo da gratificação por excesso de acervo e de função aos seus sete conselheiros, ao custo de R$ 5,8 milhões.

A gratificação já foi paga, mas novos repasses estão vetados e conselheiros que já receberam podem ter de devolver dinheiro. A juíza Mara Silda Nunes de Almeida, 8.ª Vara da Fazenda Pública do DF, disse que "não é possível permitir a realização dos pagamentos antes de decisão de mérito sobre a validade ou não desses".

O tribunal afirmou ter "compromisso com a legalidade de seus atos". ● R.M.

Ministério Público

Em dezembro, MP-SC pagou até R$ 200 mil a procuradores estaduais

PEPITA ORTEGA

O pagamento de gratificações natalinas, indenizações de férias (60 dias por ano) e folgas (uma a cada três dias trabalhados) fez com que contracheques de procuradores e promotores de Justiça de Santa Catarina batessem em R$ 200 mil em dezembro de 2024. Um grupo de 29 integrantes do Ministério Público do Estado (MP-SC) recebeu mais de R$ 151 mil líquidos, cada um, no último mês do ano passado.

O MP-SC não divulga em seu Portal da Transparência a relação de nomes de promotores e procuradores acompanhada dos salários. O **Estadão** questionou a Procuradoria sobre os motivos da medida e os valores pagos em dezembro. O MP respondeu: "A remuneração recebida segue o ordenamento jurídico vigente, com o subsídio observando o limite imposto pelo teto constitucional – exceto as verbas indenizatórias, devidamente autorizadas".

Os membros do Ministério Público conduzem e acompanham investigações sobre crimes e depois podem denunciar investigados, o primeiro passo para uma eventual condenação. Também cabe aos promotores e procuradores fustigarem leis que contrariem a Constituição e a legislação, movendo ações contra a conduta da administração pública e de gestores caso haja alguma violação.

As folhas salariais de alguns promotores e procuradores de Santa Catarina não tiveram descontos pelo abate-teto, regra que, em tese, limitaria os proventos dos funcionários públicos ao valor do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (R$ 44 mil).

GRATIFICAÇÃO. O maior contracheque do MP de Santa Catarina em dezembro foi pago a um procurador de Justiça que integra o Conselho Superior e o Colégio de Procuradores do órgão. A remuneração do procurador, ou salário-base, é de R$ 39,7 mil, mas seu contracheque ganhou mais R$ 141,8 mil em verbas indenizatórias, sobre as quais não incide o Imposto de Renda.

Só a gratificação natalina – que é paga por meio de uma folha suplementar – foi de R$ 58,9 mil. O rendimento líquido total no mês passado foi de R$ 203.166,93. ●

Pagamentos

R$ 39,7 mil é o valor atual do salário-base de um procurador; o teto do funcionalismo público é fixado em R$ 44 mil

R$ 58,9 mil recebeu um procurador apenas a título de gratificação natalina; ele teve o maior contracheque em dezembro

Eufrázio

Parecer

PGR pede a Moraes que barre ida de Bolsonaro à posse de Trump

Gonet argumenta que não há interesse público no evento e se opõe à devolução de passaporte do ex-presidente

RAYSSA MOTTA

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) seu parecer sobre o pedido ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para participar da posse do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, em Washington, na próxima segunda-feira. A manifestação contraria o ex-chefe do Executivo. Gonet se opôs à devolução do passaporte de Bolsonaro. A decisão final cabe ao ministro do Supremo Alexandre de Moraes.

O ex-presidente está com o passaporte retido desde o dia 8 de fevereiro de 2024, quando foi alvo da Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal, por suspeita de envolvimento em um plano de golpe de Estado após a eleição presidencial de 2022. Bolsonaro foi um dos indiciados no inquérito.

A apreensão do passaporte é uma medida cautelar para evitar a fuga do investigado durante o inquérito e o processo. Bolsonaro já afirmou, durante entrevistas, que se sente "perseguido" pela Justiça brasileira e disse que não descarta o refúgio em uma embaixada.

Ao pedir a devolução do documento, a defesa do ex-presidente argumentou que ele foi "honrado" com o convite e que a posse de Trump tem "magnitude histórica". E afirmou que a presença de Bolsonaro na solenidade "reveste-se de singular importância no contexto das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos".

'PRIVADO'. As alegações não convenceram o chefe do Ministério Público Federal. Em sua manifestação ao STF, Gonet diz que o passaporte do ex-presidente foi apreendido por "motivos de ordem pública" e que a viagem, por sua vez, não atende ao interesse público.

> ***"O acolhimento do pedido, portanto, esbarra na falta de demonstração pelo requerente de que o interesse público que determinou a proibição da sua saída do País deva ceder, no caso, ao interesse privado do requerente de assistir, presencialmente, à posse do presidente da República do país norte-americano"***
>
> **Paulo Gonet**
> **Procurador-geral da República**

Para o procurador-geral da República, Bolsonaro quer participar do evento para "satisfazer interesse privado". Gonet afirmou ainda que não vê "necessidade básica, urgente e indeclinável" que justifique flexibilizar a decisão.

"O acolhimento do pedido, portanto, esbarra na falta de demonstração pelo requerente de que o interesse público que determinou a proibição da sua saída do País deva ceder, no caso, ao interesse privado do requerente de assistir, presencialmente, à posse do presidente da República do país norte-americano", escreveu o procurador-geral.

CONVITE OFICIAL. Moraes havia encaminhado à Procuradoria-Geral da República as informações apresentadas pela defesa do ex-presidente sobre o convite para a posse de Trump. Para o ministro do Supremo, o e-mail entregue inicialmente – enviado por um endereço "desconhecido" – carecia de informações básicas, como horário e programação da cerimônia de posse.

A defesa de Bolsonaro afirmou que o convite apresentado à Corte foi enviado para o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no dia 8 de janeiro pelo domínio oficial "t47inaugural.com", registrado exclusivamente para os eventos de posse. "Em eventos inaugurais nos Estados Unidos, é prática comum a adoção de domínios específicos para comunicações formais", destacaram os advogados do ex-presidente.

> Evento
>
> **Defesa de Bolsonaro diz que ele foi 'honrado' com o convite e que posse tem 'magnitude histórica'**

Eles também anexaram imagens do convite e mencionaram declarações no site oficial do comitê inaugural. Segundo a defesa, esses documentos reforçam a autenticidade do convite feito ao ex-presidente brasileiro e sua relevância.

Não é a primeira vez que Bolsonaro tenta reaver o passaporte retido. Em março do ano passado, ele pediu o documento para viajar a Israel, a convite do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu. O pedido foi negado por Moraes. ●

NCL NORWEGIAN CRUISE LINE®

Cruzeiros Internacionais? Pense Norwegian.

Há mais para ver, fazer e aproveitar em mais de 450 destinos ao redor do mundo, incluindo Europa, Caribe, Alasca e Ásia. Embarque em nossa frota premiada com saídas disponíveis até 2027.



Atendimento exclusivo: **(11) 3177-3135**
ou consulte o seu **agente de viagens**

©2025 NCL Corporation Ltd. Ships' Registry: Bahamas and USA 2086021 01/25

experimente MAIS no mar™

ESTADÃO



NEWSLETTER

Política

Notícias e colunas sobre o cenário político nacional.

Tudo que você precisa saber sobre bastidores do poder, votações legislativas, eleições e outros temas que interferem no futuro do País.

Use o QR code ao lado para **inscrever-se** e receber as edições por e-mail, **de segunda a sexta**.



bit.ly/news-politica

Eufrázio

Ex-vereador

Sem cargo, Milton Leite acumula derrotas em SP

Ex-presidente da Câmara Municipal não emplaca sucessor no comando da Casa e perde influência na nova gestão Nunes

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

Ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil) perdeu espaço na política paulistana no início deste ano. Sem cargo após decidir não concorrer à reeleição, ele viu sua influência na Secretaria de Mobilidade Urbana e Transporte sofrer um revés depois de o prefeito Ricardo Nunes (MDB) escolher como secretário o economista Celso Jorge Caldeira, técnico indicado pelo PP.

Além disso, Leite saiu derrotado da queda de braço para definir seu sucessor. Embora tenha conseguido garantir que o União Brasil presidirá o Legislativo municipal pelos próximos quatro anos, ele queria que o posto fosse assumido por seu ex-chefe de gabinete Silvão Leite (União Brasil). Diante da resistência de Nunes e dos vereadores, foi obrigado a ceder e concordar com o nome de Ricardo Teixeira (União Brasil), outro de seus aliados.

Nos bastidores, a escolha de um nome ligado ao PP para o Transporte é avaliada como uma perda importante para Leite no momento em que Nunes ordenou que a secretaria instaure processo para avaliar o rompimento do contrato da Prefeitura com duas empresas de ônibus, a Transwolff e a UPBus, suspeitas de lavarem dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC). A decisão final caberá ao prefeito.

"O União Brasil nunca exigiu cargo em troca de apoio e respeita a decisão do prefeito Ricardo Nunes", disse Leite ao **Estadão**. Aliados afirmam que ele está "quieto" e aguardam a retomada dos trabalhos da Câmara para ver qual será a postura da bancada do partido. Com sete vereadores, a sigla tem o mesmo tamanho do MDB de Nunes e está atrás apenas do PT, que tem oito parlamentares.

Procurada, a Prefeitura de São Paulo não se manifestou.

ÔNIBUS. Leite tem relação histórica com o setor de transporte desde a época dos perueiros, que posteriormente se organizaram em cooperativas e terminaram por constituir empresas que hoje prestam o serviço na cidade. Uma delas é justamente a Transwolff. O ex-vereador teve o sigilo bancário quebrado em 2023 a pedido do Ministério Público na investigação sobre suspeita de relação da empresa com o PCC.

> ***"O União Brasil nunca exigiu cargo em troca de apoio e respeita a decisão do prefeito Ricardo Nunes"***
> **Milton Leite**
> **Ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo**

Leite já afirmou ser apenas testemunha no processo e rechaçou qualquer elo da Transwolff com a facção criminosa. "Que tem PCC (*na Transwolff*)? Tenho a absoluta convicção de que não tem. Pode ter problema fiscal, de gestão, isso é outra história", disse ele ao **Estadão** em dezembro passado.

O União Brasil manteve o comando da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, chefiada por Elisabete França. O deputado federal Felipe Becari (União Brasil) foi substituído no comando da pasta de Esportes pelo ex-prefeito de Osasco Rogério Lins. Apesar de integrar o União Brasil, Becari era da cota do Podemos. ●

LEILÃO DE VEÍCULOS DE
FINANCIAMENTO
É HOJE! 16/01(QUINTA) ÀS 14H
SOMENTE ONLINE

ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS!











NOVIDADE!
COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO
*SUJEITO À ANÁLISE DE CRÉDITO
*FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE CORRESPONDENTE BANCÁRIO INDEPENDENTE





SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

2026

PSDB quer Eduardo Leite na disputa ao Planalto

O presidente do PSDB, Marconi Perillo, disse ontem que a intenção do partido é lançar o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, como candidato à Presidência em 2026. À CNN Brasil, afirmou ainda que planeja anunciar até março uma fusão com outra sigla de visão ideológica semelhante. ●

WILTON JUNIOR/ESTADÃO


Curitiba

Exército proíbe evento político em clube de sargentos

O Exército vetou a realização de um seminário organizado pelo grupo Conservador no Clube dos Sargentos e Subtenentes de Curitiba, no Paraná. A organização se estruturava para criar um partido político e planejava um evento com "atividades político-partidárias" no fim deste mês no local. ●

Eufrázio

Após 15 meses de guerra

Israel e Hamas aceitam cessar-fogo em troca de reféns

__ Biden, Trump, Catar e Egito confirmam acordo de três fases previsto para começar no domingo

JERUSALÉM

Negociadores de Israel e do grupo terrorista Hamas concordaram ontem com um cessar-fogo de 42 dias, em uma negociação que prevê ainda a libertação dos reféns em Gaza e de prisioneiros palestinos. O acordo foi confirmado pelo presidente dos EUA, Joe Biden, por Donald Trump e líderes de Catar e Egito, interrompendo uma guerra que já dura 15 meses.

O cessar-fogo está programado para entrar em vigor no domingo, de acordo com o primeiro-ministro Mohamed bin Abdulrahman al-Thani, do Catar, principal mediador das negociações. Ele ressaltou, no entanto, que os dois lados ainda trabalham para concluir questões logísticas.

O acordo precisa ser formalmente ratificado pelo gabinete do premiê israelense, Binyamin Netanyahu. Em comunicado, o premiê disse que vários detalhes deveriam ser resolvidos durante a madrugada para que a trégua seja votada nas primeiras horas de hoje (horário de Israel).

Os maiores obstáculos seriam os dois ministros mais extremistas da coalizão: Bezalel Smotrich, das Finanças, e Itamar Ben-Gvir, da Segurança. Nos últimos 15 meses, eles foram os maiores defensores da guerra. Na segunda-feira, Ben-Gvir se gabou de ter enterrado tentativas de acordo no passado e pediu ajuda de Smotrich para impedir a trégua.

Ontem, Smotrich insistiu que a guerra na Faixa de Gaza deve continuar, mas não disse explicitamente se apoiará ou não o acordo de cessar-fogo. “Minha prioridade é atingir plenamente os objetivos da guerra, a vitória total, a completa destruição militar e civil do Hamas e o retorno dos reféns para casa”, disse. “Não descansarei nem ficarei em silêncio até atingirmos esses objetivos.”

APROVAÇÃO. O gabinete de Netanyahu, no entanto, é composto por 34 ministros. Apesar da oposição dos extremistas e dos religiosos, a expectativa é que o acordo seja aprovado, segundo a imprensa de Israel, por um placar de 28 a 6.

O premiê do Catar afirmou ontem que o acordo terá três fases (*mais informações na página A13*). A primeira prevê a retirada das forças israelenses de Gaza e a libertação de 33 reféns ao longo de 42 dias. Ele não disse quantos prisioneiros palestinos seriam libertados em troca. A previsão é a de que o cessar-fogo entre em vigor no domingo e os primeiros três reféns sejam soltos no mesmo dia.

Acredita-se que cerca de 100 reféns ainda estejam em Gaza, embora as autoridades israelenses digam que pelo menos 35 estejam mortos. Os corpos seriam devolvidos em fases posteriores do acordo.

O pacto é semelhante à proposta de três fases elaborada por Biden em maio, de acordo com várias autoridades envolvidas nas negociações. No esboço anterior, Israel e Hamas cumpririam um cessar-fogo de seis semanas, durante as quais o grupo terrorista libertaria mulheres, idosos e doentes em troca de palestinos presos em Israel e da entrada de 600 caminhões de ajuda humanitária por dia.

TRUMP. Concluído no apagar das luzes do governo Biden, o acordo também representa uma vitória de Trump. Dois negociadores árabes disseram ontem ao jornal *The Times of Israel* que a chave para a trégua foi Steve Witkoff, enviado do presidente eleito dos EUA, que teria convencido o primeiro-ministro de Israel em um único encontro e feito o que os diplomatas americanos não conseguiram em um ano.

Ontem, o presidente eleito foi o primeiro a dar a notícia, antes mesmo da Casa Branca, de Israel e dos governos árabes. “Os reféns serão liberados em breve”, escreveu Trump em sua rede social. Nas últimas semanas, ele vinha ameaçando com “graves consequências” se os dois lados não chegassem a um acordo antes de sua posse, no dia 20.

Biden falou mais tarde e disse que, além da libertação dos reféns israelenses, os palestinos poderiam voltar para suas casas e receber uma onda de ajuda humanitária. “Muitas pessoas inocentes morreram. Muitas comunidades foram destruídas”, disse o presidente americano em discurso na Casa Branca. “Com esse acordo, o povo de Gaza pode finalmente se recuperar e se reconstruir.”

REAÇÃO. O Hamas confirmou o acordo de cessar-fogo em uma declaração no Telegram, chamando a trégua de “conquista para nosso povo” e saudando a “lendária resiliência” dos habitantes de Gaza durante a guerra. Ontem, no entanto, Netanyahu reclamou que o grupo não enviou uma resposta por escrito, embora não esteja claro o peso do documento.



Habitantes de Gaza reagiram com uma mistura de esperança, tristeza, exaustão e medo. Suzanne Abu Daqqa, que mora no subúrbio de Khan Younis, no sul do enclave palestino, disse que estava entusiasmada com o fim dos bombardeios, mas que continua ansiosa com o futuro. “Como vamos nos reconstruir?”, questionou. “Por onde vamos começar?”

Vitória

Trump foi o primeiro a dar a notícia, antes mesmo da Casa Branca, de Israel e dos governos árabes

Mohamed Abualkas, de 32 anos, disse esperar que o cessar-fogo realmente se concretize. “Eu gostaria de dormir por dois dias seguidos sem medo”. De acordo com ele, é triste ver as comemorações e a felicidade de todos os que vivem em tendas: “O que nos resta?”

Farah Hathout, de 20 anos, conta que foi deslocada nove vezes durante a guerra. Ela disse que não acreditou na notícia do cessar-fogo. “Será que é verdade? Eles assinaram?”, questionou. “Eu rezo para que isso aconteça.”

Em Israel, apoiadores do acordo de cessar-fogo também comemoraram a possibilidade de libertação dos reféns, mas expressaram tristeza pelo fato de que uma trégua, provavelmente, apenas interromperia o conflito.

“Para que haja paz, deve haver uma nova liderança na Faixa de Gaza e em Israel, bem como anos de tranquilidade e educação para a paz e o entendimento mútuo”, afirmou Yaniv Hegyi, que sobreviveu aos ataques do Hamas ao kibutz de Be’eri, em outubro de 2023. “Qual é a chance de tudo isso acontecer? Praticamente zero.”

NARRATIVA. Especialistas esperam agora que o Hamas tente criar uma narrativa para vender o acordo como uma vitória. Mouin Rabbani, pesquisador do Centro de Estudos Humanitários e de Conflitos do Catar, disse que, embora o grupo palestino tenha sido severamente afetado como força de combate e de governo, ele não está acabado.

“Muitas vezes, quando se trata de movimentos insurgentes que enfrentam Estados muito mais poderosos e exércitos convencionais, a sobrevivência já é considerada uma vitória política”, afirmou Rabbani. ● NYT, WP, AP E AFP

Lula saúda trégua e espera que trégua leve paz ao Oriente Médio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva saudou ontem em suas redes sociais o acordo de cessar-fogo entre Israel e Hamas, afirmando que a negociação “traz esperança”. A trégua também foi celebrada pelo Ministério das Relações Exteriores, que aconselhou as duas partes a respeitarem os termos acertados.

“Após tanto tempo de sofrimento e destruição, a notícia de que um cessar-fogo em Gaza foi finalmente negociado traz esperança”, escreveu Lula no X. “Que a interrupção dos conflitos e a libertação dos reféns ajudem a construir uma solução duradoura que traga paz e estabilidade a todo Oriente Médio.”

Em nota, o Itamaraty expressou “grande satisfação” pelo a acordo e pediu que Hamas e Israel respeitem seus termos e garantam o fim permanente das hostilidades, a libertação de todos os reféns e a entrada de ajuda humanitária a Gaza, além das condições necessárias para a reconstrução de sua infraestrutura civil”. ● AP

Eufrázio

ODED BALILTY/AP



Parentes de reféns protestam em Tel-Aviv contra a guerra em Gaza

Declínio do Hamas e vitória de Trump foram decisivos

CENÁRIO

Um diplomata americano que participa das negociações entre Israel e Hamas creditou o progresso, em parte, à influência de Donald Trump. Segundo ele, depois da eleição do republicano foi "a primeira vez que houve pressão real para o lado israelense aceitar um acordo".

Há meses, as negociações entre estavam em um impasse por resistência de Israel em alguns pontos. O Catar, principal mediador, chegou a encerrar o diálogo em novembro, mas as conversas foram retomadas um mês depois.

Segundo o diplomata, os termos atuais sugerem que, desta vez, os israelenses fizeram concessões. O enviado de Trump para o Oriente Médio, Steve Witkoff, participou das negociações em Doha, no Catar.

No entanto, o diplomata afirmou que a situação atual do Hamas, com seus principais líderes mortos, também facilitou o acordo.

Desde a morte em outubro de seu líder, Yahya Sinwar, os oficiais do grupo em Doha realizaram menos reuniões de alto nível e raramente usam o escritório na capital do Catar, disse o diplomata. "Operacionalmente, eles são muito fracos", afirmou.

PERSPECTIVA. Os elementos mais desafiadores do acordo, incluindo quem administrará a Faixa de Gaza, serão discutidos na segunda fase, de acordo com pessoas que acompanham as negociações de perto.

O acordo é basicamente o mesmo proposto pelo governo do presidente Joe Biden, em maio, que vinha sendo torpedeado por palestinos e israelenses. Ele inclui uma trégua temporária, a libertação de reféns e prisioneiros palestinos, o fim do conflito e a reconstrução de Gaza.

Binyamin Netanyahu hesitava em acabar com a guerra por causa da pressão da ala extremista de sua coalizão, liderada pelo ministro da Segurança, Itamar Ben-Gvir, e das Finanças, Bezalel Smotrich. Eles ameaçavam romper com a aliança, que colocaria fim ao governo.

No front militar, o último grande batalhão do Hamas, que atuava em Rafah, foi derrotado em setembro. Desde então, o grupo está desarticulado. No último trimestre de 2024, o alvo israelense se mudou para o norte, com a invasão do Líbano e a destruição do Hezbollah.

A morte de Nassan Nasrallah representou uma vitória para Netanyahu, sobretudo pela complexa operação com pagers executada pelo Mossad, que abalou a milícia xiita. Seu cálculo é que o sucesso no Líbano poderia lhe render alguns votos em caso de nova eleição.

Por fim, a queda de Bashar Assad, na Síria, possibilitou que Israel também fortalecesse suas posições nas Colinas do Golã, dando mais estabilidade militar na fronteira norte. Diante disso, e com um aliado na Casa Branca, tudo indica que Netanyahu conseguiu convencer seus detratores a não vetar o cessar-fogo. ● WP

Cessar-fogo

Uma trégua em 3 fases e cercada de incertezas

● Primeira fase
O esboço do acordo indica que a primeira etapa do cessar-fogo deve ter duração de 42 dias. Durante esse período, o Hamas deve liberar 33 reféns israelenses. Entre eles estariam pelo menos cinco soldados, além de mulheres, crianças, idosos e doentes. Em troca, Israel libertaria de suas prisões centenas de palestinos – 30 para cada refém civil e 50 para cada refém militar. A lista de prisioneiros inclui 30 terroristas condenados que estão cumprindo penas de prisão perpétua. Durante esse período de seis semanas, é esperado ainda que as forças israelenses se afastem de áreas mais densamente povoadas da Faixa de Gaza, permitindo o retorno de civis deslocados e aumento da ajuda humanitária. A previsão é a entrada de aproximadamente 600 caminhões por dia. Com isso, a expectativa é a de alívio para a crise humanitária no enclave, devastado pela guerra que se arrasta há mais de um ano e teve apenas uma pausa momentânea nos combates.

ABDEL KAREEM HANA/AP-8/1/2025



Moradores de Gaza: desespero durante distribuição de comida

● Segunda fase
Os detalhes da segunda fase serão negociados ao longo da primeira, mas a expectativa é a de que Israel e Hamas declarem uma "cessação permanente das hostilidades". Nessa etapa, o Hamas deve liberar o restante dos reféns em troca de mais prisioneiros palestinos. Os números ainda não estão definidos. Esta etapa prevê ainda a retirada das forças israelenses da Faixa de Gaza, mas as negociações devem ser complicadas. Durante meses, o Hamas exigiu que Israel se comprometesse a encerrar a guerra, mas alguns membros do governo israelense ainda resistem. Binyamin Netanyahu insiste que seu objetivo é destruir a capacidade militar do Hamas, evitando que os terroristas aproveitem a trégua para se reorganizar e atacar Israel novamente. No conflito, a desconfiança é uma via de mão dupla. Do outro lado, a preocupação do Hamas é que Israel volte a atacar o enclave depois que os reféns forem entregues. O acordo não inclui garantias por escrito de que o cessar-fogo continuará até o fim, sinalizando que as forças israelenses poderiam retomar sua campanha militar depois da primeira fase.

ABDEL KAREEM HANA/AP



Destruição do enclave: conta pode chegar a US$ 40 bilhões

● Terceira fase
Na última etapa do acordo, o Hamas entregaria os corpos dos reféns israelenses mortos durante os ataques de 7 de outubro de 2023 ou que foram vítimas dos bombardeios à Faixa de Gaza. Aqui, está previsto ainda a implementação de um plano, supervisionado pela comunidade internacional, para reconstruir a Faixa de Gaza dentro de três a cinco anos. Ainda seriam reabertas passagens na fronteira para entrada e saída de moradores do enclave palestino. Especialistas da ONU estimam que a reconstrução de Gaza pode seguir até 2040, no cenário mais otimista, a um custo total de até US$ 40 bilhões. Não está claro quem pagaria a conta. Dois terços das estruturas de Gaza – mais de 170 mil prédios – foram danificados ou destruídos, segundo dados de satélite da ONU. O cálculo inclui um total de 245.123 casas. ● WP

Eufrázio

Crise política

Após prisão, presidente sul-coreano destituído se cala em interrogatório

Yoon Suk Yeol foi afastado pelos deputados e é acusado de insurreição por ter decretado lei marcial, em dezembro

SEUL

O presidente destituído da Coreia do Sul, Yoon Suk Yeol, foi preso depois que a polícia invadiu sua casa, na segunda tentativa de detenção desde o início do mês. A prisão foi efetuada após confrontos com a guarda presidencial e apoiadores em uma operação que durou mais de seis horas. Mais tarde, durante o depoimento, ele permaneceu em silêncio

A Justiça emitiu a ordem de prisão contra o ex-presidente em dezembro, renovada em janeiro, enquanto investigadores tentam determinar se sua intenção de impor uma lei marcial, que restringia direitos civis, seria uma tentativa de golpe. A medida levou ao afastamento de Yoon e mergulhou o país em uma crise política.

A ordem judicial permite que Yoon fique detido por um período máximo de 48 horas. Para mantê-lo sob custódia, os investigadores terão de solicitar uma nova autorização do tribunal.



JUNG YEON-JE /AFP

Yoon Suk Yeol sai de casa preso por policiais sul-coreanos em Seul

Yoon foi destituído pelo Parlamento, mas cabe ao Tribunal Constitucional confirmar ou não o afastamento definitivo do cargo. Caso seja condenado por insurreição, crime ao qual não se aplica a imunidade presidencial, ele pode ser sentenciado à pena de morte ou prisão perpétua.

DEFESA. Seok Dong-hyeon, advogado de Yoon, disse que ele havia concordado com uma rendição voluntária em razão do "risco de uma situação grave" sair do controle entre a polícia e a guarda presidencial.

Yoon vinha resistindo à prisão desde que emitiu o decreto de lei marcial, em dezembro. Em seguida, ele ordenou aos soldados que invadissem o Parlamento em uma tentativa de impedir que os deputados derrubassem a medida. Desde então, ele vivia confinado em casa, ignorando as convocações e escapando da prisão com a ajuda da guarda presidencial.

Ontem, a história quase se repetiu. Centenas de policiais desarmados e agentes anticorrupção apareceram na casa de Yoon, mas foram barrados por funcionários no portão. Segundo a imprensa, a polícia decidiu não portar armas de fogo na segunda tentativa e limitar-se a coletes à prova de balas.

Jornalistas relataram uma troca de socos entre os dois lados. De acordo com a agência de notícias sul-coreana Yonhap, houve "confronto físico" quando os policiais tentaram "forçar a entrada na residência presidencial".

Determinação
Yoon vinha resistindo à prisão desde que emitiu o decreto de lei marcial, em dezembro

Os advogados de Yoon foram vistos em frente à residência, protestando contra a execução do mandado de captura. A equipe jurídica do ex-presidente alegou que a ordem de prisão era ilegal e a divisão anticorrupção da polícia não tinha legitimidade para investigá-lo.

PROTESTOS. Com a entrada principal bloqueada, a polícia usou escadas para escalar as cercas do complexo. Eles cortaram o arame farpado e obtiveram acesso à residência no topo da colina. No decorrer da operação, a polícia prendeu o chefe da guarda presidencial.

Cerca de 30 deputados do partido de Yoon e milhares de apoiadores se reuniram do lado de fora da casa, agitando bandeiras da Coreia do Sul, dos EUA e gritando que a prisão era ilegal. Eles tiveram de ser empurrados pela polícia para a saída do ex-presidente. ● AFP

Perguntas & Respostas

O que se sabe sobre o impeachment e a prisão de Yoon Suk Yeol

● **Como ocorreu a prisão?**
Cerca de 3,2 mil policiais se reuniram em frente à residência presidencial. Os policiais tentaram entrar usando escadas e cortadores de arame. Com os policiais avançando, Yoon se entregou.

● **O que alega Yoon?**
Presidentes na Coreia do Sul têm imunidade contra processos, exceto em casos de insurreição ou traição. Ele alega que a agência anticorrupção não tem autoridade para investigar um caso de insurreição.

● **O que acontece agora?**
Investigadores prepararam uma lista de 200 perguntas para Yoon e podem interrogá-lo por até 48 horas. Após esse período, eles devem prendê-lo, libertá-lo ou obter um mandado para estender a prisão.

● **Yoon será destituído?**
O destino político está nas mãos da Justiça. O Parlamento votou pela destituição, mas o Tribunal Constitucional deve confirmar a decisão. A primeira audiência foi realizada esta semana. Se a decisão for favorável, Yoon retorna ao cargo. ●

Ditadura chavista

Holanda, França e Itália criticam Venezuela por expulsar diplomatas

CARACAS

França, Itália e Holanda criticaram ontem a Venezuela, após a decisão do regime chavista de restringir a presença em suas embaixadas em Caracas e apenas três diplomatas. O ditador, Nicolás Maduro, alega que os três países tiveram uma "conduta hostil" após sua questionada reeleição.

Maduro tomou posse na sexta-feira para um terceiro mandato consecutivo de seis anos, após ser proclamado vencedor das eleições de 28 de julho – consideradas fraudadas pela oposição, que reivindica a vitória do exilado Edmundo González Urrutia.

"Em resposta à conduta hostil dos governos de Holanda, França e Itália, caracterizada por seu apoio a grupos extremistas e sua intromissão nos assuntos internos, a Venezuela adotou a decisão soberana de limitar a três o número de diplomatas acreditados em cada embaixada", informou o chanceler venezuelano, Yván Gil. "A Venezuela exige respeito a sua soberania e autodeterminação."

FUGA DE CARACAS. "A Holanda condena a medida, que classifica como uma escalada por parte do governo venezuelano, que torna o diálogo ainda mais complicado", afirmou o chanceler holandês, Caspar Veldkamp. "Sem dúvida, haverá uma resposta."

O opositor González Urrutia se refugiou na residência do embaixador holandês antes de se mudar para a embaixada espanhola, onde pediu asilo. Em seguida, ele foi para Madri. A ditadura chavista considerou a proteção dada pela Holanda como um "ato hostil".

Já o presidente francês, Emmanuel Macron, conversou na semana passada com a líder oposicionista María Corina Machado e com González Urrutia. Macron disse que "a vontade do povo venezuelano deve ser respeitada".

DEMOCRACIA. O governo italiano cobrou o regime venezuelano sobre a expulsão de diplomatas europeus após a eleição. "A Itália continuará a pedir à Venezuela que respeite as leis internacionais e a vontade democrática do seu povo", afirmou o chanceler da Itália, Antonio Tajani. ● AFP

Alemanha

Preocupada com ameaça russa, governo alemão anuncia que vai derrubar drones suspeitos

Preocupado com os riscos de sabotagem e espionagem, o governo alemão decidiu ontem autorizar a derrubada de drones suspeitos. Sobrevoos sobre infraestruturas sensíveis se multiplicaram nos últimos meses. "Não nos deixaremos intimidar", afirmou a ministra do Interior, Nancy Faeser. ●

Diplomacia

Cuba começa a libertar presos após ser retirada da lista dos EUA de patrocinadores do terrorismo

O governo cubano começou a libertar ontem seus detentos, como havia prometido, um dia depois de os EUA retirarem o país da lista de patrocinadores do terrorismo. Na terça-feira, o governo cubano disse que libertaria 553 prisioneiros condenados por vários crimes. ●

Califórnia em chamas

Aumento dos ventos põe mais de 6 milhões de pessoas sob ameaça de incêndio em Los Angeles

Mais de 6 milhões de moradores foram colocadas ontem em alerta e estão sob ameaça de incêndios em cidades próximas de Los Angeles. O fogo já matou 25 pessoas, queimou 16 mil hectares e destruiu 12 mil construções. O alerta inclui cidades como Anaheim, Riverside, San Bernardino e Oxnard. ●

Eufrázio

Segurança

Vizinhos e entidades criticam muro na Cracolândia; 'só serve para esconder'

Obra, que custou R$ 96 mil, protege pessoas em situação de vulnerabilidade, diz Prefeitura; segundo ONG, estrutura mantém usuários concentrados no local

Um muro construído pela Prefeitura de São Paulo em uma das ruas da região da Cracolândia, no centro da cidade, motivou novas críticas sobre a forma como a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) trata os problemas da dependência química e do crescimento da violência na região.

A obra foi feita na Rua General Couto de Magalhães, próximo à Estação da Luz, em maio de 2024. Segundo o Portal da Transparência, a Prefeitura pagou quase R$ 96 mil pelo serviço. A empresa foi contratada por meio de um edital de licitação em abril do ano passado.

Ao **Estadão**, a Prefeitura afirma que o concreto substituiu os tapumes instalados anteriormente para fechamento da área pública. "A troca foi realizada para proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade, além de moradores e pedestres, e não para 'confinamento'", diz.

Na avaliação de comerciantes do bairro, porém, o muro teve efeito apenas estético. "Se esse muro mudou alguma coisa por aqui, foi mais para esconder o fluxo (*de usuários de drogas*) dos carros que passam pela (Rua) General Couto de Magalhães", disse o lojista Antônio Francisco da Costa, de 72 anos. Ele conta que, quando o fluxo se estabeleceu por lá, há quase dois anos, havia mais casos de assaltantes que quebravam vidro de carros. "Não necessariamente eram os usuários, mas bandidos que se escondiam dentro do fluxo."

WERTHER SANTANA/ESTADÃO



Muro construído na Rua General Couto de Magalhães possui 40 m comprimento por 2,5 m de altura

Segundo comerciantes, a Cracolândia hoje está até mais esvaziada do que há alguns meses, com pequenos grupos espalhados pelo centro. Dados da Prefeitura apontam que, em média, tem havido cerca de 139 integrantes do fluxo durante o período vespertino em janeiro. À noite, são cerca de 240 pessoas. No mesmo recorte do ano passado, eram 524 pessoas de dia e 544 à noite.

O **Estadão** percorreu o entorno do fluxo na manhã de ontem e encontrou, de fato, menos gente do que em outras ocasiões. De um lado, na Rua dos Protestantes, havia gradis instalados pela Prefeitura, medida que também foi alvo de críticas. Do outro, na General Couto de Magalhães, está o muro de concreto, com 40 m comprimento por 2,5 m de altura.

> ***"Se esse muro mudou alguma coisa por aqui, foi mais para esconder o fluxo dos carros"***
> **Antônio Francisco da Costa**
> **Lojista**

> ***"Não consigo entender a relação do muro com dar mais segurança às equipes e melhorar o atendimento"***
> **Flavio Falcone**
> **Psiquiatra**

Lojistas ouvidos pela reportagem afirmam que houve quedas expressivas na clientela desde que a Cracolândia se fixou na Rua dos Protestantes. Há comerciantes que relatam diminuição de até 90% nas vendas. "Mesmo que tenha menos usuários, os clientes não voltam mais", disse uma lojista.

CRÍTICAS. Entidades que atuam na Cracolândia dizem que o muro teve como objetivo isolar os usuários e dificultar os trabalhos de assistência. Segundo a ONG Craco Resiste, "o espaço que foi delimitado para que as pessoas fiquem concentradas. Não conta com nenhum banheiro ou ponto de água potável próximo".

Segundo o psiquiatra Flavio Falcone, que trabalha com pessoas em situação de rua, o muro dificulta o tratamento dos usuários. "Não consigo entender a relação do muro com dar mais segurança às equipes e melhorar o atendimento. As equipes dos consultórios de rua não entram no fluxo", disse. "Não é uma ação de saúde, é mais uma ação higienista."

Em nota, o Ministério Público do Estado de São Paulo afirmou que vai apurar o caso.

A Prefeitura, também por meio de nota, diz que os tapumes que estavam no local eram quebrados com frequência, oferecendo risco de ferimentos às pessoas, e que, além do muro, fez melhorias no piso da área para as pessoas em situação de vulnerabilidade. "Não são verdadeiras as afirmações de que a administração municipal atuou na região com outros interesses que não sejam a assistência e acolhimento às pessoas em vulnerabilidade na cena aberta de uso." ● ÍTALO LO RE, JOSÉ MARIA TOMAZELA E LÍVIA MACHADO

Assaltante mata delegado após roubar arma e celular

O delegado de polícia Josenildo Belarmino de Moura Júnior, de 32 anos, foi morto a tiros em um assalto na manhã de terça, na Chácara Santo Antônio, zona sul de São Paulo. A vítima era delegado havia dois meses, após ter se formado na última turma de 2024.

Em vídeo feito por uma câmera de segurança, o delegado, que estava de folga, aparece andando pela Rua Amaro Guerra. O criminoso chega em uma moto e para à frente de um trecho da calçada. Depois, desce da moto e aborda a vítima. De capacete e apontando a arma para Moura Júnior, ele revista o delegado, que estava armado. Em seguida, atira no policial. Foram levados o celular e a arma de Moura Júnior. O caso foi registrado como latrocínio (roubo seguido de morte). Vizinhos do local ouvidos pelo **Estadão** dizem que roubos são frequentes no bairro, sobretudo por ladrões disfarçados de entregadores. ● GIOVANNA CASTRO

NICOM
LUGAR DE GENTE MUITO, MUITO FELIZ!
TEL.:(11) 5033-2000
(11) 98200-1400
ESTA BMW pode ser SUA!
Novacor-Esmalte
Acetinado 3.6l Branco
De: 149,90
Por: 119,90
-20%
Votomassa-Argamassa
Porcelanato Cinza Interno
20kg
De: 29,90
Por: 22,90
-23%
AMPLO ESTACIONAMENTO:
200 VAGAS
R. ÁTICA, 47
BROOKLIN
SÃO PAULO/SP
VISA
SAC
(11) 5033-2020

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital
Baseado na precocorder ada Praça da Bandeira | Última Atualização 16/01

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA
30% 23°	75% 23°	65% 21°	9 MM	55 a 100%	20°/26°	21°/27°	22°/29°	22°/31°

SOL: NASCENTE 5h33 / POENTE 18h59

LUA CHEIA

CHEIA	13/01	19h27
MINGUANTE	21/01	17h32
NOVA	29/01	9h37
CRESCENTE	05/02	5h03

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperatura (mín./máx.)

Ribeirão Preto; São José do Rio Preto; Araçatuba; Presidente Prudente; Marília; Bauru; Araraquara; Campinas; São José dos Campos; Litoral Norte; Sorocaba; São Paulo; Litoral Sul

Ondas 16/01 — 2,5m; 1,5m; 1m

Precipitação Média — 100mm; 50mm; 25mm; 10mm; 5mm; 3mm; 1mm

TEMPOnaCidade.com.br — TECNOLOGIA SUÍÇA high precision weather

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.	Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJU	30%	1mm	21°C/31°C	MACEIÓ	20%	0mm	24°C/31°C
BELÉM	61%	11mm	24°C/29°C	MANAUS	41%	2mm	20°C/31°C
BELO HORIZONTE	60%	5mm	19°C/28°C	NATAL	25%	1mm	24°C/30°C
BOA VISTA	0%	0mm	24°C/33°C	PALMAS	55%	11mm	22°C/28°C
BRASÍLIA	70%	22mm	18°C/27°C	PORTO ALEGRE	20%	1mm	24°C/31°C
CAMPO GRANDE	35%	1mm	24°C/33°C	PORTO VELHO	90%	13mm	22°C/29°C
CUIABÁ	60%	5mm	23°C/32°C	RECIFE	25%	2mm	24°C/30°C
CURITIBA	70%	4mm	18°C/24°C	RIO BRANCO	30%	2mm	22°C/32°C
FLORIANÓPOLIS	10%	12mm	22°C/27°C	RIO DE JANEIRO	50%	7mm	22°C/27°C
FORTALEZA	40%	3mm	24°C/29°C	SALVADOR	40%	1mm	21°C/31°C
GOIÂNIA	61%	11mm	21°C/28°C	SÃO LUÍS	90%	20mm	24°C/28°C
JOÃO PESSOA	30%	1mm	21°C/31°C	TERESINA	70%	11mm	24°C/31°C
MACAPÁ	50%	4mm	21°C/31°C	VITÓRIA	75%	23mm	22°C/27°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	27°C/38°C	LOS ANGELES	-5h	6°C/21°C
ATENAS	+5h	6°C/16°C	MADRID	+4h	2°C/10°C
BARCELONA	+4h	7°C/12°C	MIAMI	-2h	11°C/20°C
BERLIM	+4h	2°C/5°C	MONTEVIDÉU	0h	22°C/28°C
BRUXELAS	+4h	0°C/4°C	MOSCOU	+6h	-3°C/2°C
BUENOS AIRES	0h	21°C/30°C	NOVA YORK	-2h	-3°C/0°C
CARACAS	-1h	24°C/28°C	PARIS	+4h	2°C/6°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	11°C/22°C	ROMA	+4h	2°C/10°C
ESTOCOLMO	+4h	4°C/6°C	SANTIAGO	0h	15°C/30°C
GENEBRA	+4h	1°C/3°C	SYDNEY	+13h	19°C/22°C
JOHANESBURGO	+5h	17°C/28°C	TEL AVIV	+5h	13°C/20°C
LIMA	-2h	20°C/24°C	TÓQUIO	+12h	3°C/8°C
LISBOA	+3h	8°C/15°C	TORONTO	-2h	-4°C/-2°C
LONDRES	+3h	5°C/8°C	WASHINGTON	-2h	-1°C/2°C

Transporte

Justiça nega liminar a app que oferece serviço de mototáxi em SP

Em decisão, juiz reconhece direito da Prefeitura de barrar a atividade; 99 mantém oferta da modalidade e diz que vai recorrer

CAIO POSSATI

A Justiça de São Paulo negou ontem pedido de liminar da 99 contra a ordem da Prefeitura para suspender o serviço de transporte de passageiros por moto na capital paulista, anunciado pela empresa na terça. A decisão reconhece o direito do poder municipal de barrar o serviço, uma vez que a modalidade já havia sido proibida em decreto de 2023.

A medida é assinada pelo juiz Josué Vilela Pimentel, da 8.ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e cabe recurso. A 99, por sua vez, diz que o juiz negou a liminar por entender que não há ameaça concreta da Prefeitura contra o serviço 99Moto e diz que vai recorrer da decisão. Já a Prefeitura diz que a decisão reconhece a validade do decreto, o que mantém o veto ao modal na cidade.

Conforme a decisão de Pimentel, o próprio pedido de liminar da 99 alerta para a existência do Decreto Municipal 62.144/2023 que "suspendeu, temporariamente, a utilização de motocicletas para o transporte individual remunerado de passageiros por aplicativo no Município de São Paulo".

O juiz escreve ainda que o Grupo de Trabalho criado pela Prefeitura a partir do decreto "não recomenda a implantação do transporte por motocicletas" em São Paulo. "Finca seus argumentos nas particularidades do trânsito desta capital. Trânsito este que, inegavelmente, não pode ser comparado ao de qualquer outro município do País", diz em outro trecho da decisão.

Decisão do Município
Decreto de 2023 proíbe transporte remunerado de passageiro em motocicleta por meio de aplicativo

Em nota, a 99 diz que o magistrado não analisou o mérito sobre a legalidade do serviço, "que é plenamente amparado pela legislação federal". "Por isso, a modalidade continuará operando normalmente na cidade. A empresa recorrerá ao Tribunal de Justiça de São Paulo para garantir os direitos da empresa e de seus motoristas e usuários", afirmou a 99.

'ASSASSINA'. Na terça, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou que o veto ao serviço foi para evitar mortes no trânsito, além de chamar a empresa de "irresponsável" e "assassina". "Aqui não é uma terra sem dono, uma terra de ninguém. É uma irresponsabilidade dessa empresa", disse Nunes. Segundo ele, estudos que mostram a razão do veto ao serviço de mototáxi foram apresentados para as empresas do setor.

"A Justiça de São Paulo reconheceu a validade do Decreto 62.144 de 2023, do prefeito Ricardo Nunes, e manteve a proibição do serviço de mototáxi na cidade de São Paulo. A decisão é uma vitória para o Município e uma resposta a uma ação da plataforma 99, que recorreu à Justiça para tentar iniciar o serviço na cidade, apesar da proibição pela legislação municipal", disse ontem a Prefeitura, em nota.

FISCALIZAÇÃO. A administração também informou, nesta quarta, que vai "intensificar a fiscalização" em todas as áreas da cidades para checar existência de alguma irregularidade. As ações serão reforçadas pela Prefeitura, por meio do Departamento de Transportes Públicos (DTP), e pela Polícia Militar. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor pede que asfalto seja recapeado

Reclamação de Ana Elisa Sestini: "Gostaria de solicitar obras de recapeamento na Rua Ministro Rocha Azevedo, no Jardim Paulista. As depressões no asfalto são enfrentadas diariamente nos trechos das Ruas Oscar Freire e José Maria Lisboa. Peço auxílio para que a situação apresentada seja verificada pelas autoridades responsáveis. Os prejuízos são para automóveis e também moradores e trabalhadores da região."

Resposta da Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal das Subprefeituras: "A Secretaria Municipal das Subprefeituras vistoriou a Alameda Ministro Rocha Azevedo e foi identificada a necessidade dos serviços de tapa-buraco. O trabalho já foi incluído no cronograma de trabalho das equipes. O munícipe pode solicitar serviços de tapa-buraco da Prefeitura por meio do Portal 156, no site, no aplicativo SP156 e via central de atendimento telefônico no número 156. Casos de buracos em pontes e viadutos devem ser registrados no serviço de "Vistoria e reparo de pontes e viadutos". No caso de solicitação de reparo em faixa exclusiva ou corredor de ônibus solicite através do serviço "Tapa-buraco em faixa exclusiva ou corredor de ônibus". ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o spreclama@estadao.com

HÁ 150 ANOS

Itu

A proposito de recentes composições musicaes do inspirado e conhecido maestro Elias Lobo: Foram executadas na festa do Bom-Jesus, no dia 1.º do corrente, tres composições do sr. Elias Lobo: uma oratoria que tomou por assumpto o nascimento e circumcisão do Senhor, a missa, e uma aria que precedeu o sermão. Esta oratoria, a nosso vêr, encerra maior merecimento artistico, que a primeira composta pelo sr. Lobo para a festa de Santa Thereza. Segunda composição deste genero, e de execução mais difficil, demandou por certo mais attenção (...) A aria que precedeo ao sermão é realmente bella, e foi executada com bastante gosto. ●

TYPOGRAPHIA E LIVRARIA
A. L. GARRAUX
S. PAULO
Impressão de cartões de visita em 20 minutos
Vende-se o papel com nomes
FIRMAS SOCIAES

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3855-2023 / WHATSAPP (11) 99133-8393 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Ana Maria Pereira dos Santos Lima de Noronha - Dia 10, aos 82 anos. Filha de João Pereira dos Santos e Maria Regueira Santos. Era casada com Antônio Carlos Lima de Noronha. Deixa os filhos João Carlos, Luís Antônio, Carlos Eduardo, parentes e amigos. A cerimônia de cremação foi realizada na Funerária Morumbi.

Deise Rodrigues dos Santos - Dia 13, aos 90 anos. Filha de Edmundo Rodrigues dos Santos e Maria Valeriani Rodrigues. Era solteira. Deixa parentes e amigos. O velório foi realizado no Crematório da Vila Alpina.

José Décio Vanzato - Dia 15, aos 82 anos. Filho de Adelmo Vanzato e Idalina Contro Vanzato. Era solteiro. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro, em Bebedouro.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Eufrázio

Saúde

Com 6,6 mil casos suspeitos, dengue lota unidades de saúde em Rio Preto

Cidade tem 5 óbitos em investigação; prefeitura investiga conduta de médicos na rede municipal após receber denúncias

MILLENA GRIGOLETI BARROS
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Os casos de dengue têm pressionado as unidades de saúde de São José do Rio Preto (SP), líder em registros da doença no País. A cidade contabiliza 6.650 casos suspeitos da doença e tem cinco óbitos em investigação. Os números correspondem, respectivamente, a 19,55% e 10,2% dos registros em São Paulo, diz o Núcleo de Informações Estratégicas em Saúde do governo estadual.

A espera por atendimento gera reclamações e virou alvo de uma investigação na prefeitura. Segundo denúncias recebidas pela administração municipal, médicos estariam cometendo irregularidades na marcação do ponto nas unidades de pronto atendimento (UPAs). Além disso, circula na cidade o áudio de uma suposta médica incentivando colegas a atenderem menos pacientes por hora. "É só todo o mundo atender três por hora, independente se está no corujão, se está cedo, se está com apoio, vai deixando acumular, vira uma bola de neve", diz a gravação.

Segundo a prefeitura e o Sindicato dos Médicos da cidade, os profissionais investigados prestam serviço nas unidades municipais, mas são contratados pela Fundação Faculdade Regional de Medicina (Funfarme) e "cabe à entidade a gestão do quadro de funcionários, incluindo contratações e demissões." A Funfarme, por sua vez, afirmou que avaliará a situação e adotar providências.

MILLENA GRIGOLETI BARROS/ESTADÃO



Na UPA Jaguaré, idoso aguardou atendimento por 3 horas , diz filha

LONGA ESPERA. O aposentado Pedro da Costa, de 70 anos, que está com dengue, ficou por três horas na UPA Jaguaré, na zona leste da cidade, para tomar soro, mas precisou retornar na parte da tarde porque apresentou sangramento. "Na última quinta, ele veio para a Jaguaré e ficou três horas. Foi embora sem ser atendido", contou a filha do idoso, a assistente administrativa Aparecida Carvalho, de 37 anos.

Já na UPA Região Norte, o estudante Davi de Seixas Pereira, de 17 anos, esperava atendimento havia duas horas. Com sintomas de dengue, como dores de cabeça e no corpo, havia passado só pela triagem. "A gente fica triste porque paga imposto", disse a mãe do jovem, a cabeleireira Débora de Seixas Silva, de 46 anos.

Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde disse que está ampliando a assistência médica aos pacientes com dengue, com incremento de 59 leitos hospitalares em cinco instituições, de modo que transferências possam ser feitas com mais agilidade. Ontem, só na Santa Casa, referência para pacientes de Rio Preto, havia 28 adultos internados com dengue, sendo 3 na UTI, além de 5 crianças. No Hospital Municipal, eram 10 pessoas. No Hospital de Base, que atende toda a região, eram 98 internações. A prefeitura informou ainda que estendeu o horário de atendimento em duas UBSs e contratou mais profissionais.

Segundo a Secretaria Estadual de Saúde, 18 mil casos prováveis de dengue já foram registrados no estado de São Paulo só neste ano e 21 municípios decretaram emergência de saúde pública. ●

Situação no Estado
SP já registrou 18 mil casos prováveis de dengue só neste ano; 21 municípios decretaram emergência

Decreto municipal

Prefeito de cidade mineira proíbe funk em escolas e eventos

Em dois decretos publicados no início deste ano, o prefeito da cidade mineira de Carmo do Rio Claro, Filipe Carielo (PSD), proibiu a execução de funk nas escolas municipais, em eventos promovidos pela prefeitura e em veículos de recreação que ofereçam passeios para crianças e adolescentes pelas ruas da cidade, a chamada "Carreta Furacão".

Também foi proibida a execução, nas escolas e em eventos da pasta da Educação, de músicas que façam apologia do crime, do uso de drogas, de tabaco e de qualquer outro produto inadequado a crianças e adolescentes, da pornografia, da automutilação ou que utilizam linguajar obsceno. Procurada pela reportagem, a administração municipal não falou.

"Decidimos cortar pela raiz para que os estudantes não se acostumem a consumir gêneros musicais que não agregam valor à formação deles", disse o prefeito, em nota divulgada pela prefeitura. "Essa decisão reflete nosso compromisso com o bem-estar e o futuro dos nossos jovens. Nosso objetivo é criar um ambiente escolar mais saudável, e, por isso, também ampliar ações positivas, como as aulas de música, já em andamento em algumas escolas."

O primeiro decreto, publicado em 6 de janeiro, trata das restrições nas escolas municipais e em eventos promovidos pela Secretaria de Educação. O segundo, de 10 de janeiro, estende a proibição a "veículos de recreação que comercializem ingressos para passeios de crianças e adolescentes, denominados 'Carreta Furacão da Alegria'".

FISCALIZAÇÃO. Tanto funk como músicas proibidas nas escolas são abrangidas por esse decreto, e a empresa que desrespeitá-lo terá "suspensão do alvará de funcionamento e vedação de obtenção de nova licença pelo período de um ano". Neste caso, a fiscalização caberá a outra secretaria: de Agropecuária, Piscicultura e Desenvolvimento Econômico. ● FÁBIO GRELLET

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

DIVERSÃO E RELAXAMENTO
PARA TODOS!

No Hotel Resort e Golfe Clube dos 500, a diversão se encontra com a tranquilidade e a boa gastronomia, criando experiências únicas para você e sua família!

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!

Eufrázio

Tênis

Djokovic e Alcaraz preveem Fonseca entre os melhores

Sérvio e espanhol apostam que brasileiro vai estar no grupo de elite em pouco tempo; McEnroe o define com o 'próximo Alcaraz'

FELIPE ROSA MENDES

João Fonseca é de fato o tenista do momento no circuito mundial. A performance na reta final da temporada passada e no início da atual empolga vários jogadores da elite, impressionados com o talento do garoto de 18 anos. Novak Djokovic projetou um "futuro brilhante" para o brasileiro, Carlos Alcaraz disse que "vai ter de se cuidar" e o ex-tenista John McEnroe definiu o carioca como "o próximo Alcaraz".

"Sou fã do jogo dele. Também o observei no ano passado. Em uma das minhas entrevistas para a ATP, eu disse que via um pouco do meu jogo no jogo dele, principalmente quando eu tinha a idade dele, quando não me importava em tentar as jogadas, apenas mostrava do que era capaz", comentou Djokovic ontem, após estrear no Aberto da Austrália com vitória sobre o português Jaime Faria, por 3 sets a 1, parciais de 6/1, 6/7 (4/7), 6/3 e 6/2.

O espanhol Carlos Alcaraz, número três do mundo, destacou a ascensão do brasileiro e ficou entusiasmado com a vitória de Fonseca sobre o russo Andrey Rublev por 3 sets a 0 no dia anterior.

"O que eu posso falar sobre isso? É algo incrível a maneira como ele jogou em sua primeira partida de Grand Slam contra um top 10. A maneira como entrou para o jogo e como lidou com tudo, com o nervosismo e o duelo em geral. Tudo foi fantástico", elogiou.

Alcaraz, que passou com tranquilidade pelo japonês Yoshihito Nishioka, número 65 do ranking, por 3 sets a 0 (6/0, 6/1 e 6/4), vê em Fonseca mais um forte rival. "Tenho de tomar cuidado com ele. Vai crescer e estamos apenas no começo do ano. Vamos colocar João Fonseca entre os nomes dos melhores jogadores muito em breve", prosseguiu. O espanhol já treinou com o brasileiro algumas vezes.

Djokovic, ex-número 1 do mundo e dono dos principais recordes da história da modalidade – ontem, se tornou o tenista que jogou o maior número de partidas de Grand Slam na história, com 430, deixando para trás Roger Federer e seus 429 confrontos –, acredita que Fonseca tem os recursos necessários para brilhar.

"Ele definitivamente tem o que é preciso. Ele mostrou isso ontem à noite (terça-feira, na vitória sobre Rublev) em um grande palco para ir muito longe. O futuro é brilhante para ele, sem dúvida, se ele continuar assim."

O ex-número 1 destacou a postura de Fonseca na disputa dos pontos mais importantes contra Rublev. "Tenho acompanhado sua ascensão e adoro como ele joga os pontos importantes. Corajoso, bate muito bem, é um jogador completo. É muito importante para o nosso esporte ter um jogador muito bom vindo do Brasil. Acho que o país não tem um jogador desse calibre desde Guga Kuerten. É um momento empolgante para o Brasil, mas também para todo o mundo do tênis, porque um jogador e uma pessoa tão jovens serem capazes de jogar tão bem em um grande palco é impressionante."

ENTUSIASMO. Atualmente comentarista, o americano John McEnroe foi direto. "Quando olho para ele, vejo-o como o próximo Carlos Alcaraz", disse McEnroe ao canal Eurosport. O espanhol, que aos 19 anos se tornou o mais jovem a alcançar o topo do ranking, foi campeão de Roland Garros e Wimbledon na temporada passada e é considerado por muitos como o sucessor de Rafael Nadal.

"Não consigo acreditar como esse cara já é bom. Acho que ele já bateu o forehand mais potente do torneio, então acho que não precisamos nos preocupar", analisou. "Parece subir bem à rede, parece estar em boa forma física e mental. Seu saque parece bom. Ele só precisa de um pouco de experiência. Ele está no caminho certo."●

VINCE CALIGIURI /AFP



'O futuro é brilhante para ele'
Novak Djokovic

"Ele definitivamente tem o que é preciso. João é um jogador completo."

VINCE CALIGIURI/AFP



'Tenho de tomar cuidado com ele'
Carlos Alcaraz

"Vamos colocar João Fonseca entre os nomes dos melhores muito em breve."

Campeonato Paulista

Corinthians vai com reservas a Bragança

RODRIGO SAMPAIO



19h30: TNT e MAX

O Corinthians inicia a sua caminhada na temporada 2025 hoje, às 19h30, contra o Red Bull Bragantino, pela rodada de estreia do Campeonato Paulista. Ramón Díaz deve escalar um time reserva e dar oportunidade a jogadores das categorias de base enquanto os titulares aprimoram a parte física.

Um dos protagonistas da reação do ano passado, Memphis Depay é ausência certa. Ele sequer participou do trabalho com bola nesta semana. O meio-campista Rodrigo Garro, que se envolveu em um acidente de carro com uma vítima fatal nas férias, faz tratamento de lesão no joelho esquerdo e também está fora.

Revelado na base alvinegra, o lateral-direito Léo Mana deve começar entre os 11 iniciais. O lateral-esquerdo Diego Palacios está recuperado de lesão no joelho e pode ganhar chance. O atacante Kayke e o zagueiro Renato são outros que podem aparecer no time principal ao longo do Estadual.●

1ª RODADA DO PAULISTÃO

RB BRAGANTINO × CORINTHIANS

RB BRAGANTINO: Cleiton; Andres Hurtado, P. Henrique, Eduardo e J. Capixaba; Jadsom, Lucas Evangelista, John John; Lucas Barbosa (Vinicinho), Isidro Pitta e Eduardo Sasha.
Técnico: Fernando Seabra
CORINTHIANS: Matheus Donelli; Léo Mana, Cacá, Félix Torres, Diego Palacios; Charles, Alex Santana (Ryan) e Igor Coronado; Ángel Romero, Héctor Hernández e Talles Magno.
Técnico: Ramón Díaz
Árbitro: Matheus Candançan.
Horário: 19h30.
Local: Estádio Nabi Abi Chedid.

PAULISTA SÉRIE A1

GRUPO A	PG	J	V	E	D	SG
1 Corinthians	0	0	0	0	0	0
2 Internacional	0	0	0	0	0	0
3 Mirassol	0	0	0	0	0	0
4 Botafogo	0	1	0	0	1	-2

GRUPO B	PG	J	V	E	D	SG
1 Guarani	3	1	1	0	0	2
2 Bragantino	0	0	0	0	0	0
3 Santos	0	0	0	0	0	0
4 Portuguesa	0	1	0	0	1	-2

GRUPO C	PG	J	V	E	D	SG
1 Noroeste	3	1	1	0	0	2
2 São Paulo	0	0	0	0	0	0
3 Água Santa	0	0	0	0	0	0
4 Novorizontino	0	1	0	0	1	-1

GRUPO D	PG	J	V	E	D	SG
1 Palmeiras	3	1	1	0	0	2
2 Ponte Preta	3	1	1	0	0	1
3 São Bernardo	0	0	0	0	0	0
4 Velo Clube	0	1	0	0	1	-2

■ CLASSIFICADOS - OS DOIS PIORES NA CLASSIFICAÇÃO GERAL SERÃO REBAIXADOS

O MELHOR DA TV

FUTEBOL

● **Copa São Paulo**
Fluminense x São Paulo
17h / CazéTV
Guarani x Ferroviária
18h30 / SporTV 3
Botafogo x Criciúma
19h / CazéTV

● **Campeonato Inglês**
Manc. United x Southampton
17h / Disney +

● **Copa do Rei**
Real Madrid x Celta
17h30 / ESPN

● **Campeonato Paulista**
RB Bragantino x Corinthians
19h30 / TNT e Max
Santos x Mirassol
21h30 / CazéTV

BASQUETE

● **NBB**
Corinthians x Flamengo
20h45 / SporTV 3

TÊNIS

● **Aberto da Austrália**
Terceira rodada
21h / ESPN 2 e Disney +

Sport Club Corinthians Paulista
CNPJ nº 61.902.722/0001-26

Conselho Deliberativo

Ilmo(a). Sr(a). **Conselheiro(a):** O Presidente do Conselho Deliberativo do Sport Club Corinthians Paulista, no uso de suas atribuições estatutárias e em atendimento ao disposto nos artigos 82, item I, letra "a" combinado com art. 107, letra "a", ambos do Estatuto do Sport Club Corinthians Paulista, vem pelo presente, **CONVOCAR** Vossas Senhorias para a Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, a realizar-se no próximo dia 20 de janeiro de 2025, às 18:00 horas, em primeira chamada, com a presença de metade mais um do total de Conselheiros(as) do CD, e às 19:00 horas, em segunda chamada, com qualquer número de Conselheiros(as) presentes, nas dependências de nossa sede social (Mini Ginásio), sita à Rua São Jorge, nº 777, Capital, com a seguinte ordem do dia: a) Palavra do Presidente do CD para expor os motivos da convocação; b) Deliberação sobre o motivo da Convocação da Reunião; c) Palavra do Presidente da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho Deliberativo pelo tempo regimental para leitura e sustentação do parecer da Comissão; d) Palavra facultada à Defesa pelo tempo regimental para sustentação oral do Presidente da Diretoria ou de seu representante legal; e) Votação em escrutínio secreto pela Destituição ou não do Presidente da Diretoria; f) Proclamação do resultado e providências estatutárias, em sendo o caso.

São Paulo, 13 de janeiro de 2025

Romeu Tuma Junior - Presidente do Conselho Deliberativo do SCCP

Eufrázio

Futebol paulista

Palmeiras vence a Portuguesa na estreia com dois gols de Maurício

RICARDO MAGATTI

Atual tricampeão, o Palmeiras começou a busca pelo inédito tetracampeonato do Paulistão com vitória. Primeiro dos grandes a jogar, o time de Abel Ferreira fez um bom jogo para um início de temporada e derrotou ontem por 2 a 0 a Portuguesa, no Allianz Parque.

O meia-atacante Maurício foi o protagonista da partida ao marcar, com finalizações semelhantes, os dois gols, um em cada tempo.

Foi bastante aceitável a estreia do tricampeão estadual. Mostrou velocidade, intensidade e sintonia mesmo na primeira partida da temporada, em que se espera muitas vezes o oposto desses atributos. Escalada com uma formação diferente, com cinco titulares - Weverton, Marcos Rocha, Murilo, Richard Ríos e Estêvão -, a equipe funcionou. Não encantou, mas explorou as fraquezas da Portuguesa e conquistou a vitória sem ser muito acossado. O Palmeiras Foi dominante principalmente na etapa inicial da partida.

Pressionada, a Portuguesa se atrapalhou ao sair jogando e a bola sobrou para Mauricio na área. Ele limpou a marcação e finalizou com potência.

No segundo tempo, a Portuguesa vibrou, mas por poucos minutos, apenas até o árbitro joão Vitor Gobi cancelar pênalti que havia marcado a favor dos visitantes ao rever o lance no monitor e concluir que Murilo não tocou a mão na bola dentro da área.

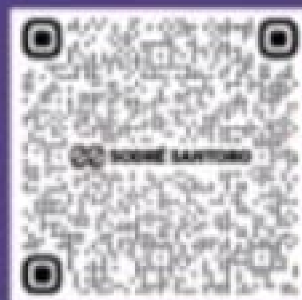
Minutos depois, o Palmeiras mudou a postura sonolenta daquele momento e Maurício reapareceu para decidir. Fez de canhota um bonito gol após assistência de Marcos Rocha e definiu a vitória palmeirense. ●

1ª RODADA DO PAULISTÃO


PALMEIRAS 2


PORTUGUESA 0

Gols: Maurício, aos 11min do 1º tempo e aos 24 do 2º tempo.
PALMEIRAS: Weverton; M. Rocha, Naves (Benedetti), Murilo e Vanderlan (Giay); Fabinho, Ríos e Maurício (A. Elias; Rômulo Atuesta). Thalys (Luighi) e Estêvão. **T:** Abel Ferreira.
PORTUGUESA: Rafael Santos, Alex Silva, G. Henrique, Alex e Lucas Hipólito; Hudson (Tauã), F. Henrique e Daniel Júnior; Cristiano (Iago Dias, Maceió e Henrique Almeida (R. Peixoto). **Técnico:** Cauan de Almeida.
Árbitro: João Vitor Gobi.
Amarelos: L. Hipólito, Hudson, Rômulo, F. Henrique.
Local: Allianz Parque.

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEIS
EXCELENTE CHÁCARA
CENTRO, CACHOEIRA PAULISTA/SP
DESOCUPADO
11/03 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE
LANCE INICIAL:
R$2.900.000
DESOCUPADO. CHÁCARA NA TRAVESSA BOM JESUS, N.º 57, CENTRO - CACHOEIRA PAULISTA/SP. TERRENO COM 72.554,47M². MATRÍCULA SOB Nº 3.304 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CACHOEIRA PAULISTA/SP. SENDO QUE A ÁREA CORRESPONDENTE A 72.554,47M², ESTÁ EM ZONA RURAL, REGISTRADA NO INCRA SOB O N.º 635030000035.8 E A ÁREA DE 7.135,53M², ESTÁ EM ZONA URBANA, COM INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA SOB O N.º 03.074.0229.001. VISITAS DEVERÃO SER PREVIAMENTE AGENDADAS COM EMERSON (SETOR DE IMÓVEIS), NO TELEFONE: (11) 2464-6460 - RAMAL: 6460 OU ATRAVÉS DO E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR.

SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Santos dá início ao desafio de mostrar uma 'nova cara'


21h30: CAZÉTV

Sob nova direção, o Santos inicia hoje sua participação no Campeonato Paulista enfrentando o Mirassol, às 21h30, na Vila Belmiro, em busca do resgate do DNA ofensivo que caracterizou o time ao longo de sua trajetória. Com o técnico Pedro Caixinha no comando, a tarefa é jogar bem e vencer para aproximar novamente o time de sua torcida.

Os quatro reforços que chegaram recentemente não devem jogar. Caixinha tem duas dúvidas: na defesa, entre JP Chermont e Léo Godoy; na frente, Wendel Silva e Luca Meirelles brigam por uma vaga para atuar ao lado de Lucas Braga e Guilherme. ● TONI ASSIS

1ª RODADA DO PAULISTÃO


SANTOS


MIRASSOL

SANTOS: Gabriel Brazão; JP Chermont (Leo Godoy), Basso, Luan Peres e Escobar; Tomás Rincón, Diego Pituca e Soteldo; Lucas Braga, Guilherme e Wendel (Luca Meirelles).
Técnico: Pedro Caixinha.
MIRASSOL: Alex Muralha; Daniel Borges, Alan Empereur, David Braz e Reinaldo; Roni, Neto Moura e Danielzinho; Chico Kim; Gabriel Santana e Yuri Castilho.
Técnico: Eduardo Barroca.
Árbitro: Flávio Rodrigues de Souza.
Horário: 21h30.
Local: Vila Belmiro.

São Paulo fica no empate com o Cruzeiro nos EUA

No seu primeiro jogo na temporada, o São Paulo ficou no 1 a 1 com o Cruzeiro ontem, em Orlando, pela FC Séries.

O São Paulo começou o ano tomando um gol. Matheus Pereira aproveitou erro na saída de bola e fez para o Cruzeiro aos 27 segundos. Depois disso, o time paulista foi melhor em todo o primeiro tempo, teve bom volume de jogo, e conseguiu empatar com Luciano aos 45, aproveitando falha de Fabrício Bruno e Cássio.

Luis Zubeldía e Fernando Diniz mudaram seus 11 jogadores para a etapa final. Oscar reestreou no Tricolor e Enzo Díaz fez sua estreia. O Cruzeiro também estreou Dudu, Gabigol e Fagner. O time paulista criou várias chances, mas o empate se manteve. ●

Eufrázio

Tecnologia

Cão-robô com câmeras reforça segurança em SP

Em testes, robô da GCM reconhece desaparecidos e foragidos da Justiça, além de pular e subir escadas

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA / DIVULGAÇÃO



Cão-robô é integrado ao sistema Smart Sampa; ele já atuou em grandes eventos na capital paulista

RENATA OKUMURA

O sistema de monitoramentos com câmeras inteligentes da cidade de São Paulo, o Smart Sampa, conta agora com um novo aliado tecnológico para reforçar as ações de seguranças na capital paulista. Trata-se do cão-robô da Guarda Civil Metropolitana, que começou a ser usado no patrulhamento de grandes eventos na cidade.

Utilizado na virada do ano na Avenida Paulista, na estreia da National Football League (NFL) e no Grande Prêmio de Fórmula 1, o cão-robô consegue entrar em espaços confinados, pular e subir e descer escadas. "O fato de ser menor e ter estrutura robusta facilita muito a incursão em locais de difícil acesso para os seres humanos", diz o secretário adjunto de Segurança Urbana de São Paulo, Junior Fagotti.

Além disso, ele é equipado com câmeras inteligentes de alta resolução que captam e transmitem imagens em tempo real diretamente para as câmeras da central do Smart Sampa, no centro da cidade.

As câmeras do robô também detectam pessoas desaparecidas, foragidos da Justiça e veículos com queixa de roubo, para que a central já envie viaturas policiais ao local indicado. "O cão-robô possui câmeras com algoritmos de reconhecimento facial que transmitem imagens em tempo real para a central de monitoramento do programa Smart Sampa", diz a secretaria de Segurança.

O robozinho pesa cerca de 15 kg, possui dimensões de 70 x 31 x 40 cm em pé e 76 x 31 x 20 cm agachado. Conta com três câmeras instaladas no dorso, na frente e na parte inferior, que captam imagens em 360 °, além de bateria que lhe dá autonomia de até duas horas com carga completa.

AÇÕES POLICIAIS. Além da instalação de 20 mil câmeras na cidade de São Paulo prevista por meio do Smart Sampa, a expectativa é que o cão-robô também possa ajudar nas ações policiais. "Temos trabalho territorial e ações específicas em que precisamos de um apoio tecnológico junto com a Guarda Civil Metropolitana em campo. Essa novidade é o cão-robo, que já é conectado com a nossa plataforma", resumiu Fagotti.

Hoje, a cidade possui uma unidade do equipamento, que é da fabricante Unitree, e está em fase de testes, sem custos à secretaria. ●

LEILÃO JUDICIAL - TERRENOS
SOMENTE ONLINE





1ª PRAÇA: 03/02/2025 ÀS 11H45
LANCE INICIAL: R$ 4.891.174,00
2ª PRAÇA: 25/02/2025 ÀS 11H45
LANCE INICIAL: R$ 2.445.588,00
(50% do valor atualizado da avaliação do bem)

Terreno - MATO DENTRO - BRAGANÇA PAULISTA - SP

Lote 01 - TERRENO com área de 22.094,72 m², situado no Bairro da Boa Vista ou Mato Dentro, Bragança Paulista/SP. Matricula nº 43.247, do CRI de Bragança Paulista/SPINCRA nº 634.0341018.325-5. Proc.: 0003144-17.1996.8.26.0068. 4ª Vara e Oficio Civel de Barueri/SP.

1ª PRAÇA: 03/02/2025 ÀS 11H45
LANCE INICIAL: R$ 7.296.255,00
2ª PRAÇA: 25/02/2025 ÀS 11H45
LANCE INICIAL: R$ 3.648.128,00
(50% do valor atualizado da avaliação do bem)

Terreno - TABOÃOZINHO - ITAPETININGA - SP

Lote 02 - TERRENO com área de 22.479 m² (sendo 21.569,60 m² constatados em perícia), situado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, s/nº, no bairro do Taboãozinho, em Itapetininga/SP. Matrícula nº 52.816, do CRI de Itapetininga/SP.Inscrição Imobiliária nº 06.23.045.1996.001. Proc.: 0003144-17.1996.8.26.0068. 4ª Vara e Oficio Civel de Barueri/SP.

Consulte o edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Para agendar visitas aos imóveis disponiveis para visitação ou esclarecer dúvidas, entre em contato pelo telefone (11) 2464-6460.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Luiz Fernando de Abreu Sodre Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

Eufrázio



Rede social. TikTok planeja encerrar operação nos EUA no domingo, afirma agência de notícias

ECONOMIA & NEGÓCIOS E&N

QUINTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO





DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B16)

Sistema financeiro **Meio de pagamentos**

Governo recua e revoga normativa do Pix após onda de notícias falsas

Planalto editará medida provisória para reiterar que não haverá taxação sobre pagamentos instantâneos; Haddad diz iniciativa vai 'equiparar' meio ao dinheiro

BRASÍLIA

Após uma onda de notícias falsas sobre a tributação e o pagamento de taxas em operações com o Pix, o governo recuou e decidiu ontem revogar uma instrução normativa da Receita Federal que entrou em vigor no dia 1.º e que obrigava as instituições financeiras a informar movimentações, inclusive pelo Pix, acima de R$ 5 mil para pessoas físicas e R$ 15 mil para pessoas jurídicas.

O governo vai ainda publicar uma medida provisória para reforçar que não haverá taxação de transações feitas pelo meio de pagamento instantâneo.

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, anunciou ainda que a Polícia Federal e a Advocacia-Geral da União (AGU) vão investigar e responsabilizar quem divulgou informações distorcidas ou aplicou golpes usando norma revogada ontem. Segundo Barreirinhas, nos últimos dias houve uma série de distorções e manipulações do ato normativo da Receita, o que "prejudicou milhões de pessoas e gerou pânico na população".

"Por conta dessa continuidade do dano, da manipulação desse ato da Receita, eu decidi revogar esse ato", justificou Barreirinhas ontem, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto,

Recuo

Número de transações via Pix caiu 15% neste início de ano em relação ao mesmo período de dezembro

da qual participaram também o advogado-geral da União, Jorge Messias, e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Quando divulgou a normativa, no ano passado, a Receita informou que a medida tinha o objetivo de melhorar o monitoramento das operações financeiras no País.

Entre os dias 1.º e 14 deste mês, o número de transações via Pix totalizou 2,28 bilhões, queda de 15% em relação ao mesmo período de dezembro de 2024, quando foram realizadas 2,69 bilhões de transações (*mais informações na página* B2).

Na mesma entrevista, Haddad também anunciou que o governo vai publicar uma medida provisória (MP) para reforçar a gratuidade e sigilo bancário do Pix.

"A medida provisória reforça os princípios tanto da não oneração, da gratuidade do uso do Pix, quanto de todas as cláusulas de sigilo bancário em torno do Pix, que foram dois objetos de exploração por parte dessas pessoas que estão, na nossa opinião, cometendo um crime", afirmou o ministro.

Desde a semana passada, o Pix é alvo de uma onda de desinformação, parte dela promovida por parlamentares (deputados e senadores) da oposição, com a veiculação de vídeos em redes sociais que atingiram audiência muito maior do que desmentidos postados por governistas.

Segundo Haddad, a medida provisória "praticamente equipara" o Pix ao pagamento em dinheiro. "O que isso significa? Que essas práticas que estão sendo utilizadas hoje com base na fake news de cobrar a mais por aquilo que é pago em Pix na comparação com dinheiro estão vedadas." ● FERNANDA TRISOTTO, CAIO SPECHOTO E SOFIA AGUIAR

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE AS NOTÍCIAS FALSAS SOBRE O PIX. PÁGS. B2 E B4

É AMANHÃ !

LEILÃO DE MATERIAIS

17/01 ÀS 15H

IMPERDÍVEL

SEXTA-FEIRA ONLINE

OPORTUNIDADE ÚNICA



Gôndola de dirigível, com motor Lycoming.



Máquina de solda de tecido Miller Weldmaster T-600

GÔNDOLA DE DIRIGÍVEL, GALPÃO LONADO, PROJETO DE SALAS (SALA LIMPA) E MUITO MAIS

Visitação dias 13, 14, 15 e 16.01.2025 - horário comercial c/ Sr. José Roberto Tel.: (16) 3509-3514 - ramal 8614.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Olavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº607

Eufrázio



Celso Ming celso.ming@estadao.com

Inflação é mais que efeito colateral

O presidente Lula mantém um entendimento contraditório, para não dizer confuso, em relação à inflação. E isso cobra seu preço.

Tem um lado do presidente que considera a alta de preços normal e quase inofensiva. Tem outro que mostra preocupação com seu impacto sobre a popularidade do governo, especialmente quando disparam, como agora, os preços de produtos, como carne, café, arroz e feijão.

Algumas vezes, quando desancou a política de juros do Banco Central, Lula mostrou que não dá grande importância à inflação. Chegou a dizer que está só um tantinho mais alta do que a meta, como se esse tantinho não fizesse diferença. Uma febre de 39 graus também só é um tantinho mais alta do que os 36,5 graus considerados ideais para o organismo.

Persiste entre as esquerdas brasileiras a ideia de que a inflação não é tão importante, desde que o País esteja em crescimento e que aumentem os empregos. Nos anos 1960, o economista Celso Furtado, um dos gurus das esquerdas de então, entendia que, na condição de subdesenvolvimento, não há crescimento econômico sem inflação. O mau entendimento das lições de Celso Furtado parece ter sido o fator que gerou a excessiva tolerância à alta de preços pelas esquerdas.

A questão central está na qualidade da política fiscal. Furtado

EVARISTO SA/AFP - 8/1/2025



Lula: só um tantinho a mais

ensinava que o crescimento econômico exige investimentos em infraestrutura e em capacidade de produção e que a inflação acaba por ser seu efeito colateral que, lá na frente, seria compensado com mais renda. Mas o presidente Lula quer a gastança não para investir e para criar empregos, mas para o consumo. Poupança e investimento não passam de 15% ou 16% da renda nacional. Nessas condições, a inflação acaba por esmerilhar patrimônio e renda da população, especialmente nos segmentos dos salários mais baixos, sem a contrapartida por mais crescimento econômico e de renda.

Essa confusão inicial gera outras. Se, com sua irresponsabilidade fiscal, o governo opera contra o Banco Central na sua tarefa de empurrar a inflação para dentro da meta, é inevitável que os juros avancem, não por conspiração dos banqueiros, como tantos no governo vêm alegando, mas porque é preciso evitar o estouro com dinheiro mais curto.

Até agora, o presidente Lula não parece ter entendido a importância da austeridade fiscal até mesmo para definição de sua política social. Com um rombo nominal (que inclui os juros da dívida) entre 7% e 9% do PIB, não há como estimular aumento na capacidade de produção nem como assegurar o grau de investimento para os títulos do Tesouro, situação que atrairia capitais externos.

Não adianta reclamar da qualidade da comunicação do governo, quando as cotações do dólar ultrapassam os R$ 6, quando a cesta da feira chega em casa cada vez mais vazia e quando as pesquisas passam a captar o mau humor da população.

O que está em questão é a qualidade das opções de política adotadas pelo governo. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Sistema financeiro **Meio de pagamento**

AGU diz que vai pedir para PF investigar quem espalhou desinformação

Para advogado-geral da União, identificados podem ser enquadrados em crime contra e economia popular e práticas abusivas

BRASÍLIA

O advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou ontem que a AGU pediu à Polícia Federal a abertura de inquérito para identificar as pessoas que criaram e disseminaram informações falsas envolvendo a nova fiscalização do Pix. De acordo com ele, há fortes indícios de crime contra a economia popular, cuja pena vai de um a cinco anos de prisão e multa.

Messias disse que a administração federal identificou a utilização de símbolos do governo, da Receita Federal e do Ministério da Fazenda em posts com informações falsas. "Identificamos práticas abusivas nas relações de consumo", disse.

O advogado-geral da União também afirmou que o governo quer a abertura de um inquérito na Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) sobre eventuais crimes nas relações de consumo por conta das fake news relacionadas à tributação do Pix.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a principal fonte de divulgação de fake news envolvendo a nova fiscalização do Pix foi a oposição. Ele chamou de "inescrupulosos" os parlamentares que espalharam notícias falsas sobre o Pix.

O ministro citou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao defender a fiscalização da Receita. "As rachadinhas foram combatidas porque a autoridade identificou uma movimentação absurda nas contas do Flávio Bolsonaro", disse.

Ontem, o senador postou no X que Haddad "ao ameaçar cobrar imposto de quem não pagava ao usar o Pix, parece meio óbvio que o preço vai aumentar para se manter a margem de lucro".

JOÃO RISI / SEAUD / PR



Jorge Messias (E) e Fernando Haddad em entrevista no Planalto

VARIAÇÃO SAZONAL. Em meio à onda de fake news que invadiu as redes sociais, houve um recuo de 15% no total de transações via Pix nas duas primeiras semanas deste mês em relação ao mesmo período de dezembro. No entanto, segundo o **Estadão** apurou, por ora os técnicos do Banco Central não veem esse movimento de queda como consequência das fake news que inundaram as redes sociais nas últimas duas semanas.

"(O) Movimento do Pix está dentro da variação sazonal de início de ano", informou ontem o BC em comunicado. Quando a comparação é feita com janeiro de 2024, houve um crescimento de 30% nas transações, ritmo considerado dentro do normal pelo BC.

● FERNANDA TRISOTTO, CAIO SPECHOTO, SOFIA AGUIAR E ALVARO GRIBEL

Vídeos da oposição têm 20 vezes mais interações

LEVY TELES
BRASÍLIA

A oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva levou ampla vantagem sobre o governo e conseguiu alcançar muito mais pessoas ao falar sobre a medida da Receita Federal que envolvia o Pix, de acordo com levantamento realizado pela Bites, empresa de análise de dados.

Nos últimos sete dias até ontem, aponta a Bites, apenas as publicações de integrantes da bancada do PL na Câmara dos Deputados somaram 4,6 milhões de interações (estatística que reúne compartilhamentos, curtidas e comentários), ante 218,6 mil das postagens dos parlamentares petistas – ou seja, um número cerca de 20 vezes maior.

Grande parte do sucesso na comunicação se deveu a um vídeo do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que teve mais de 170 milhões de visualizações em apenas um dia. Das 4,6 milhões de interações geradas pela oposição, ele foi responsável por 3,5 milhões – o que equivale a 76% do total.

No vídeo, o deputado mineiro faz especulações sobre a possibilidade de taxação do Pix, lembrando de promessas não cumpridas pelo governo no passado. "Não, o Pix não será taxado. Mas é bom lembrar que a comprinha da China não seria taxada, foi. Não teria sigilo, mas teve. Você ia ser isento do Imposto de Renda, não será mais", diz ele no vídeo. "Qual o objetivo real dessas medidas? Arrecadar mais impostos, tirar dinheiro do seu bolso."

Outros vídeos de oposicionistas insinuam que o Pix poderá ser taxado a partir dessa mudança, ainda que a Receita Federal, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e até o presidente Lula negassem essa possibilidade.

"Qual o objetivo? Será que taxar esse brasileiro, que já paga imposto demais em nosso País? Ou será que tem um objetivo oculto que nós não sabemos?", questiona o deputado Coronel Assis (União-MT) em vídeo publicado nas redes sociais por deputados da oposição na Câmara.

Goleada
Publicações da oposição tiveram 4,6 milhões de interações, contra 218 mil dos posts de petistas

O governo tentava uma contraofensiva desde a semana passada, quando começaram a circular em redes sociais as notícias falsas sobre a taxação do Pix. Diante do insucesso, Lula encomendou com "muita ênfase" um "combate duro" às fake news, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A Advocacia-Geral da União (AGU) irá tomar as providências cabíveis, inclusive a abertura de ações criminais, se necessário, contra quem está propagando notícias falsas.

Para Manoel Fernandes, diretor executivo da Bites, o governo precisará de bastante tempo para resolver o problema. "Não é algo que vai se resolver em duas semanas. Porque a máquina da oposição é mais estruturada." ●

e|investidor
ESTADÃO

E-book gratuito

Tudo sobre o Tesouro Direto

Um mergulho no **investimento mais escolhido** entre os brasileiros.

Segurança

Acessibilidade financeira

Flexibilidade de escolha

Liquidez diária

Educação financeira

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e confira!

O SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE TECIDOS, VESTUÁRIOS E ARMARINHO DO ESTADO DE SÃO PAULO, com base de representação no Estado de São Paulo, informa a todas as empresas integrantes da categoria econômica atacadista de tecidos-CNAE 4641901, vestuários-CNAE 4642701 e armarinho-CNAE 4641903 que o vencimento da contribuição sindical patronal relativa ao exercício de 2025 ocorrerá no dia 31 de janeiro de 2025, de acordo com a tabela progressiva por faixa de capital social, nos termos dos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, observadas as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017. Informações sobre valores da tabela e guias de recolhimento poderão ser obtidas através dos telefones (11) 3666-2155, (11) 2305-0091, pelo e- mail **cadastro@sindicatodetecidossp.com.br** ou por meio do site **www.sinditecidos.com.br**

São Paulo, 14 de janeiro de 2025.
Luiz Roberto Rando

ANADEM S.A.
CNPJ nº 03.432.472/0001-01

Convidamos os senhores acionistas para a reunião de Assembleia Geral Extraordinária, sob a forma exclusivamente **digital**, nos termos do art. 124, § 2º, da Lei 6.404/76, no dia 20 de janeiro de 2025, às 16h, por meio da Plataforma ZOOM, para deliberar sobre as seguintes matérias: 1) Alteração do Estatuto Social; 2) Alteração de membros do Conselho Fiscal; 3) Discussão acerca da instituição de acordo de acionistas; 4) Alteração nos cargos e funções das Diretorias e organograma. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual o acionista deverá enviar a solicitação de participação para o e-mail zoom@anadem.org.br, com antecedência mínima de até 01 (uma) hora antes de sua realização, devidamente acompanhada dos documentos que comprovem sua condição, para encaminhamento do link da Assembleia.

Barueri, 11 de janeiro de 2025
Marcelo Amaro Buz
Diretor Executivo
ANADEM S.A

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PIRACICABA

RUA GOVERNADOR PEDRO DE TOLEDO, 484 – PIRACICABA – SÃO PAULO – CNPJ 54.413.299/0001-35

O SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PIRACICABA, com base nos municípios de Piracicaba, São Pedro, Águas de São Pedro, Charqueada, Saltinho, Tietê e Torrinha informa a todas as empresas integrantes da categoria econômica de comércio varejista em geral que o vencimento da contribuição sindical patronal relativa ao exercício de 2025 ocorrerá no dia 31 de janeiro de 2025, de acordo com a tabela progressiva por faixa de capital social, nos termos dos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, observada as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017. Informações sobre valores da tabela e guias de recolhimento poderão ser obtidas através do telefone 19 3422-0808, por e-mail **sincomercio@sincomerciopiracicaba.com.br** ou por meio do site **www.sincomerciopiracicaba.com.br**.

Piracicaba, 15 de janeiro de 2025.
ITACIR NOZELLA – Presidente

Eletrobras

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
CNPJ/MF nº 00.001.180/0001-26

AVISO

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO nº 159/2001 - 2ª RENOVAÇÃO

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS torna público que foi pedido a RENOVAÇÃO da Licença de Operação nº 159/2001 2ª Renovação (Processo nº 02001.000342/2001-34, em 13/01/2025, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a Estação de Telecomunicação Araçoiaba da Serra situada na Floresta Nacional de Ipanema-SP, localizado no Estado de São Paulo e composto pela seguinte estrutura: Torre, antenas e infraestrutura de telecomunicações situadas na Floresta Nacional de Ipanema - SP (Flona Ipanema).

ANA AMÉLIA PASTOR MENDONÇA DA SILVA
Gerência da Operação do Meio Ambiente - OOAM.F

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 52.169.117/0001-05
Previsão Orçamentária - 2025

RECEITA	R$	%
01 - Contribuição Sindical		
02 - Mensalidades	3.100.000,00	34,69
03 - Rendimentos de Aplicações Financeiras	190.000,00	2,13
04 - Contribuição Assistencial	4.600.000,00	51,48
05 - Alvará Honorários	300.000,00	3,36
06 - Reversões diversas (Reversão Desp. Administrativas e Jurídicas)	745.200,00	8,34
Total da Receita	**8.935.200,00**	**100,00**
DESPESA		
07 - Diretoria (Gratificação, Mat. Escritório, Alimentos, Condução, Veículos Terceiros, Viagens, Convenios)	2.122.964,00	24,82
08 - Despesas com Pessoal (Salários, Encargos, Benefícios)	1.299.577,00	15,19
09 - Infra-Estrutura (Mat. Escr., Materiais, Alimentação, Serv. Prestados, Manut. Maquinas, Condução, Depreciação)	1.469.098,00	17,17
10 - Edifícios (Mat. Limpeza, Manutenção Civil, Impostos e Taxas, Luz, Agua, Seguro)	144.585,00	1,69
11 - Despesas com Veículos (Combustível, Manutenção e Reparos)	50.610,00	0,59
12 - Despesas com Comunicação (Telefone, Correios, Internet, Man. Equipamentos)	21.570,00	0,25
13 - Despesas Financeiras (Juros, Multas, Tarifas Bancárias, Restituições Diversas)	187.000,00	2,19
14 - Secretaria Jurídica (Honorários, Custas, Autenticações, Desp. Viagens, Editais, Emolumentos)	790.010,00	9,24
15 - Contribuições para Entidades Diversas (Central Sindical, Contribuição para Federação)	74.000,00	0,87
16 - Secretaria de Imprensa e Divulgação (Serv. Prestados, Mat. Copiadora, Impressão, Editais, Jornais)	2.126.200,00	24,86
17 - Finalidades Esportivas, Sociais e Culturais (Alimentos, Festas e Solenidades)	116.380,00	1,36
18 - Auxílios Diversos (Apoios)	24.000,00	0,28
19 - Campanhas Sindicalização (Serv. Prestados, Desp. Viagem, Brindes)	40.340,00	0,47
20 - Congressos e Conferencias (Refeições, Aluguéis, Taxas Inscrição Eventos)	32.400,00	0,38
21 - Representações regionais		
Sub-sede de Sorocaba	14.700,00	0,17
Sub-sede de Taubaté	15.466,00	0,18
Sub-sede de Campinas	10.700,00	0,13
Sub-sede de Mogi das Cruzes	14.500,00	0,17
TOTAL SUBSEDES	55.366,00	
Total da Despesa	**8.554.100,00**	**100,00**
Superávit do exercício	**381.100,00**	
(-) Reserva financeira	**(381.100,00)**	

São Paulo, 17 de dezembro de 2024
Assinado de forma digital por ASTECA CONTABILIDADE S S:45873668000181
Dados: 2024.12.17 09:25:09 -03'00'
José Augusto Azeredo - CRC 1ES000892/O-6

FIESP

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocadas as empresas representadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP inorganizadas em Sindicato, conforme previsto nos Artigos 611, Parágrafo 2º, e 857, Parágrafo Único, da CLT, para a **Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 28 de janeiro de 2025, às 10h, em primeira convocação, no Edifício-Sede da FIESP, na Av. Paulista, 1.313, 5º andar, sala 520, nesta Capital, ou em segunda convocação, no mesmo dia e local, às 10h30**, destinada a atender aos fins especificados nos Artigos 612 e 859 da CLT sobre: I - autorizar o recebimento da(s) pauta(s) de reivindicações das categorias profissionais para futuras discussões e deliberações; II - outorgar poderes para a celebração de Convenção Coletiva de Trabalho e/ou Acordo Judicial com as categorias profissionais no âmbito da indústria, inclusive para instaurar dissídio coletivo, ou propor as medidas judiciais e/ou extrajudiciais cabíveis, abrangendo, também, as hipóteses das normas legais que regulam os movimentos de greve, bem como discussão e deliberação das reivindicações dos trabalhadores e início das negociações das datas-bases janeiro/2025, fevereiro/2025, março/2025, abril/2025, maio/2025 e junho/2025 das referidas categorias profissionais: Mobiliário de Ribeirão Preto; Vigilantes de São Paulo; Alimentação de Bragança Paulista e Atibaia; Extrativas de Metais do Estado de São Paulo; Alimentação de Guarulhos; Telefonistas do Estado de São Paulo; Promotores e Repositores; Movimentadores de Mercadorias de Campinas e Região; Promotores e Demonstradores de *Merchandising*; Secretárias do ABC; Secretárias de Campinas e Região; Secretárias de São Paulo e Região; Técnicos de Segurança do Estado de São Paulo; Pinturas representados pela CUT, pela FETICOM; Mobiliários representados pela FETICOM e Sindicatos Profissionais ligados; Mobiliários representados pela FSCM-CUT e Sindicatos Profissionais ligados; Mobiliário de Guaratinguetá e Tambaú; Mobiliário de Tupã; Mobiliário de Campinas; Mobiliário de Mococa; Condutores de Bauru; Condutores de Jundiaí; Condutores de Piracicaba; Condutores do ABC; Condutores de Americana; Engenheiros do Estado de São Paulo; Industriários inorganizados; Engenheiros Químicos do Estado de São Paulo; Contabilistas de Piracicaba; III - Estabelecimento, na norma coletiva, da contribuição assistencial patronal, conforme julgamento do Tema 935 pelo STF, bem como regramento para manifestação do direito de oposição à referida contribuição. **A referida Assembleia ocorrerá de forma híbrida, conforme autorizado pelos Estatutos desta Federação.** Os representados que optarem em participar por meio eletrônico deverão solicitar a chave de acesso através do e-mail: cassind@fiesp.com.br.

São Paulo, 16 de janeiro de 2025.
Josué Christiano Gomes da Silva
Presidente

SESCON-SP

SESCON-SP - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo
CNPJ: 62.638.168/0001-84
Av. Tiradentes, 960 - São Paulo, SP - CEP: 01102-000
Whatsapp: (11) 3304-4416 e-mail: relacionamento@sescon.org.br

EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL 2025

Em cumprimento ao que determina o artigo 605, da CLT- Consolidação das Leis do Trabalho, ficam notificadas todas as organizações, empresas e demais, cujas atividades econômicas sejam representadas pelo SESCON-SP, a recolherem a este sindicato, a **Contribuição Sindical Patronal de 2025**, até o dia 31 de janeiro de 2025, nos termos dos artigos 578 e seguintes da CLT, respeitando todas as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017. Os representados poderão obter a competente **Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Patronal** por meio do portal do SESCON-SP: www.sescon.org.br, link Contribuições, Emissão de guias. São Paulo, 16 de janeiro de 2025. Antônio Carlos Souza dos Santos - Presidente

---

PETROBRAS MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A

AVISO DE LICENÇA

Torna público que requereu, no dia 18 de dezembro de 2024, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a renovação da Licença Prévia (LP) nº 675/2024, referente à Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3.

Santos (SP), 02 de janeiro de 2025
FELIPE MOREIRA MATOSO RIBEIRO GOMES
Gerente Geral

O SINCOVAGA – SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE MERCADOS, ARMAZÉNS, MERCEARIAS, EMPÓRIOS, MERCADINHOS, QUITANDAS, FRUTARIAS, SACOLÕES, LATICÍNIOS, MINIMERCADOS, SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS, ADEGAS, TABACARIAS, BOMBONIERES, LOJAS DE BEBIDAS, DE RAÇÃO ANIMAL, DE SUPLEMENTO ALIMENTAR, DE PRODUTOS NATURAIS, DE DIETÉTICOS, DE CONGELADOS, DE DELICATESSEM, E DE CONVENIÊNCIA, DO ESTADO DE SÃO PAULO", com endereço à Rua 24 de Maio, 35, 13º Andar – Cj. 1313, com base **Estadual** - São Paulo informa a todas as empresas integrantes da categoria econômica do **Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo localizadas nas cidades de:** Adamantina, Aciflo, Agual, Águas da Prata, Águas de Santa Bárbara, Águas de São Pedro, Alambari, Altair, Alumínio, Álvares Florence, Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Américo Brasiliense, Americana, Analândia, Anhembi, Aparecida d'Oeste, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Arandu, Arapeí, Areias, Arco-Íris, Arealva, Areias, Areiópolis, Arujá, Aspásia, Assis, Avaré, Bady Bassitt, Balbinos, Bálsamo, Bananal, Barão de Antonina, Bariri, Barra Bonita, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Barueri, Bastos, Bernardino de Campos, Bertioga, Biritiba-Mirim, Bocaina, Bofete, Boituva, Bom Jesus dos Perdões, Bom Sucesso de Itararé, Borá, Boracéia, Botucatu, Brejo Alegre, Brotas, Buri, Cabreúva, Caçapava, Cachoeira Paulista, Caiabu, Caieiras, Caiuá, Cajamar, Cajati, Cajobi, Campina do Monte Alegre, Campo Limpo Paulista, Campos do Jordão, Campos Novos Paulista, Cananéia, Canas, Cândido Mota, Cantar, Capão Bonito, Capela do Alto, Caraguatatuba, Carapicuíba, Cardoso, Casa Branca, Catiguá, Cerqueira César, Cercuilho, Cesário Lange, Charqueada, Chavantes, Colômbia, Conchal, Conchas, Cordeirópolis, Coronel Macedo, Corumbataí, Cotia, Cruzália, Cubatão, Descalvado, Dirce Reis, Divinolândia, Dois Córregos, Dolcinópolis, Dracena, Echaporã, Eldorado, Elisiário, Embaúba, Embu, Embu-Guaçu, Emilianópolis, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Espírito Santo do Turvo, Estiva Gerbi, Estrela d'Oeste, Euclides da Cunha Paulista, Fartura, Fernandópolis, Ferraz de Vasconcelos, Flora Rica, Floreal, Flórida Paulista, Florínia, Francisco Morato, Franco da Rocha, Garça, Gastão Vidigal, Gavião Peixoto, Getulina, Guaimbê, Guapiaçu, Guapiara, Guaraci, Guarani d'Oeste, Guarantã, Guararema, Guarulhos, Guatapará, Guzolândia, Herculândia, Holambra, Hortolândia, Iacri, Iaras, Ibaté, Ibirarema, Ibiúna, Icém, Iepê, Igaraçu do Tietê, Igaratá, Iguape, Ilha Comprida, Ilha Solteira, Ilhabela, Indiaporã, Inúbia Paulista, Ipaussu, Iperó, Ipeúna, Ipiguá, Iporanga, Iracemápolis, Irapuã, Irapuru, Itaberá, Itaí, Itaju, Itanhaém, Itaóca, Itapecerica da Serra, Itapeva, Itapevi, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itapuí, Itapura, Itaquaquecetuba, Itararé, Itariri, Itatinga, Itirapina, Itobi, Itupeva, Jaci, Jacupiranga, Jaguariúna, Jales, Jambeiro, Jandira, Jarinu, Joanópolis, João Ramalho, Júlio Mesquita, Jumirim, Jundiaí, Junqueirópolis, Juquiá, Juquitiba, Lagoinha, Laranjal Paulista, Lavínias, Lençóis Paulista, Lourdes, Louveira, Lucélia, Lucianópolis, Lupércio, Lutécia, Macatuba, Macedônia, Magda, Mairinque, Mairiporã, Manduri, Marabá Paulista, Maracaí, Marapoama, Mariápolis, Marinópolis, Martinópolis, Mendonça, Meridiano, Mesópolis, Mineiros do Tietê, Mira Estrela, Miracatu, Mirante do Paranapanema, Mirassolândia, Mococa, Mombuca, Monções, Mongaguá, Monte Alegre do Sul, Monte Azul Paulista, Monte Castelo, Monteiro Lobato, Morungaba, Motuca, Nantes, Natividade da Serra, Nazaré Paulista, Nipoã, Nova Campina, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Nova Guataporanga, Nova Luzitânia, Nova Odessa, Novais, Ocauçu, Óleo, Olímpia, Onda Verde, Oriente, Orindiúva, Osasco, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Ourinhos, Ouro Verde, Ouroeste, Pacaembu, Palmares Paulista, Palmeira d'Oeste, Panorama, Paraguaçu Paulista, Paraibuna, Paraíso, Paranapanema, Paranapuã, Parapuã, Pardinho, Pariquera-Açu, Parisi, Paulicéia, Paulínia, Paulistânia, Paulo de Faria, Pedra Bela, Pedranópolis, Pedreira, Pedrinhas Paulista, Pedro de Toledo, Peruíbe, Piedade, Pilar do Sul, Piquerobi, Piracaia, Piraju, Pirajuí, Pirapora do Bom Jesus, Pirapozinho, Platina, Poá, Poloni, Pompéia, Pongaí, Pontalinda, Pontes Gestal, Populina, Porto Ferreira, Potim, Pracinha, Praia Grande, Pratânia, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Quadra, Quatá, Queiroz, Queluz, Quintana, Rafard, Rancharia, Redenção da Serra, Regente Feijó, Reginópolis, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão do Sul, Ribeirão dos Índios, Ribeirão Grande, Rinópolis, Rio Claro, Rio Grande da Serra, Riolândia, Riversul, Rosana, Rubinéia, Sabino, Sagres, Sales, Salesópolis, Salmourão, Saltinho, Salto de Pirapora, Salto Grande, Santa Albertina, Santa Branca, Santa Clara d'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz da Esperança, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Fé do Sul, Santa Gertrudes, Santa Isabel, Santa Maria da Serra, Santa Mercedes, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, Santana de Parnaíba, Santo Antônio de Posse, Santo Antônio do Aracanguá, Santo Antônio do Jardim, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Francisco, São João da Boa Vista, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, São João do Pau d'Alho, São José do Barreiro, São José do Rio Pardo, São Lourenço da Serra, São Luís do Paraitinga, São Manuel, São Paulo, São Pedro, São Pedro do Turvo, São Roque, São Sebastião, São Sebastião da Grama, Sarutaiá, Sebastianópolis do Sul, Sete Barras, Severínia, Silveiras, Sud Mennucci, Sumaré, Suzanápolis, Suzano, Taboão da Serra, Taguaí, Tambaú, Tapiraí, Tapiratiba, Taquaral, Taquarituba, Taquarivaí, Tarumã, Tejupá, Teodoro Sampaio, Tietê, Timburi, Torre de Pedra, Torrinha, Trabiju, Tremembé, Três Fronteiras, Tuiuti, Tupi Paulista, Turiúba, Turmalina, Ubarana, Ubatuba, Ubirajara, União Paulista, Urânia, Uru, Valentim Gentil, Valinhos, Vargem, Vargem Grande do Sul, Vargem Grande Paulista, Várzea Paulista, Vera Cruz, Vitória Brasil, Votorantim, Votuporanga e Zacarias, que o vencimento da contribuição sindical patronal relativa ao exercício de 2025, de acordo com a tabela progressiva por faixa de capital social, conforme obrigatoriedade estabelecida pelos arts. 578/591 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, será **no dia 31 de Janeiro de 2025**. Informações sobre valores da tabela e guias de recolhimento poderão ser obtidos através do telefone (11) 3335-1100, site: **www.sincovaga.com.br** ou ainda pelo e-mail: **atm@sincovaga.com.br**. São Paulo, 10 de janeiro de 2025 – **Alvaro Luiz Bruzadin Furtado – Presidente**.



Alvaro Gribel *E-mail: alvaro.gribel@estadao.com; Twitter: @alvarogribel*

Fake news do Pix interdita debate

O governo revogou a resolução da Receita Federal que envolvia o Pix, mas a onda de fake news sobre o tema que chegou às ruas do País deixa um alerta importante sobre o que vem pela frente no debate econômico brasileiro: aprovar reformas e medidas impopulares – como as que serão necessárias para reequilibrar as contas públicas – será muito mais custoso em um ambiente político polarizado e sob forte influência das redes sociais.

O crescimento vertiginoso das notícias falsas sobre economia tem as digitais do bolsonarismo, que domina como ninguém a tecnologia de disseminar inverdades nas redes; mas certamente essa expertise será adotada pelos petistas quando chegar o momento da alternância de poder que sempre ocorre nas democracias.

Um estudo elaborado pelo analista do Banco Central Breno Lima Moreira mostra que as fake news sobre temas econômicos saltaram de 1,1% do total em 2019 para 9,9% em 2023.

"O espaço ocupado pelo tema Economia entre os relatos de desinformação se manteve estável e em patamar muito baixo nos primeiros três anos da amostra: 1,1% em 2019; 0,9% em 2020; e 0,7% em 2021. Em 2022, houve um aumento para 3,6% e, em 2023, houve aumento significativo para 9,9%", diz o estudo.

O grande salto coincide com a ida do bolsonarismo para a oposição e teve a inflação como principal alvo de desinformação, segundo esse levantamento. Os dados coincidem com a notícia dada pelo **Estadão** de que os vídeos de opositores sobre o Pix, entre eles da bancada do PL, repercutiu 20 vezes mais do que as explicações dadas por parlamentares petistas.

Ambiente polarizado, com forte influência das redes sociais, vai dificultar discussão de temas econômicos

A verdade é que o Pix não pode ser tributado, porque a própria resolução do Banco Central que regulamentou o meio de transferência, em 2020, o proíbe. "É vedada a cobrança de tarifas, por parte da instituição detentora da conta de depósitos ou da conta de pagamento pré-paga, no âmbito do Pix", diz o artigo 3.º do texto.

Durante a tramitação do pacote de cortes de gastos, em dezembro, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) também foi alvo de fake news, com a repercussão disseminada de que o governo queria acabar com o programa, quando na verdade o objetivo era conter a indústria de concessões pela via judicial. O resultado é que a proposta foi esvaziada no Congresso e depois ainda teve trecho vetado por Lula.

No curto prazo, a vida do ministro Fernando Haddad ficará mais difícil para conseguir convencer Lula a cortar gastos. No longo, perderemos todos com a precarização do debate na economia e a vitória da desinformação nas redes sobre a comunicação e o jornalismo tradicionais.

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) • TER. Demi Getschko (quinzenalmente) • QUA. Fábio Alves • QUI. Alvaro Gribel (quinzenalmente) • SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) • DOM. José Roberto Mendonça de Barros (quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Sistema financeiro **Meio de pagamentos**

Ex-secretário da Receita diz que norma era boa e revogação é um erro

Para Marcos Cintra, regra 'modernizava a fiscalização'; ao recuar, diz ele, o governo passa sensação de que oposição estava certa

ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

O ex-secretário da Receita Federal Marcos Cintra, que chefiou o órgão em 2019 durante o governo Jair Bolsonaro, entende que o governo errou ao recuar da medida que ampliava o monitoramento da Receita sobre as transações financeiras, incluindo via Pix. Para Cintra, a "emenda saiu pior que o soneto" e a equipe econômica "vestiu a carapuça" ao abrir mão da proposta, após a onda de fake news que tomou conta das redes sociais e chegou às ruas.

"Acho que era uma medida correta, inevitável, justificável tecnicamente, e que simplesmente aprofundava ou modernizava mecanismos de fiscalização que já estavam sendo utilizados. Portanto, o uso desses instrumentos não pode, de forma alguma, fazer com que a Receita Federal seja criticada por isso", afirmou.

Cintra entende, por outro lado, que houve erro da parte do governo ao comunicar a medida. Ele avalia que era preciso passar para a sociedade que a Receita tem a obrigação de monitorar as transações e que o objetivo era evitar a evasão fiscal (o não pagamento de impostos devidos) de grandes sonegadores para conseguir diminuir a carga para quem hoje já paga os impostos corretamente.

"O governo anunciou muito mal. Se eu estivesse lá, teria passado a seguinte mensagem: nós vamos aprofundar os meios de controle da sonegação através do uso do Pix. Mas limitar não em R$ 5 mil; quem sabe, em R$ 50 mil, num patamar mais alto, que aí você vai pegar os grandes. E iria dizer que isso iria permitir a redução das alíquotas de todo mundo", afirmou.

Imposto
Defensor da volta da CPMF, Cintra diz que tributação de pagamento digital 'virá' em algum momento

O recuo, porém, passou a sensação de que a oposição estava certa em fazer as críticas por meio das redes sociais, segundo Cintra.

"Voltar atrás, para mim, me pareceu ainda mais preocupante, porque mostra que, de alguma forma, o governo vestiu a carapuça sobre temores que claramente foram veiculados de maneira inidônea. Em momento nenhum se poderia achar que o Pix seria tributado", afirmou.

CPMF. Durante o governo Bolsonaro, Cintra era um forte defensor da tributação dos meios de pagamento, com alíquotas entre 0,2% e 0,4%. A forte rejeição do Congresso à volta de um imposto nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), contudo, acabou custando a sua permanência no cargo.

"O ponto positivo é que a revolta do Pix é o primeiro sinal de que a tributação digital do pagamento virá inexoravelmente por bem ou por mal", afirma Cintra, que segue na defesa da proposta. "O ponto negativo é que, politicamente, pode custar um preço muito alto para o governo qualquer forma de tributação que incida sobre pagamentos", diz.

No pronunciamento sobre a revogação da medida, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez uma referência à gestão Bolsonaro nesse sentido, sem citar nomes. "O governo anterior tentou, e fracassou, reintroduzir no sistema jurídico a antiga CPMF. Não é o caso deste governo. O governo não trabalha com essa hipótese." ●

Lula impõe derrota a Haddad para conter crise

BASTIDORES

VERA ROSA
BRASÍLIA

Foi do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ideia de revogar a medida da Receita Federal que ampliava a fiscalização de transações financeiras por meio do Pix. O recuo representou uma derrota para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas foi decidido diante da constatação de que o governo tinha perdido a batalha da comunicação.

Mal assumiu o cargo, o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Sidônio Palmeira, enfrentou a primeira prova de fogo: a fake news sobre a taxação do Pix cresceu como rastilho de pólvora e virou uma crise de grandes proporções no governo.

A inesperada turbulência preocupa o Planalto justamente no momento em que a empresa Meta – controladora do WhatsApp, do Facebook e do Instagram – decidiu acabar com o sistema de checagem dos fatos nas plataformas digitais.

Na avaliação de ministros, é preciso enfrentar o mais rápido do possível as notícias falsas para que Lula consiga chegar bem à disputa por um novo mandato, em 2026.

Em apenas um único dia, um vídeo postado pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) com informações distorcidas sobre o assunto teve mais de 170 milhões de visualizações no Instagram e no Facebook.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também atacou a instrução normativa da Receita Federal.

Criticado por Haddad, para quem Flávio deveria explicar como angariou um "patrimônio espetacular" sem nunca ter trabalhado, ele ironizou a revogação da medida. "Ué, mas não era mentira? O povo venceu", postou.

ERRO DE COMUNICAÇÃO. No Palácio do Planalto, o dano causado à imagem do governo foi atribuído justamente a um erro de comunicação. Diante do sucesso da estratégia da oposição em espalhar notícias falsas, a equipe econômica foi obrigada a capitular.

Interlocutores de Lula disseram ao **Estadão** que o governo ainda não tem um sistema eficaz de monitoramento de redes sociais para combater a desinformação.

Sidônio prometeu fazer "imediatamente" uma nova licitação para contratar serviços de comunicação digital. Aberto na gestão de Paulo Pimenta, que deixou a Secom, um processo de R$ 197,7 milhões foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no ano passado, sob suspeitas de irregularidades. No último dia 9, porém, o TCU decidiu liberar a licitação.

Nos poucos dias em que está na Secom, Sidônio chegou à conclusão de que o governo trabalha de forma analógica. No seu diagnóstico, Lula precisa focar nas redes sociais, dar mais entrevistas e criar marcas para os vários programas do governo. ●

Eufrázio

Dívidas estaduais **Calote renegociado**

Novo socorro a Estados pressiona contas públicas

Renegociação de dívidas tem regras que atenuam problema fiscal e vetos ajudam, mas ainda há danos, dizem economistas

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O mais novo programa de socorro a Estados endividados, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na terça-feira, libera os governos estaduais para gastar mais e reduz os juros das dívidas com a União, pressionando ainda mais as contas e o endividamento do governo federal.

Os Estados terão até 31 de dezembro deste ano para aderir ao novo regime, batizado de Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

Economistas ouvidos pelo **Estadão** classificam a proposta como uma "bomba fiscal" em função do prejuízo que o governo federal deverá ter ao reduzir a dívida a ser paga pelos Estados e do risco de, lá na frente, a União ter de socorrer novamente os governos que não colocarem suas contas em dia.

Por outro lado, dispositivos da nova lei podem reduzir o "estrago" e o potencial negativo para as contas públicas. Entre esses pontos estão a possibilidade de Estados repassarem à União o que têm para receber de concessões, royalties e impostos não pagos inscritos em dívida ativa – o que pode levar o governo federal a parar de se endividar para pagar a Previdência Social – e a proibição de que governos estaduais sem dinheiro em caixa ampliem benefícios tributários.

Estados que possuem dívidas com a União poderão reduzir os juros desses encargos desde quem, em troca, realizem investimentos em educação. O cerne do projeto foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os juros poderão cair de 4% acima da inflação para zero, a depender da situação das contas dos entes regionais.

"No geral, a lei é muito ruim. A União passa a subsidiar os Estados, uma vez que os juros da dívida vão a zero. Isso abre espaço fiscal para os Estados ampliarem seus déficits – o que, aliás, é estimulado pelo projeto, que determina gastos em diversas áreas como educação profissional ou infraestrutura", diz o economista e pesquisador do Insper Marcos Mendes.

Entre outros pontos, o governo barrou a possibilidade de Estados repassarem para a União os valores que iriam receber do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado na reforma tributária, para abater dívidas. Se a troca fosse autorizada, o objetivo do fundo, que é diminuir desigualdades regionais, seria deturpado, segundo o governo.

Para a economista e ex-secretária de Fazenda de Goiás Selene Peres Peres Nunes, os Estados precisavam de um novo indexador para os juros, pois a dívida ficou insustentável mesmo com grande esforço fiscal. O programa, porém, segundo ela, ficou com um desenho ruim ao trocar juros por um aumento de despesas com o discurso de investimentos em educação.

"A solução equivocada escalou quando interesses eleitorais levaram representantes do Legislativo a proporem uma série de benesses adicionais que, em alguns Estados, chegaram a triplicar a vantagem inicial. Ocorre que esse não é um jogo de soma zero. Tudo que os Estados ganham, a União perde", afirmou Selene.

IMPACTO. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou ontem que o novo programa de socorro aos Estados terá impacto anual financeiro de cerca de R$ 20 bilhões, na pior das hipóteses.

Ele destacou que o novo regime gera, de fato, um impacto à União difícil de estimar. "Já olhando para o lado positivo, ele resolve a dívida de todos os Estados, não há argumentos contrários a isso. A dívida não crescerá mais em proporção às receitas dos Estados, dependendo das opções que os Estados aderirem", esclareceu. O secretário destacou ainda que o fundo de equalização previsto no programa terá um efeito estrutural importante. ● COLABORARAM GIORDANNA NEVES E AMANDA PUPO

Governo tem déficit primário de R$ 4,5 bi em novembro de 2024

As contas do governo central registraram déficit primário – diferença entre receitas e despesas (sem considerar juros da dívida) – de R$ 4,51 bilhões em novembro. O resultado sucedeu superávit de R$ 40,81 bilhões em outubro.

O saldo, que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, foi o melhor desempenho em termos reais para o mês desde 2021. Em novembro de 2023, o resultado havia sido negativo em R$ 38,07 bilhões, em valores nominais. No acumulado do ano até novembro, o déficit foi de R$ 66,82 bilhões, ante R$ 112,46 bilhões negativos em igual intervalo de 2023. ● G.N. e A.P.

ESTADÃO
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO
CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.
ACESSE E CONHEÇA
ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442
LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS
A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES
CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)
ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast
FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

O Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo - SINDIMASP informa a todas as empresas integrantes da categoria econômica representada (comércio atacadista de madeiras) que o vencimento da contribuição sindical patronal relativa ao exercício de 2025 ocorrerá no dia 31 de janeiro de 2025, de acordo com a tabela progressiva por faixa de capital social, nos termos dos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, observadas as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017. Informações sobre valores da tabela e guias de recolhimento poderão ser obtidas através dos telefones (11) 3104-2661/(11) 3104-2665, por e-mail (fladimir@sindimasp.org.br) ou por meio do site (www.sindimasp.org.br). São Paulo, 14 de Janeiro de 2025.

EDITAL DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2025
O Sindicato dos Representantes Comerciais e das Empresas de Representação Comercial no Estado de São Paulo – SIRCESP, com endereço na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 613 – Bela Vista – CEP 01317-000, inscrito no CNPJ sob o nº. 60.748.332/0001-80, com base no Estado de São Paulo, em conformidade com o art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, informa aos Representantes Comerciais individuais e às Empresas de Representação Comercial integrantes da categoria de Representação Comercial, que o vencimento da contribuição sindical relativa ao exercício de 2025, será no dia 31 de janeiro de 2025, para as Pessoas Jurídicas, de acordo com a tabela progressiva por faixa de capital social, nos termos dos artigos 578 e seguintes da CLT, observadas as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017. **Para as Pessoas Físicas o vencimento será no dia 28 de fevereiro de 2025.** Informações sobre valores, tabela e guias de recolhimento poderão ser obtidas através do telefone (11) 3188-7700, pelo site www.sircesp.com.br ou ainda pelo e-mail [illegible]. São Paulo, 13/01/25. [illegible] - Presidente

A ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA - ASF, torna pública a republicação do processo para a **SELEÇÃO DE FORNECEDORES, na modalidade COLETA DE PREÇOS Nº 001/2025, PROCESSO ASF Nº 001/2025**, que objetiva a **CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM COM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS SERVIÇOS GERIDOS PELA ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA.** O edital na íntegra poderá ser consultado e extraído do site da ASF: www.saudedafamilia.org - Informações no endereço eletrônico: selecaodefornecedor@saudedafamilia.org e/ou por telefone: 3154-7050. **Data da Sessão Pública: 24/01/2025, às 10h00min** - Local da entrega dos envelopes: Associação Saúde da Família, Praça Mal. Cordeiro de Farias, nº 65 - Higienópolis, São Paulo/SP.

O SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA, IMPORTADOR, EXPORTADOR E DISTRIBUIDOR DE PEÇAS, ROLAMENTOS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES PARA INDÚSTRIA E PARA VEÍCULOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, com base nos municípios do Estado de São Paulo, informa a todas as empresas integrantes da categoria econômica do comércio atacadista, importador, exportador e distribuidor de peças, rolamentos, acessórios e componentes para indústria e para veículos, que o vencimento da contribuição sindical patronal relativa ao exercício de 2025 ocorrerá no dia 31 de janeiro de 2025, de acordo com a tabela progressiva por faixa de capital social, nos termos dos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, observadas as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017. Informações sobre valores da tabela e guias de recolhimento poderão ser obtidas através dos telefones (11) 3266-7700, por e-mail sicap@sicap.org.br ou por meio do site www.sicap-sp.org.br. São Paulo, 16 de janeiro de 2025. **Alcides José Acerbi Neto**

O **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**, com sede à Av. Nove de Julho, 211, nesta cidade, inscrito no CNPJ nº 50.012.137/0001-34, com base no município de São José dos Campos, informa a todas as empresas integrantes da categoria econômica do comércio varejista em geral, associados e não associados, que o vencimento da **Contribuição Sindical Patronal**, relativa ao exercício de 2025, ocorrerá no dia 31 de janeiro de 2025, de acordo com a tabela progressiva por faixa de capital social, nos termos dos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, observada as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017. Informações sobre valores da tabela e guias de recolhimento, poderão ser obtidas por meio do portal na internet: www.sindcomercio.com.br, pelos telefones (12) 4009-7106, ou e-mail contribuicao@sindcomercio.com.br. São José dos Campos, 16 de Janeiro de 2025. **José Maria de Faria - Presidente**

Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo, entidade patronal inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.354.746/0001-74, estabelecida na Praça Ramos de Azevedo, 209, 2º andar, conj. 22/23, Edifício Glória, Centro, São Paulo/SP, CEP 01037-010, com base territorial em todos os municípios do Estado de São Paulo, comunica a todas as empresas integrantes da categoria econômica dos locadores de veículos automotores e representadas pelo SINDLOCSP, que o vencimento da contribuição sindical patronal relativa ao exercício de 2025 ocorrerá no dia 31/01/2025, de acordo com a tabela progressiva por faixa de capital social, nos termos dos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Informações sobre valores da tabela e guias de recolhimento poderão ser obtidas pelo telefone (11) 3123-3131 ou e-mail [illegible]. São Paulo, 15, 16 e 17/01/2025. [illegible] - Presidente

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Transporte aéreo **União no horizonte**

Acordo que propõe fusão entre Azul e Gol deve criar gigante da aviação

Termo assinado por companhias prevê que ambas manterão suas marcas; presidente da Azul diz que a fusão criará empresa 'forte' e que operação pode sair ainda neste ano

CARLOS/ADOBE STOCK



Aeronaves da Gol e da Azul no Aeroporto de Congonhas em SP: transação depende de aval de autoridades que tratam da concorrência

A Azul e a Gol anunciaram ontem que assinaram um memorando de entendimentos (MoU) com o objetivo de avançar nas negociações para uma eventual combinação de negócios das duas companhias aéreas no Brasil. A informação foi comunicada ao mercado por meio de fato relevante.

De acordo com o CEO da Azul, John Rodgerson, há chance de a fusão das duas companhias ser concluída até o final deste ano ainda. "Uma empresa forte como a resultante dessa fusão, acho que qualquer governo deve ter orgulho de uma empresa assim", disse o executivo ao *Estadão/Broadcast*.

O entendimento assinado ontem, segundo a Abra, holding que controla a Gol e a Avianca, não tem impacto na estratégia, na condução dos negócios ou nas operações da Gol. E que a companhia continua focada em concluir as etapas restantes do Chapter 11 (equivalente à recuperação judicial nos Estados Unidos), com o objetivo de sair do processo de reestruturação como uma companhia independente e capitalizada.

Conforme ficou estabelecido no memorando, a fusão das companhias depende da conclusão do plano de reorganização da Gol, além de outras condições e aprovações. Caso a fusão seja consumada, é esperado que as duas companhias mantenham suas marcas e seus certificados operacionais de forma independente.

"São marcas muito fortes", disse Rodgerson, da Azul, informando que nova companhia vai seguir na Bolsa, será listada no Novo Mercado e na Bolsa de Nova York.

O fechamento da operação está sujeito também à concordância entre a Abra e a Azul quanto aos termos econômicos da operação, à conclusão satisfatória da due diligence (auditoria prévia), à celebração de acordos definitivos, à obtenção de aprovações corporativas e regulatórias (inclusive do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade). "Vamos seguir o calendário do Cade", disse Rodgerson.

De acordo com comunicado da Azul, o memorando descreve os entendimentos das partes sobre a governança da empresa resultante da operação, que seria uma corporation (sem controlador definido), e reforça o interesse em continuar as negociações sobre a proposta de troca de ações e outras condições.

> *"Uma empresa forte como a resultante dessa fusão, acho que qualquer governo deve ter orgulho de uma companhia assim. São marcas muito fortes"*
> **John Rodgerson**
> CEO da Azul

Se a transação for efetivada, a Azul e a Gol manterão seus certificados operacionais, embora sob uma única companhia listada na Bolsa. A ideia é que áreas sejam combinadas para oferecer mais oportunidades e produtos aos clientes e obter ganhos de eficiência.

NEGOCIAÇÃO. A Gol negocia com credores um financiamento de US$ 1,87 bilhão (R$ 11,3 bilhões, ao câmbio atual), que pode ser levantado com ações e dívida, para facilitar a saída do Chapter 11. A expectativa da companhia aérea é de sair em maio do processo.

A Gol tem audiência em 13 de fevereiro, em Nova York, para avaliar seu plano de reestruturação. No dia 15 de abril haverá nova audiência para confirmar o plano. Entre maio e junho, a Gol vai lançar a oferta para os atuais acionistas exercerem, ou não, seu direito de preferência.

A companhia busca recursos para pagar cerca de US$ 1,32 bilhão que a empresa tomou em financiamento DIP (protegido de credores) logo após entrar no Chapter 11, em janeiro de 2024. Este tipo de empréstimo é específico para empresas em processo de recuperação judicial. Os US$ 500 milhões restantes vão dar liquidez ao balanço da companhia.

● ALTAMIRO SILVA JUNIOR, MARCIA FURLAN E JÚLIA PESTANA

Rede social **No domingo**

TikTok pode encerrar operação nos EUA

JOÃO PEDRO ADANIA

O TikTok planeja encerrar a operação nos Estados Unidos no próximo domingo, segundo a agência de notícias Reuters. Caso a decisão se confirme, o aplicativo de vídeos curtos encerra um impasse que teve início em abril, quando o presidente Joe Biden sancionou um projeto de lei que determinava a venda do serviço para que ele pudesse continuar operando em território americano.

A saída integral do aplicativo do ar nos EUA também representaria uma decisão mais radical do que o que foi proposto pelo governo americano. A legislação previa que novos downloads não poderão ser realizados dentro das lojas de aplicativo da Apple e do Google, respectivamente Apple Store e Play Store.

Assim, usuários antigos que já têm o aplicativo instalado ainda conseguiriam acessar a rede social até uma provável nova medida ser tomada.

Segundo a Reuters, porém, com a decisão da companhia, a partir de domingo quem estiver nos EUA e abrir o aplicativo da empresa chinesa verá uma mensagem com redirecionamento para um site com informações sobre a proibição.

Do lado do usuário, será possível fazer o download de todos os dados, ou seja: fotos, vídeos, informações pessoais e arquivos que tenham sido salvos até domingo.

A ByteDance, empresa chinesa dona do TikTok, tinha prazo inicial de 270 dias (9 meses) para vender a rede social para um controlador americano, o que não aconteceu.

O argumento que sustenta a proibição, de acordo com legisladores americanos, é de que a plataforma representa uma ameaça à segurança nacional devido à possibilidade de o governo chinês acessar dados de cidadãos americanos.

Em dezembro, Donald Trump, já como vencedor das eleições presidenciais americanas, pediu à Suprema Corte dos EUA para adiar a suspensão do aplicativo, e disse que negociaria com os proprietários chineses a fim de "salvar a plataforma". Na campanha, ele prometeu manter a rede social disponível para seus mais de 170 milhões de usuários no país.

Cerca de 60% da ByteDance pertence a grandes investidores, como os fundos BlackRock e General Atlantic. Os outros 40% são divididos entre os fundadores da companhia e seus funcionários. Além disso, a empresa tem 7 mil funcionários nos EUA.

Até o bilionário e dono do X, Elon Musk se envolveu no caso. Segundo a Bloomberg, Musk poderia comprar o TikTok caso um acordo entre o governo e o aplicativo não aconteça. ●

Eufrázio

SERASA S.A.

CNPJ/MF nº 62.173.620/0001-80 - NIRE 35.3.0006256-6

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JANEIRO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: no dia 14 de janeiro de 2025, às 12 horas, de modo exclusivamente à distância e digital, considerada como ocorrida na sede social da Serasa S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14401, torre C-1, Complexo Parque da Cidade, conjuntos 191, 192, 201, 202, 211, 212, 222, 231, 232, 241 e 242, Bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04.794-000 (**"Companhia"**). **2. PRESENÇAS**: acionistas titulares de ações representando 100% (cem por cento) do capital social e votante da Companhia, conforme assinaturas lançadas na lista de presença dos acionistas da Companhia e no "Livro de Registro de Presença de Acionistas" mantido na sede da Companhia. Presente também o Sr. Felipe Mikcio de Souza Silva e Sr. Luiz Gustavo Costa e Silva, representantes da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., empresa avaliadora responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação (conforme abaixo definido). **3. CONVOCAÇÃO**: o edital de convocação desta Assembleia Geral Extraordinária da Companhia foi publicado nas edições de 27, 28 e 30 de dezembro de 2024 do "Estadão", com divulgação na versão digital na internet, página 1, das edições das referidas datas, com certificação digital de autenticidade dos documentos por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, na forma do disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das Sociedades por Ações"**) e no artigo 9 do estatuto social da Companhia. **4. MESA**: Presidente: Fernando Rodrigues; e Secretário: Sérgio de Carvalho Machado. **5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORDEM DO DIA**: a presente Assembleia Geral Extraordinária é realizada no contexto da transação celebrada entre a Companhia e a Clear Sale S.A. (**"Clear Sale"**), descrita pelo Presidente da mesa conforme se segue: (i) em 3 de outubro de 2024, foi firmado o "*Merger Agreement and Other Covenants*" entre a Companhia e a Clear Sale, por meio do qual foram estabelecidos os termos condições para a implementação da combinação de negócios entre a Companhia e a Clear Sale ("*Merger Agreement*" e **"Operação"**, respectivamente). Na mesma data, foi divulgado pela Clear Sale fato relevante informando sobre a assinatura do *Merger Agreement* e a estrutura da Operação; (ii) em razão do *Merger Agreement* e de acordo com as disposições desta Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a Companhia e a Clear Sale, firmaram em 20 de dezembro de 2024, sob condição suspensiva, o Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações da Clear Sale pela Companhia (**"Protocolo e Justificação"**), que estabelece os termos e condições para incorporação de todas as ações de emissão da Clear Sale pela Companhia (**"Incorporação de Ações"**), resultando na emissão, pela Companhia (se e quando a Incorporação de Ações se tornar eficaz em favor dos acionistas da Clear Sale e em substituição às ações de emissão da Clear Sale de propriedade destes) de ações preferenciais obrigatoriamente resgatáveis de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação preferencial resgatável da Companhia para cada ação ordinária de emissão da Clear Sale, da classe escolhida de acordo com a opção indicada pelos acionistas, entre as 3 (três) classes de ações preferenciais resgatáveis, observado que (a) uma classe será entregue para os acionistas que optarem por receber a Opção 1 (conforme abaixo definido); (b) uma classe será entregue para os acionistas que optarem por receber a Opção 2 (conforme abaixo definido); e (c) outra classe será entregue para os acionistas que optarem escolherem por receber a Opção 3 (conforme abaixo definidas); (iii) como ato subsequente da Incorporação de Ações, a Companhia fará o resgate da totalidade das Ações Resgatáveis da Companhia dos acionistas da Clear Sale que, nos termos de suas Opções, receberam Ações Resgatáveis da Companhia, os quais receberão em pagamento do resgate: (a) R$10,56 (dez reais e cinquenta e seis centavos) em dinheiro por cada, mais o ajuste do caixa líquido descrito no *Merger Agreement* Ação Resgatável PNA (conforme abaixo definida) resgatada (**"Opção 1"**); (b) R$10,56 (dez reais e cinquenta e seis centavos) em dinheiro mais o ajuste do caixa líquido descrito no *Merger Agreement*, pagos em BDRs Nível I, emitido nos termos da Resolução CVM nº 182, de 11 de maio de 2000, conforme alterada, lastreados em Ações Ordinárias de emissão da Experian (**"BDRs"**), com base na relação de troca descrita no *Merger Agreement* por cada Ação Resgatável PNB (conforme abaixo definida) (**"Opção 2"**); ou (c) R$10,03 (dez reais e três centavos), mais (I) o ajuste do caixa líquido descrito no *Merger Agreement*; (II) pagamento em dinheiro do valor de retenção de R$1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por ação ajustado, conforme descrito no *Merger Agreement*; e (III) R$0,53 (cinquenta e três centavos) em BDRs com base na relação de troca descrita no *Merger Agreement* por cada Ação Resgatável PNC (conforme abaixo definida) (**"Opção 3"** e, em conjunto com a Opção 1 e Opção 2, **"Opções"**) (iv) ato contínuo à eficácia da Incorporação de Ações, as Ações Resgatáveis da Companhia serão resgatadas e canceladas pela Companhia na data de fechamento da operação, sendo que o pagamento do resgate por meio da entrega dos ativos descritos nos itens (i), (ii) e (iii) acima, será feito de acordo com os prazos acordados e divulgados pela Companhia e Clear Sale (**"Resgate"**); (v) uma vez resgatadas, as Ações Resgatáveis da Companhia serão canceladas contra as reservas de capital e/ou de lucros da Companhia. As Ações Resgatáveis da Companhia serão automaticamente resgatadas quando da conclusão da Operação, sem a necessidade, portanto, de assembleia especial, deliberação ou qualquer outro ato por parte da Companhia; e (vi) foi esclarecido, ainda, pelo Presidente da Mesa que (a) em relação à entrega de Ações Preferenciais PNB de emissão da Companhia para os acionistas que escolherem a Opção 2, serão emitidas até o limite de 18.792.606 (dezoito milhões, setecentas e noventa e duas mil, seiscentas e seis) Ações Resgatáveis menos 5% (cinco por cento) do número total de Ações Resgatáveis PNC efetivamente alocadas conforme a Opção 3 (**"Limite Opção 2"**); e (b) em relação à entrega de Ações Preferenciais PNC para os acionistas que escolherem a Opção 3, serão emitidas até o limite de 64.000.000 (sessenta e quatro milhões) Ações Resgatáveis (**"Limite Opção 3"**). Desse modo, caso a Incorporação de Ações seja aprovada e se, após o período de eleição das Opções pelos acionistas, for verificado a superação do limite Opção 2 e/ou Limite Opção 3, então as Ações Resgatáveis PNB e/ou as Ações Resgatáveis PNC excedentes, conforme aplicável, serão automaticamente convertidas em Ações Preferenciais PNA. **6. ORDEM DO DIA**: discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) eleição da Sra. Tatiana Machado de Campos e do Sr. Michael Meltz, como membros do Conselho de Administração da Companhia; (ii) destituição do Sr. Craig Andrew Boundy, como membro e Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (iii) em vista da destituição do Sr. Craig Andrew Boundy como membro e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, a eleição do Sr. Valdemir Bertolo, como Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (iv) eleição da Sra. Tatiana Machado de Campos, como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (v) desdobramento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na razão de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia para 60 (sessenta) ações ordinárias de emissão da Companhia (**"Desdobramento de Ações"**); (vi) caso o item (v) seja aprovado, a alteração do (a) Artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir a nova quantidade de ações representativas do capital social, considerando a consumação do Desdobramento de Ações; e (b) Artigo 6º do estatuto social da Companhia para refletir a nova quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia que poderá ser emitida dentro do capital autorizado da Companhia, considerando o desdobramento da quantidade de ações ordinárias ora contida no Artigo 6º do estatuto social da Companhia na razão de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia para 60 (sessenta) ações ordinárias de emissão da Companhia; (vii) caso o item (vi) seja aprovado, a consolidação do estatuto social da Companhia para refletir as alterações ao Artigo 5º e ao Artigo 6º do estatuto social da Companhia, conforme aprovadas no item (vi); (viii) celebração do Protocolo e Justificação realizada, em 20 de dezembro de 2024, entre os administradores da Companhia e da Clear Sale, que contém os termos e condições para implementação da incorporação da totalidade das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Clear Sale pela Companhia, em conformidade com o "*Merger Agreement and Other Covenants*" celebrado, em 3 de outubro de 2024, entre os administradores da Companhia e da Clear Sale (**"Incorporação de Ações"**); (ix) ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação **DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA.**, com sede na Av. Doutor Chucri Zaidan, nº 1240, 12º Andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.189.924/0001-03, registrada no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (**"Empresa Avaliadora"**), para elaboração do laudo de avaliação, nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações, contendo a sua avaliação do valor das ações de emissão da Clear Sale a serem incorporadas pela Companhia, no âmbito da Incorporação de Ações, utilizando como critério o seu valor de mercado, na data-base de 30 de setembro de 2024 (**"Laudo de Avaliação"**); (x) Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora; (xi) Incorporação de Ações, cuja eficácia ficará subordinada ao implemento (ou renúncia, conforme aplicável) de determinadas condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação (**"Verificação das Condições"**) e ao advento da Data de Fechamento, conforme definida no Protocolo e Justificação (**"Data de Fechamento"**); (xii) sujeito à Verificação das Condições e ao advento da Data de Fechamento, criação de (a) ações preferenciais resgatáveis classe A da Companhia, nominativas, escriturais e sem valor nominal (**"Ações Resgatáveis PNA"**); (b) ações preferenciais resgatáveis classe B da Companhia, nominativas, escriturais e sem valor nominal (**"Ações Resgatáveis PNB"**); e (c) ações preferenciais resgatáveis classe C da Companhia, nominativas, escriturais e sem valor nominal (**"Ações Resgatáveis PNC"** e, quando referidas em conjunto com Ações Resgatáveis PNA e Ações Resgatáveis PNB, **"Ações Resgatáveis da Companhia"**), nos termos do Protocolo e Justificação; (xiii) sujeito à Verificação das Condições e ao advento da Data de Fechamento, o aumento de capital social da Companhia e a emissão de Ações Resgatáveis da Companhia, nos termos e nas quantidades previstas no Protocolo e Justificação (**"Emissão de Ações"**); (xiv) sujeito à Verificação das Condições e ao advento da Data de Fechamento, a alteração do Artigo 6º do estatuto social da Companhia para refletir a quantidade de Ações Resgatáveis da Companhia que poderão ser emitidas dentro do capital autorizado da Companhia, quais sejam, (a) 187.926.060 (cento e oitenta e sete milhões, novecentas e vinte e seis mil e sessenta) de Ações Resgatáveis PNA; (b) 20.000.000 (vinte milhões) de Ações Resgatáveis PNB; e (c) 64.000.000 (sessenta e quatro milhões) de Ações Resgatáveis PNC (**"Limite de Capital Autorizado das Ações Resgatáveis"**); (xv) caso o item (xiii) seja aprovado, a alteração do Artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir, nos termos do Protocolo e Justificação, (a) a nova quantidade de Ações Resgatáveis da Companhia representativas do capital social considerando a quantidade de ações emitidas no âmbito da Emissão de Ações; e (b) as características das Ações Resgatáveis da Companhia; (xvi) caso os itens (xiv) e (xv) sejam aprovados, a consolidação do estatuto social da Companhia para refletir as alterações ao Artigo 5º e ao Artigo 6º do estatuto social da Companhia, conforme aprovadas nos itens (xiv) e (xv); e (xvii) autorização aos administradores da Companhia a realizar todos os atos necessários à implementação e registro das deliberações anteriores, notadamente para o Conselho de Administração da Companhia (a) consumar e implementar o resgate e cancelamento das Ações Resgatáveis da Companhia, incluindo a determinação do valor (em reais) a ser pago aos acionistas da Clear Sale em vista do resgate das Ações Resgatáveis da Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação; e (b) declarar a Verificação das Condições e a eficácia da Incorporação de Ações, do Limite do Capital Autorizado das Ações Resgatáveis e da Emissão de Ações. **7. DELIBERAÇÕES**: após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia: **7.1.** aprovaram, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com registro das abstenções e sem qualquer ressalva, a eleição (i) da Sra. **TATIANA MACHADO**, brasileira, divorciada, engenheira, portadora da cédula de identidade RG nº 28.874.074-9, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (**"CPF/MF"**) sob o nº 293.404.188-32, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre C1 do Complexo Parque da Cidade – conjuntos 191, 192, 201, 202, 211, 212, 221, 222, 231, 232, 241 e 242, Chácara Santo Antônio, CEP 04.794-000, como membro do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) do Sr. **MICHAEL MELTZ**, americano, casado, executivo, portador do número de identificação passaporte nº 545938851, com endereço na cidade de Scarsdale, Estado de Nova York/NY, nº 2, Mohican Trail, 10583, como membro do Conselho de Administração da Companhia; e ambos com mandato vigente até o dia 31 de julho de 2025, sendo permitida a reeleição. Cada membro do Conselho de Administração ora eleito é investido em seu cargo e toma posse mediante a assinatura do termo de posse arquivado na sede da Companhia, onde declara, sob as penas da lei, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, e nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. **7.2.** aprovaram, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com registro das abstenções e sem qualquer ressalva, a destituição do Sr. **CRAIG ANDREW BOUNDY**, britânico, casado, executivo, portador do passaporte nº 126601913, emitido em 02 de agosto de 2021, com endereço comercial na 475 Anton boulevard, Costa Mesa, CA, 92626, Estados Unidos da América, como membro e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, conforme eleito em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de julho de 2023. **7.3.** aprovaram, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com registro das abstenções e sem qualquer ressalva, a eleição para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, com mandato vigente até o dia 31 de julho de 2025, sendo permitida a reeleição, do Sr. **VALDEMIR BERTOLO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 10.254.722-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.248.488-14, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, nº 14401, torre C-1, Complexo Parque da Cidade, conjuntos 191, 192, 201, 202, 211, 212, 222, 231, 232, 241 e 242, Bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04.794-000, atual Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia tendo sido eleito em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de julho de 2023, conforme termo de posse constante na respectiva ata de tal Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. **7.4.** aprovaram, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com registro das abstenções e sem qualquer ressalva, a eleição para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, com mandato vigente até o dia 31 de julho de 2025, sendo permitida a reeleição, da Sra. **TATIANA MACHADO**, brasileira, divorciada, engenheira, portadora da cédula de identidade RG nº 28.874.074-9, inscrita no CPF/MF sob o nº 293.404.188-32, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Torre C1 do Complexo Parque da Cidade – conjuntos 191, 192, 201, 202, 211, 212, 221, 222, 231, 232, 241 e 242, Chácara Santo Antônio, CEP 04.794-000, atual membro do Conselho de Administração eleita na presente Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, conforme termo de posse arquivado na sede da Companhia. **7.5.** aprovaram, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com registro das abstenções e sem qualquer ressalva, a proposta de desdobramento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, na proporção de 60 (sessenta) novas ações para cada 1 (uma) ação detida por cada acionista, passando o capital social, atualmente dividido em 3.726.600 (três milhões setecentas e vinte e seis mil e seiscentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a ser dividido em 223.596.000 (duzentas e vinte e três milhões e quinhentas e noventa e seis mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações ordinárias serão atribuídas aos acionistas titulares, nesta data, de ações ordinárias da Companhia na proporção de sua participação no capital social votante da Companhia. As novas ações ordinárias manterão os mesmos direitos e vantagens que as ações ordinárias anteriormente emitidas pela Companhia. **7.6.** aprovaram, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com registro das abstenções e sem qualquer ressalva, em vista da aprovação do Desdobramento de Ações, a alteração do Capítulo 2 do estatuto social da Companhia para refletir a nova quantidade de ações representantes do capital social da Companhia e nova quantidade de ações que poderão ser emitidas dentro do capital autorizado da Companhia, considerando o Desdobramento de Ações. Dessa forma, o Capítulo 2 (Capital Social e Ações) do estatuto social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Capítulo 2. Capital Social e Ações** *Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$174.000.000,00 (cento e setenta e quatro milhões de reais), dividido em 223.596.000 (duzentas e vinte e três milhões e quinhentas e noventa e seis mil) ações ordinárias, sem valor nominal. Parágrafo 1º. O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo 2º. Todas as ações da Companhia são nominativas ou escriturais e, caso sejam escriturais, devem ser mantidas em conta de depósito mantida em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Pode ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações") Parágrafo 3º. É vedada à Companhia a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias Artigo 6º. O capital social da Companhia pode ser elevado até 120.000.000 (cento e vinte milhões) de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. Parágrafo 1º. A Companhia pode, no limite do capital autorizado estabelecido no caput deste artigo e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas. Parágrafo 2º. Fica excluído o direito de preferência, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. Artigo 7º. Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe, cabendo à Assembleia Geral fixar o respectivo valor de resgate e as demais características da operação.*" **7.7.** aprovaram, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, com registro das abstenções e sem qualquer ressalva, a consolidação do estatuto social da Companhia que passará a vigorar com a redação que consta do **Anexo I** a esta ata. **7.8.** aprovaram, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e sem qualquer ressalva, o Protocolo e Justificação que integra a presente ata como seu **Anexo II**. **7.9.** aprovaram, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e sem qualquer ressalva, a ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora para a elaboração do Laudo de Avaliação. **7.10.** aprovaram, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e sem qualquer ressalva, o Laudo de Avaliação que integra a presente ata como seu **Anexo III**. **7.11.** aprovaram, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e sem qualquer ressalva, a Incorporação de Ações, cuja eficácia ficará sujeita à Verificação das Condições e ao advento da Data de Fechamento. Tendo em vista que a existência de acionistas da Companhia que não votaram favoravelmente à Incorporação de Ações e/ou que se abstiveram de votar, a Companhia divulgará os procedimentos aplicáveis para exercício do direito de recesso, nos termos do artigo 252, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações, pagamento do reembolso das ações e subsequente retirada da Companhia nos termos da legislação aplicável. **7.12.** aprovaram, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e sem qualquer ressalva, sujeito à Verificação das Condições e ao advento da Data de Fechamento, a criação das Ações Resgatáveis PNA, Ações Resgatáveis PNB e Ações Resgatáveis PNC de emissão da Companhia, nominativas e sem valor nominal, todas nos termos do *Merger Agreement* e do Protocolo e Justificação, sendo certo que: (i) as Ações Resgatáveis PNA, Ações Resgatáveis PNB e Ações Resgatáveis PNC de emissão da Companhia não conferem direito de voto e serão compulsoriamente resgatáveis, a critério único e exclusivo da Companhia, no contexto da Operação. (ii) as Ações Resgatáveis PNA, Ações Resgatáveis PNB e Ações Resgatáveis PNC de emissão da Companhia terão como vantagem a prioridade no reembolso de capital em liquidação, sem prêmio, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. (iii) cada 1 (uma) Ação Resgatável PNA será resgatada e receberá R$10,56 (dez reais e cinquenta e seis centavos) em dinheiro, mais o ajuste do caixa líquido descrito no *Merger Agreement*. (iv) cada 1 (uma) Ação Resgatável PNB será resgatada e receberá R$10,56 (dez reais e cinquenta e seis centavos), mais o ajuste do caixa líquido descrito no *Merger Agreement*, em BDRs com base na relação de troca descrita no *Merger Agreement*. (v) cada 1 (uma) Ação Resgatável PNC será resgatada e receberá (a) R$10,03 (dez reais e três centavos) em dinheiro, mais o ajuste do caixa líquido descrito no *Merger Agreement*; (b) pagamento em dinheiro do valor de retenção de R$1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por ação ajustado, conforme descrito no *Merger Agreement*; e (c) R$0,53 (cinquenta e três centavos) em BDRs com base na relação de troca descrita no *Merger Agreement*. **7.13.** aprovaram, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e sem qualquer ressalva, sujeito à Verificação das Condições e ao advento da Data de Fechamento, o aumento do capital social da Companhia, em decorrência da aprovação da Incorporação de Ações, e a emissão de 271.926.060 (duzentas e setenta e uma milhões, novecentas e vinte e seis mil e sessenta ações) Ações Resgatáveis da Companhia, divididas em (i) 187.926.060 (cento e oitenta e sete milhões, novecentas e vinte e seis mil e sessenta) Ações Resgatáveis PNA; (ii) 20.000.000 (vinte milhões) Ações Resgatáveis PNB; e (iii) 64.000.000 (sessenta e quatro milhões) Ações Resgatáveis PNC, totalizando preço total de emissão de R$1.976.911.000,00 (um bilhão, novecentos e setenta e seis milhões, novecentos e onze mil reais), sendo certo que o aumento de capital e a emissão de ações também terão sua eficácia condicionada à satisfação (ou renúncia) das condições precedentes previstas no *Merger Agreement* e Protocolo e Justificação. Adicionalmente, os acionistas da Companhia, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e sem qualquer ressalva, consignaram que: (i) do preço total de emissão, (a) R$1,00 (um real) será destinado à conta de capital social; e (b) e R$1.976.910.999,00 (um bilhão, novecentos e setenta e seis milhões, novecentos e dez mil e novecentos e noventa e nove reais) serão destinados à conta de reserva de capital, na forma do §1º, "a", do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações. Em razão da deliberação, o valor do capital social da Companhia passa de R$174.000.000,00 (cento e setenta e quatro milhões de reais) para R$174.000.001,00 (cento e setenta e quatro milhões e um real); e (ii) antes da efetivação da Incorporação de Ações, mas após o período de escolha dos acionistas da Clear Sale dentre as Opções 1 a 3 e da determinação da quantidade de Ações Resgatáveis PNA, Ações Resgatáveis PNB e Ações Resgatáveis PNC da Companhia a serem entregues a cada um em substituição às ações de emissão da Clear Sale a serem efetivamente incorporadas quando da satisfação (ou renúncia) das condições precedentes previstas no *Merger Agreement* e Protocolo e Justificação, serão realizadas reuniões do Conselho de Administração da Companhia para (a) homologar a relação de troca, conforme aplicável e previsto no *Merger Agreement*; (b) homologar o aumento de capital da Companhia e a quantidade final de Ações Resgatáveis PNA, Ações Resgatáveis PNB e Ações Resgatáveis PNC na Data de Fechamento; (c) homologar a Incorporação de Ações; (d) declarar a conversão da Clear Sale em subsidiária integral da Companhia na Data de Fechamento; (e) homologar o Resgate e cancelamento das Ações Resgatáveis da Companhia; e (f) autorizar aos administradores da Companhia para realizarem todos os atos necessários para dar eficácia à Operação. **7.14.** aprovaram, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e sem qualquer ressalva, sujeito à Verificação das Condições e ao advento da Data de Fechamento, a alteração do Artigo 6º do estatuto social da Companhia para refletir o novo Limite do Capital Autorizado das Ações Resgatáveis. Dessa forma, o Artigo 6º do estatuto social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "*Artigo 6º. O capital social da Companhia pode ser elevado em até (i) 120.000.000 (cento e vinte milhões) de ações ordinárias; (ii) 187.926.060 (cento e oitenta e sete milhões, novecentas e vinte e seis mil e sessenta) de Ações Resgatáveis PNA; (iii) 20.000.000 (vinte milhões) de Ações Resgatáveis PNB, e (iv) 64.000.000 (sessenta e quatro milhões) de Ações Resgatáveis PNC, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. Parágrafo 1º. A Companhia pode, no limite do capital autorizado estabelecido no caput deste artigo e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas. Parágrafo 2º. Fica excluído o direito de preferência, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.*" **7.15.** aprovaram, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e sem qualquer ressalva, sujeito à Verificação das Condições e ao advento da Data de Fechamento, em vista da aprovação da criação das Ações Resgatáveis da Companhia, a alteração do Artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir (i) a nova quantidade de Ações Resgatáveis da Companhia representativas do capital social considerando a quantidade de ações emitidas no âmbito da Emissão de Ações; e (ii) as características das Ações Resgatáveis da Companhia. Dessa forma, o Artigo 5º do estatuto social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 5º.** *O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$174.000.001,00 (cento e setenta e quatro milhões e um real), dividido em 495.522.060 (quatrocentas e noventa e cinco mil, quinhentas e vinte e duas e sessenta) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo (i) 223.596.000 (duzentas e vinte e três milhões, quinhentas e noventa e seis mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal; e (ii) 271.926.060 (duzentas e setenta e uma milhões, novecentas e vinte e seis mil e sessenta ações) Ações Resgatáveis da Companhia (conforme abaixo definidas), dividida em (a) 187.926.060 (cento e oitenta e sete milhões, novecentas e vinte e seis mil e sessenta) Ações Resgatáveis PNA, (b) 20.000.000 (vinte milhões) Ações Resgatáveis PNB; e (c) 64.000.000 (sessenta e quatro milhões) Ações Resgatáveis PNC. **Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As Ações Resgatáveis PNA, Ações Resgatáveis PNB e Ações Resgatáveis PNC não conferirão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** Todas as ações da Companhia são nominativas ou escriturais e, caso sejam escriturais, devem ser mantidas em conta de depósito mantida em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Pode ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações") **Parágrafo 3º.** É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias. **Parágrafo 4º.** A Companhia poderá emitir ações preferenciais com as seguintes características a elas comuns: (i) nominativas, escriturais e sem valor nominal; (ii) não conferem direito de voto; (iii) serão compulsoriamente resgatáveis; e (iv) assegurarão aos seus titulares a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, nos casos em que ocorra tal reembolso, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Conforme suas demais características específicas a cada classe, tais ações serão de classes A ("Ações Resgatáveis PNA"), B ("Ações Resgatáveis PNB") e C ("Ações Resgatáveis PNC" e, quando referidas em conjunto com as Ações Resgatáveis PNA e Ações Resgatáveis PNB, "Ações Resgatáveis da Companhia"), descritas nos parágrafos 5 a 7 abaixo. **Parágrafo 5º.** Cada 1 (uma) Ação Resgatável PNA será resgatada e receberá R$10,56 (dez reais e cinquenta e seis centavos) em dinheiro, mais o ajuste do caixa líquido descrito no Merger Agreement and Other Covenants, celebrado pelas Serasa S.A. e Clear Sale S.A., em 3 de outubro de 2024, conforme aditado em 4 de dezembro de 2024 ("Merger Agreement" e "Opção 1", respectivamente) **Parágrafo 6º.** Cada 1 (uma) Ação Resgatável PNB será resgatada e receberá R$10,56 (dez reais e cinquenta e seis centavos), mais o ajuste do caixa líquido descrito no Merger Agreement, em BDRs Nível 1, emitido nos termos da Resolução CVM nº 182, de 11 de maio de 2023, conforme alterada, lastreados em ações ordinárias de emissão da Experian PLC ("BDRs"), com base na relação de troca descrita no Merger Agreement ("Opção 2") **Parágrafo 7º.** Cada 1 (uma) Ação Resgatável PNC será resgatada e receberá (a) R$10,03 (dez reais e três centavos) em dinheiro, mais o ajuste do caixa líquido descrito no Merger Agreement; (b) pagamento em dinheiro do valor de retenção de R$1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por ação ajustado, conforme descrito no Merger Agreement; e (c) R$0,53 (cinquenta e três centavos de real) em BDRs com base na relação de troca descrita no Merger Agreement ("Opção 3") **Parágrafo 8º.** As Ações Resgatáveis PNA, Ações Resgatáveis PNB e Ações Resgatáveis PNC são compulsoriamente resgatáveis por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Especial dos Preferencialistas, conforme valores e termos previstos nos parágrafos acima. **Parágrafo 9º.** As Ações Resgatáveis PNA, Ações Resgatáveis PNB e Ações Resgatáveis PNC conferirão prioridade no reembolso do capital, no valor de R$0,01 (um centavo) por ação, sem prêmio, no caso de dissolução da Companhia e de liquidação de seu patrimônio. **Parágrafo 10.** O acionista dissidente de certas deliberações tomadas pela Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45, da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136, na Lei das Sociedades por Ações.*" **7.16.** aprovaram, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e sem qualquer ressalva, sujeito à Verificação das Condições e ao advento da Data de Fechamento, a consolidação do estatuto social da Companhia que passará a vigorar com a redação que consta do **Anexo IV** a esta ata. **7.17.** aprovaram, por maioria de votos dos acionistas presentes, com registro de votos contrários e sem qualquer ressalva, a autorização aos administradores da Companhia para realizarem todos os atos necessários à implementação e registro das deliberações anteriores notadamente para o Conselho de Administração da Companhia (a) consumar e implementar o resgate e cancelamento das Ações Resgatáveis da Companhia, incluindo a determinação do valor (em reais) a ser pago aos acionistas da Clear Sale em vista do resgate das Ações Resgatáveis da Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação; e (b) declarar a Verificação das Condições e a eficácia da Incorporação de Ações, do Limite do Capital Autorizado das Ações Resgatáveis e da Emissão de Ações. **8. LAVRATURA**: foi autorizada, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. **9. ENCERRAMENTO**: nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Fica registrada a manifestação de voto apresentada pelo acionista J. Safra Holdings SPF S.A.R.L. em relação a todas as deliberações contidas na ordem do dia desta Assembleia Geral Extraordinária, que, em atenção ao artigo 130, parágrafo 1º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações, ficará arquivada na sede social da Companhia. **10. ASSINATURA**: Mesa: Presidente: Fernando Rodrigues; e Secretário: Sérgio de Carvalho Machado. Acionistas Presentes: GUS Europe Holdings B.V (pp. Fernando Rodrigues), Experian Nominees Limited (pp Fernando Rodrigues) e J. Safra Holdings SPF S.A.R.L. (pp. Luiz Fernando Martins Kuyven e Felipe dos Santos Ronco) São Paulo, 14 de janeiro de 2025. **Mesa: Fernando Rodrigues** - Presidente, **Sérgio de Carvalho Machado** - Secretário. **Acionistas: GUS EUROPE HOLDINGS B.V.** Nome: Fernando Rodrigues, Cargo: Procurador; **EXPERIAN NOMINEES LIMITED** Nome: Fernando Rodrigues, Cargo: Procurador; J. **SAFRA HOLDINGS SPF S.A.R.L.** Nome: Luiz Fernando Martins Kuyven, Cargo: Procurador e Nome: Felipe dos Santos Ronco, Cargo: Procurador

ANEXO I - *Versão Consolidada do Estatuto Social Após Desdobramento.* **ESTATUTO SOCIAL DA SERASA S.A.**, CNPJ/MF nº 62.173.620/0001-80 - NIRE 35.3.0006256-6. **ESTATUTO SOCIAL. Capítulo 1. Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1.** A Serasa S.A. (**"Companhia"**) é uma sociedade por ações, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2.** A companhia tem por objeto social: (a) coleta, o armazenamento e o gerenciamento de dados; (b) organização, a análise, o desenvolvimento, a operação e a comercialização de informações e soluções para apoiar decisões, o gerenciamento de risco de crédito e de negócios, a administração de finanças pessoais e para promover educação financeira; (c) elaboração, a organização administrativa, a implantação e a execução de estudos, de projetos e de serviços em tecnologias de crédito, de gestão e da informação, estruturação econômico-financeira, assessoria, consultoria, assistência técnica, pesquisas e desenvolvimento experimental, inclusive de mercado e relativas a atividades científicas, físicas, naturais, agrônomas, agrícolas, pecuárias, desenvolvimento sustentável, bioenergia e inteligência geográfica; (d) propaganda e publicidade, promoção de vendas e planejamento e gerenciamento de campanhas ou sistemas de publicidade de terceiros; (e) instrução, treinamento e capacitação técnica, inclusive para análise de crédito e prevenção a fraudes; (f) análise de riscos, modelos estatísticos, desenvolvimento e implementação de administração; (g) a classificação de risco; (h) o desenvolvimento, a aplicação e a oferta de tecnologias de segurança nas transações comerciais e civis, por meios eletrônicos ou não; (i) serviços na área de processamento de dados para terceiros; (j) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (k) serviços de planejamento, suporte técnico, manutenção e outros serviços relacionados à tecnologia da informação, portais, provedores de internet, e demais serviços de informação na internet; (l) serviços de licenciamento ou cessão de direitos de uso de softwares próprios ou de terceiros, de sistemas de administração, de análise de crédito, de arrecadação, de captura, processamento e administração de informações, dentre outros; (m) serviços de criação e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e de softwares; (n) franquias; (o) serviços de intermediação de negócios e contratos, inclusive de correspondente bancário; (p) registro de ativos financeiros; (q) serviços de cobrança; (r) transmissão eletrônica de dados destinados ao registro de contrato de financiamento de veículo automotor com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor, nos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal; (s) a participação, como acionista, sócia ou quotista, em outras sociedades ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior; (t) serviços de monitoramento e de mapeamento por meio de imagens de satélite e outras geotecnologias; (u) desenvolvimento de indicadores estratégicos que permitam a melhor gestão territorial para a produção e o uso racional de recursos naturais; (v) locação de máquinas e equipamentos comerciais e point of sales ("POS"); (w) atividades auxiliares de serviços financeiros; (x) atividades de subcredenciadores; (y) serviços relacionados a pagamentos, por meio eletrônico; (z) exploração da atividade de arranjo de pagamento, nos termos da regulamentação vigente; (a1) a prática de outras atividades necessárias e pertinentes para a realização de seu objeto social. **Artigo 3.** A Companhia tem a sua sede e domicílio legal na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14401 – Torre C-1 do Complexo Parque da Cidade - conjuntos 191, 192, 201, 202, 211, 212, 221, 222, 231, 232, 241 e 242, Bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000. **Parágrafo único**. A Companhia pode abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Artigo 4.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo 2. Capital Social e Ações. Artigo 5.** O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$174.000.000,00 (cento e setenta e quatro milhões de reais), dividido em 223.596.000 (duzentas e vinte e três milhões e quinhentas e noventa e seis mil) ações ordinárias, sem valor nominal. **Parágrafo 1.** O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2.** Todas as ações da Companhia são nominativas ou escriturais e, caso sejam escriturais, devem ser mantidas em conta de depósito mantida em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Pode ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores (**"Lei das Sociedades por Ações"**) **Parágrafo 3.** É vedada à Companhia a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias. **Artigo 6.** O capital social da Companhia pode ser elevado em até 120.000.000 (cento e vinte milhões) de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. **Parágrafo 1.** A Companhia pode, no limite do capital autorizado estabelecido no caput deste artigo e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas. **Parágrafo 2.** Fica excluído o direito de preferência, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. **Artigo 7.** Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe, cabendo à Assembleia Geral fixar o respectivo valor de resgate e as demais características da operação. **Capítulo 3. Assembleia Geral. Artigo 8.** A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando convocada, nos termos da legislação aplicável e deste Estatuto Social. **Artigo 9.** A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Conselho de Administração da Companhia, de acordo com as disposições do presente instrumento, ou (ii) por qualquer acionista que detenha, ao menos, 5% das ações votantes em circulação da Companhia, sempre que o Conselho de Administração não tomar as medidas necessárias dentro de 8 dias após um acionista solicitar por escrito a convocação de Assembleia Geral para o propósito de deliberar sobre um negócio de boa-fé, indicando as matérias a serem discutidas. **Parágrafo 1.** Exceto se de outra for- continua...

Eufrázio

...continuação

SERASA S.A. - CNPJ/MF nº 62.173.620/0001-80 - NIRE 35.3.0006256-6 - **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JANEIRO DE 2025**

ma for disposto no presente Estatuto Social ou na legislação aplicável, a Assembleia Geral será instalada em primeira convocação com a presença de acionistas representantes de 25% de todas as ações com direito de voto da Companhia. **Parágrafo 2.** Para a convocação da Assembleia Geral, deverá ser enviada notificação por escrito aos acionistas da Companhia com, pelo menos, 8 dias de antecedência à realização da Assembleia Geral, na qual deverá ser especificada a data, a hora e o local da assembleia e a ordem do dia, juntamente com cópias de quaisquer relatórios, propostas ou qualquer outra informação relevante para a ordem do dia. Caso o quórum mencionado no § 1º deste Artigo não seja alcançado em primeira convocação, uma segunda assembleia deverá ser realizada, sendo convocada com 5 dias de antecedência por meio de notificação prévia escrita, a qual conterá os itens incluídos na notificação de primeira convocação. Nenhum quórum mínimo será necessário para a instalação da Assembleia Geral em segunda convocação. **Parágrafo 3.** Se todos os acionistas estiverem presentes à Assembleia Geral, considerar-se-á dispensada a exigência de notificação prévia e por escrito para a convocação da reunião. **Parágrafo 4.** Em qualquer Assembleia Geral, o acionista poderá ser representado por seus diretores, ou por seu procurador, o qual deverá ser um acionista, um administrador da Companhia ou um advogado, de acordo com as disposições do Artigo 126, § Primeiro, da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 5.** As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social. **Parágrafo 6.** A Assembleia Geral só pode deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10.** A Assembleia Geral é instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração da Companhia ou, em caso de ausência, por qualquer acionista ou administrador da Companhia escolhido pela maioria dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o Secretário, que pode ser acionista ou não da Companhia. **Artigo 11.** Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar, dentre eles, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho; (c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (d) reformar o Estatuto Social; (e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão ou a incorporação da Companhia com ou em qualquer sociedade, bem como sobre operações de incorporação de ações envolvendo a Companhia; (f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores da Companhia e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (h) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (i) deliberar sobre o aumento do capital social acima do capital autorizado, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social; (j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação; e (k) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração. **Parágrafo único.** O Presidente da Assembleia Geral deve observar e fazer cumprir as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede social, vedando a contagem dos votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos. **Capítulo 4. Administração. Seção 1. Disposições Gerais. Artigo 12.** A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Artigo 13.** A posse dos administradores nos cargos faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo 1.** Os administradores permanecem em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. **Parágrafo 2.** A Assembleia Geral fixa a remuneração global anual dos administradores e cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente. **Artigo 14.** Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, qualquer dos órgãos de administração reúne-se validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes. **Parágrafo único.** É dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os membros do órgão da administração. São considerados presentes os membros que manifestem seu voto: (i) por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão; ou (ii) por voto escrito antecipado; ou (iii) por voto escrito transmitido por fax, por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a autoria do documento. **Seção 2. Conselho de Administração. Artigo 15.** O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 9 membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1.** O Conselho de Administração tem 1 Presidente e 1 Vice-Presidente eleitos pela Assembleia Geral. O Vice-Presidente exerce as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente são exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos membros. **Parágrafo 2.** Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, o cargo do membro vacante será nomeado pelo Conselho de Administração, e tal nomeação deverá ser ratificada pela Assembleia Geral. O membro do Conselho de Administração da Companhia que assumir o cargo vago deverá concluir o mandato de seu predecessor. **Parágrafo 3.** O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que: (a) ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente; ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com os da Companhia. **Artigo 16.** O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente ou pela maioria dos seus membros. Para ser válida, a convocação deve ser feita com a antecedência mínima de 1 dia útil, por meio de carta, fax ou mensagem eletrônica, devendo indicar a data, o horário e o local da reunião e os assuntos da ordem do dia. **Parágrafo 1.** A reunião do Conselho de Administração será instalada, em primeira convocação, com a presença de (i) ao menos 3 membros, se o número de Conselheiros indicados for de 5; (ii) de ao menos 4 se o número de Conselheiros for de até 7 e de 5 se o número for igual ou superior a 8 e em segunda convocação com qualquer número. **Parágrafo 2.** As reuniões do Conselho podem ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. A respectiva ata deve ser posteriormente assinada por todos os membros do Conselho de Administração, ou por seus procuradores, participantes da reunião. **Artigo 17.** As reuniões do Conselho de Administração são presididas por seu Presidente ou, na sua ausência, por seu Vice-Presidente, ou, na ausência deste, por outro membro nomeado pela maioria dos votos dos demais Conselheiros presentes. **Artigo 18.** Cada Conselheiro tem direito a 1 voto nas reuniões do Conselho de Administração. As decisões do Conselho de Administração serão tomadas e aprovadas pelo voto da maioria de seus membros. **Artigo 19.** Das reuniões do Conselho de Administração são lavradas atas, as quais são assinadas por todos e registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos devem ser arquivados na Junta Comercial competente e publicados. **Artigo 20.** Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições a ele outorgadas por este Estatuto Social e pela legislação aplicável: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições e os poderes de representação da Companhia, observado o disposto neste Estatuto Social; (c) definir níveis de materialidade, reservando-se específicos poderes e delegando outras matérias com a aprovação necessária e por escrito dos Diretores, e monitorando e avaliando mencionadas reservas e delegações regularmente; (d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos praticados; (e) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; (f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (g) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures e notas promissórias comerciais na forma da legislação em vigor; (h) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros sempre que tais operações, individual ou conjuntamente consideradas, representem valores superiores a 1% do faturamento da Companhia, apurado no último balanço patrimonial aprovado; (i) escolher e destituir auditores independentes; (j) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela Assembleia Geral; (k) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização; (l) deliberar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (m) outorgar opção de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral; (n) autorizar todos os atos, documentos e contratos que estabeleçam as obrigações, responsabilidades ou o desembolso de fundos da Companhia que ultrapassem o valor correspondente a 10% do faturamento da Companhia, apurado no último balanço patrimonial aprovado, excluindo o pagamento de tributos no curso normal dos negócios; (o) autorizar o licenciamento de marca de propriedade da Companhia, com exceção dos casos que envolverem a distribuição de produtos, cuja competência será da Diretoria; (p) apresentar à Assembleia Geral a proposta de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou participação em qualquer empreendimento comum, em qualquer associação entre empresas, bem como de transformação em outro tipo societário, falência, recuperação judicial ou extrajudicial e liquidação da Companhia; (q) aprovar os orçamentos anuais; (r) apresentar à Assembleia Geral a proposta de participação nos lucros dos administradores da Companhia; (s) aprovar a política de dividendos da Companhia; (t) autorizar a declaração, a distribuição e o pagamento de dividendos intercalares e/ou intermediários na forma do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações; e (u) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. **Seção 3. Diretoria. Artigo 21.** A Diretoria da Companhia é composta por, no mínimo, 4 e, no máximo, 7 membros, sendo um Diretor-Presidente e os demais sem denominação especial, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre os profissionais mais qualificados para os cargos, com experiência apropriada em administração e gestão de empresas, com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores podem acumular cargos, conforme deliberação do Diretor-Presidente. **Parágrafo 1.** Os Diretores deverão ser pessoas físicas residentes no Brasil, os quais poderão ou não ser acionistas da Companhia. **Parágrafo 2.** Nos seus impedimentos temporários ou ausências, o Diretor-Presidente é substituído pelo Diretor por ele designado. Não havendo designação expressa, a substituição é feita pelo Diretor mais antigo no cargo e, em caso de empate, pelo mais idoso. Em caso de vacância do cargo de Diretor-Presidente, o substituto provisório exerce as suas funções até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias após tal vacância e designar o substituto do Diretor-Presidente pelo restante do prazo do mandato. **Parágrafo 3.** Os demais Diretores são substituídos, em casos de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor, escolhido pelo Diretor-Presidente. Em caso de vacância no cargo de Diretor, o substituto provisório, escolhido pelo Diretor Presidente, assume a Diretoria até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias após tal vacância, e designar o substituto pelo restante do prazo do mandato. **Parágrafo 4.** Para os fins do disposto nos §§ segundo e terceiro deste Artigo, ocorre a vacância com a destituição, a morte, a renúncia, o impedimento comprovado, a invalidez ou a ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. **Artigo 22.** As reuniões da Diretoria deverão ser realizadas por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação capaz de identificar o membro participante e, simultaneamente, possibilitar a comunicação com todos os outros indivíduos participantes da reunião. A ata da mencionada reunião deverá ser assinada por todos os Diretores ou por seus procuradores participantes da reunião. **Artigo 23.** Além das funções e dos poderes definidos pelo Conselho de Administração, os Diretores têm as seguintes atribuições, estando sempre sujeitos a quaisquer outras limitações estabelecidas periodicamente pelo Conselho de Administração: **Parágrafo 1.** Compete ao Diretor-Presidente: (a) estabelecer o modelo de gestão da Companhia mediante consulta ao Conselho de Administração e com observância das diretrizes da Companhia, e fazê-lo cumprir; (b) dirigir os negócios da Companhia e fixar as diretrizes gerais, visando ao desenvolvimento das atividades da Companhia, de acordo com a orientação traçada e sujeito às limitações impostas pelo Conselho de Administração, com a observância do orçamento anual da Companhia; (c) dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às disposições estatutárias; (d) subordinar as estratégias jurídicas nos seus dois focos - Preventivo e Contencioso; (e) dirigir as relações públicas da Companhia mediante consulta ao Conselho de Administração; (f) aprovar os Regulamentos das Diretorias; (g) nomear grupos de trabalho para o estudo de quaisquer assuntos de interesse da Companhia; (h) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (i) representar institucionalmente a Companhia, estando sujeito às determinações e limitações emitidas pelo Conselho de Administração periodicamente; e (j) subordinar as áreas de Comunicação Social, Assessoria Econômica, Auditoria, Assessoria da Qualidade e Planejamento Orçamentário e Custos. **Parágrafo 2.** Compete aos Diretores assistir e auxiliar o Diretor-Presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido atribuídas pelos Regulamentos das Diretorias. **Artigo 24.** Os Diretores, dentro de suas respectivas atribuições, têm amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionem com o objeto social, ressalvadas as hipóteses previstas neste Estatuto Social, que somente serão realizadas mediante a prévia deliberação do Conselho de Administração, e se de outra forma for determinado pelas diretrizes emitidas periodicamente pelo Conselho de Administração. **Artigo 25.** A Companhia é representada: (i) por 2 Diretores em conjunto, sendo 1 deles obrigatoriamente o Diretor-Presidente; ou (ii) 1 procurador e 1 Diretor em conjunto; ou (iii) 2 procuradores em conjunto, investidos com poderes específicos. **Parágrafo 1.** Não obstante o previsto no caput deste artigo, nos atos rotineiros de seu negócio, incluindo, mas não se limitando a, emissão de cheques, movimentação de contas em estabelecimentos bancários, endosso de cheques e demais títulos de crédito para cobrança ou caução, saques de duplicatas, contratos no curso normal dos negócios, a Companhia pode ser representada mediante a assinatura de quaisquer 2 Diretores em conjunto. **Parágrafo 2.** As procurações da Companhia devem ser assinadas por 2 Diretores em conjunto, devendo ser um deles o Diretor-Presidente, exceto se para os fins previstos no § 1º deste artigo ou para a representação da Companhia perante a Receita Federal, as Secretarias Estaduais da Fazenda, as Prefeituras, o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, as Delegacias Regionais do Trabalho, as Delegacias de Polícia, os órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, que podem ser assinadas por quaisquer 2 Diretores em conjunto. **Parágrafo 3.** As procurações devem especificar os poderes concedidos e o prazo de mandato, que não pode ser superior a 1 ano, exceto no caso das procurações ad-judicia, destinadas à defesa dos interesses da Companhia em juízo ou em procedimentos administrativos, as quais podem ser outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo 26.** A Diretoria reúne-se sempre que necessário, sendo convocada pelo Diretor-Presidente. **Parágrafo 1.** As atas das reuniões são lavradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, devem ser arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas. **Parágrafo 2.** Cada Diretor tem direito a 1 voto nas reuniões. As deliberações da Diretoria são válidas mediante o voto favorável da maioria dos Diretores presentes. Caso haja empate, cabe ao Diretor-Presidente o voto de qualidade. **Artigo 27.** São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por Conselheiros, Diretores, procuradores ou empregados, em negócios estranhos ao objeto social, neles incluída a prestação de fiança, aval, endosso ou qualquer garantia não relacionada ao objeto social ou que sejam contrários ao disposto neste Estatuto Social. Tal vedação não se aplica a fianças prestadas em Contratos de Locação Residencial em benefício de funcionários da Companhia. **Capítulo 5. Conselho Fiscal. Artigo 28.** O Conselho Fiscal da Companhia funciona de modo não permanente, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, e é instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Parágrafo 1.** Quando instalado, o Conselho Fiscal é composto por 3 membros titulares e suplentes de igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2.** A posse dos membros do Conselho Fiscal nos cargos faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Conselheiro empossado. **Parágrafo 3.** As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas sempre por maioria de votos dos presentes e lavradas em forma de ata no livro próprio, sendo assinadas por todos os presentes. **Parágrafo 4.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 5.** O mandato unificado dos membros do Conselho Fiscal encerra-se na Assembleia Geral Ordinária subsequente à de sua eleição. **Parágrafo 6.** Os membros do Conselho Fiscal são substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. **Parágrafo 7.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupa o seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral deve ser convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Parágrafo 8.** Não pode ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantenha vínculo com sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ("**Concorrente**"), estando vedada, dentre outras, a eleição de pessoa que: (i) seja empregada, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de Concorrente ou de controlador ou controlada de Concorrente; ou (ii) seja cônjuge ou parente até segundo grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de Concorrente ou de controlador ou controlada de Concorrente. **Capítulo 6. Exercício Social, Distribuições e Reservas. Artigo 29.** O exercício social da Companhia terá início em 1º de abril e término em 31 de março de cada ano. Ao final de cada exercício social, são levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, com a observância dos preceitos legais pertinentes. **Artigo 30.** Com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração deverá apresentar à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no § 2º deste artigo, ajustado para os fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% para a constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; e (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório, em cada exercício, equivalente a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. **Parágrafo 2.** O saldo do lucro líquido anual ajustado poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser destinado a uma reserva estatutária, que não poderá ultrapassar o valor equivalente a 100% do capital social da Companhia, e que tem por finalidade e objetivo: (a) garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia; (b) reforçar o capital de giro da Companhia; e (c) ser utilizada para projetos de expansão de suas operações, seja de forma orgânica ou via aquisição de outras empresas e ativos. **Parágrafo 3.** A Assembleia Geral pode atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e a Contribuição Social, nos casos, forma e limites legais. **Parágrafo 4.** O saldo remanescente dos lucros, se houver, deve ter a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo permitida a retenção de lucros com base em orçamento de capital, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 5.** Nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, excetuadas reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, a Assembleia Geral deve deliberar sobre a aplicação do excesso. **Parágrafo 6.** A Assembleia Geral pode deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Parágrafo 7.** Os dividendos não recebidos ou não reclamados prescrevem no prazo de 3 anos, contado da data em que sejam postos à disposição do acionista, e, nesta hipótese, são revertidos em favor da Companhia. **Artigo 31.** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, independentemente de auditoria externa, observadas as disposições aplicáveis de acordos de acionistas arquivados na sede social. **Parágrafo 1.** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intercalares à conta dos lucros do exercício, sendo que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excederá o montante das reservas de capital de que trata o § Primeiro do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 2.** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo 3.** Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 32.** Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, pode a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas podem ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **Parágrafo 1.** Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e sua atribuição ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas devem ser compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes tenha sido creditado, a Companhia não pode cobrar dos acionistas o saldo excedente. **Parágrafo 2.** O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, após o crédito no decorrer do exercício social, deve se dar por deliberação do Conselho de Administração, no curso do mesmo exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos. **Capítulo 7. Do Juízo Arbitral. Artigo 33.** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio da arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, conforme respectivo Regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e efeitos das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia. **Parágrafo único.** Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral tem o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer as medidas cautelares de proteção de direitos, em procedimento arbitral instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja-lhe concedida, a competência para a decisão de mérito deve ser imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. **Capítulo 8. Da Liquidação da Companhia. Artigo 34.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante ou os liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar nesse período, fixando-lhes os poderes e remuneração, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo 9. Disposições Gerais. Artigo 35.** Os casos omissos neste Estatuto Social devem ser resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 36.** A Companhia deve observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, se houver, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

ANEXO IV - *Versão Consolidada do Estatuto Social Após Incorporação de Ações.* **SERASA S.A.**, CNPJ/MF nº 62.173.620/0001-80 - NIRE 35.3.0006256-6. **ESTATUTO SOCIAL. Capítulo 1. Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1.** A Serasa S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade por ações, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2.** A companhia tem por objeto social: **(a)** coleta, o armazenamento e o gerenciamento de dados; **(b)** organização, a análise, o desenvolvimento, a operação e a comercialização de informações e soluções para apoiar decisões, o gerenciamento de risco de crédito e de negócios, a administração de finanças pessoais e para promover educação financeira; **(c)** elaboração, a organização administrativa, a implantação e a execução de estudos, de projetos e de serviços em tecnologias de crédito, de gestão e da informação, estruturação econômico-financeira, assessoria, consultoria, assistência técnica, pesquisas e desenvolvimento experimental, inclusive de mercado e relativas a atividades científicas, físicas, naturais, agrônomas, agrícolas, pecuárias, desenvolvimento sustentável, bioenergia e inteligência geográfica; **(d)** propaganda e publicidade, promoção de vendas e planejamento e gerenciamento de campanhas ou sistemas de publicidade de terceiros; **(e)** instrução, treinamento e capacitação técnica, inclusive para análise de crédito e prevenção a fraudes; **(f)** análise de riscos, modelos estatísticos, desenvolvimento e implementação de administração; **(g)** a classificação de risco; **(h)** o desenvolvimento, a aplicação e a oferta de tecnologias de segurança nas transações comerciais e civis, por meios eletrônicos ou não; **(i)** serviços na área de processamento de dados para terceiros; **(j)** suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; **(k)** serviços de planejamento, suporte técnico, manutenção e outros serviços relacionados à tecnologia da informação, portais, provedores de internet, e demais serviços de informação na internet; **(l)** serviços de licenciamento ou cessão de direitos de uso de softwares próprios ou de terceiros, de sistemas de administração, de análise de crédito, de arrecadação, de captura, processamento e administração de informações, dentre outros; **(m)** serviços de criação e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e de softwares; **(n)** franquias; **(o)** serviços de intermediação de negócios e contratos, inclusive de correspondente bancário; **(p)** registro de ativos financeiros; **(q)** serviços de cobrança; **(r)** transmissão eletrônica de dados destinados ao registro de contrato de financiamento de veículo automotor com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor, nos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal; **(s)** a participação, como acionista, sócio ou quotista, em outras sociedades ou empreendimentos, no Brasil ou no exterior; **(t)** serviços de monitoramento e de mapeamento por meio de imagens de satélite e outras geotecnologias; **(u)** desenvolvimento de indicadores estratégicos que permitam a melhor gestão territorial para a produção e o uso racional de recursos naturais; **(v)** locação de máquinas e equipamentos comerciais e point of sales ("**POS**"); **(w)** atividades auxiliares de serviços financeiros; **(x)** atividades de subcredenciadores; **(y)** serviços relacionados a pagamentos, por meio eletrônico; **(z)** exploração da atividade de arranjo de pagamento, nos termos da regulamentação vigente; **(a1)** a prática de outras atividades necessárias e pertinentes para a realização de seu objeto social. **Artigo 3.** A Companhia tem a sua sede e domicílio legal na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14401 – Torre C-1 do Complexo Parque da Cidade - conjuntos 191, 192, 201, 202, 211, 212, 221, 222, 231, 232, 241 e 242, Bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000. **Parágrafo único.** A Companhia pode abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria. **Artigo 4.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo 2. Capital Social e Ações. Artigo 5.** O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$174.000.001,00 (cento e setenta e quatro milhões e um reais), dividido em 495.522.060 (quatrocentas e noventa e cinco mil, quinhentas e vinte e duas e sessenta) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo (i) 223.596.000 (duzentas e vinte e três milhões, quinhentas e noventa e seis mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal; e (ii) 271.926.060 (duzentas e setenta e uma milhões, novecentas e vinte e seis mil e sessenta ações) Ações Resgatáveis da Companhia (conforme abaixo definido), dividida em (a) 187.926.060 (cento e oitenta e sete milhões, novecentas e vinte e seis mil e sessenta) Ações Resgatáveis PNA; (b) 20.000.000 (vinte milhões) Ações Resgatáveis PNB; e (c) 64.000.000 (sessenta e quatro milhões) Ações Resgatáveis PNC. **Parágrafo 1.** Cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As Ações Resgatáveis PNA, Ações Resgatáveis PNB e Ações Resgatáveis PNC não conferirão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2.** Todas as ações da Companhia são nominativas ou escriturais e, caso sejam escriturais, devem ser mantidas em conta de depósito mantida em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Pode ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Parágrafo 3.** É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias. **Parágrafo 4.** A Companhia poderá emitir ações preferenciais com as seguintes características a elas comuns: (i) nominativas, escriturais e sem valor nominal; (ii) não conferem direito de voto; (iii) serão compulsoriamente resgatáveis; e (iv) assegurarão aos seus titulares a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, nos casos em que ocorra tal reembolso, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Conforme suas demais características específicas a cada classe, tais ações serão de classes A ("**Ações Resgatáveis PNA**"), B ("**Ações Resgatáveis PNB**") e C ("**Ações Resgatáveis PNC**" e, quando referidas em conjunto com as Ações Resgatáveis PNA e Ações Resgatáveis PNB, "**Ações Resgatáveis da Companhia**"), descritas nos parágrafos 5 a 7 abaixo. **Parágrafo 5.** Cada 1 (uma) Ação Resgatável PNA será resgatada e receberá R$10,56 (dez reais e cinquenta e seis centavos) em dinheiro, mais o ajuste do caixa líquido descrito no Merger Agreement and Other Covenants, celebrado pelas Serasa S.A. e Clear Sale S.A., em 3 de outubro de 2024, conforme aditado em 4 de dezembro de 2024 ("**Merger Agreement**" e "**Opção 1**", respectivamente). **Parágrafo 6.** Cada 1 (uma) Ação Resgatável PNB será resgatada e receberá R$10,56 (dez reais e cinquenta e seis centavos), mais o ajuste do caixa líquido descrito no Merger Agreement, em BDRs Nível 1, emitido nos termos da Resolução CVM nº 182, de 11 de maio de 2023, conforme alterada, lastreados em ações ordinárias de emissão da Experian PLC ("**BDRs**"), com base na relação de troca descrita no *Merger Agreement* ("**Opção 2**"). **Parágrafo 7.** Cada 1 (uma) Ação Resgatável PNC será resgatada e receberá (a) R$10,03 (dez reais e três centavos) em dinheiro, mais o ajuste do caixa líquido descrito no Merger Agreement; (b) pagamento em dinheiro do valor de retenção de R$1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por ação ajustada, conforme descrito no Merger Agreement; e (c) R$0,53 (cinquenta e três centavos de real) em BDRs com base na relação de troca descrita no *Merger Agreement* ("**Opção 3**"). **Parágrafo 8.** As Ações Resgatáveis PNA, Ações Resgatáveis PNB e Ações Resgatáveis PNC são compulsoriamente resgatáveis por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Especial dos Preferencialistas, conforme valores e termos previstos nos parágrafos acima. **Parágrafo 9.** As Ações Resgatáveis PNA, Ações Resgatáveis PNB e Ações Resgatáveis PNC conferirão prioridade no reembolso do capital, no valor de R$0,01 (um centavo) por ação, sem prêmio, no caso de dissolução da Companhia e de liquidação de seu patrimônio. **Parágrafo 10.** O acionista dissidente de certas deliberações tomadas pela Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45, da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136, na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 6.** O capital social da Companhia pode ser elevado em até (i) 120.000.000 (cento e vinte milhões) de ações ordinárias; (ii) 187.926.060 (cento e oitenta e sete milhões, novecentas e vinte e seis mil e sessenta) de Ações Resgatáveis PNA; (iii) 20.000.000 (vinte milhões) de Ações Resgatáveis PNB; e (iv) 64.000.000 (cento e quatro milhões) de Ações Resgatáveis PNC, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. **Parágrafo 1.** A Companhia pode, no limite do capital autorizado estabelecido no caput deste artigo e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas. **Parágrafo 2.** Fica excluído o direito de preferência, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. **Artigo 7.** Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe, cabendo à Assembleia Geral fixar o respectivo valor de resgate e as demais características da operação. **Capítulo 3. Assembleia Geral. Artigo 8.** A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando convocada, nos termos da legislação aplicável e deste Estatuto Social. **Artigo 9.** A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Conselho de Administração da Companhia, de acordo com as disposições do presente instrumento, ou (ii) por qualquer acionista que detenha, ao menos, 5% das ações votantes em circulação da Companhia, sempre que o Conselho de Administração não tomar as medidas necessárias dentro de 8 dias após um acionista solicitar por escrito a convocação de Assembleia Geral para o propósito de deliberar sobre um negócio de boa-fé, indicando as matérias a serem discutidas. **Parágrafo 1.** Exceto se de outra forma for disposto no presente Estatuto Social ou na legislação aplicável, a Assembleia Geral será instalada em primeira convocação com a presença de acionistas representantes de 25% de todas as ações com direito de voto da Companhia. **Parágrafo 2.** Para a convocação da Assembleia Geral, deverá ser enviada notificação por escrito aos acionistas da Companhia com, pelo menos, 8 dias de antecedência à realização da Assembleia Geral, na qual deverá ser especificada a data, a hora e o local da assembleia e a ordem do dia, juntamente com cópias de quaisquer relatórios, propostas ou qualquer outra informação relevante para a ordem do dia. Caso o quórum mencionado no § 1º deste Artigo não seja alcançado em primeira convocação, uma segunda assembleia deverá ser realizada, sendo convocada com 5 dias de antecedência por meio de notificação prévia escrita, a qual conterá os itens incluídos na notificação de primeira convocação. Nenhum quórum mínimo será necessário para a instalação da Assembleia Geral em segunda convocação. **Parágrafo 3.** Se todos os acionistas estiverem presentes à Assembleia Geral, considerar-se-á dispensada a exigência de notificação prévia e por escrito para a convocação da reunião. **Parágrafo 4.** Em qualquer Assembleia Geral, o acionista poderá ser representado por seus diretores, ou por seu procurador, o qual deverá ser um acionista, um administrador da Companhia ou um advogado, de acordo com as disposições do Artigo 126, § Primeiro, da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 5.** As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social. **Parágrafo 6.** A Assembleia Geral só pode deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10.** A Assembleia Geral é instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração da Companhia ou, em caso de ausência, por qualquer acionista ou administrador da Companhia escolhido pela maioria dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o Secretário, que pode ser acionista ou não da Companhia. **Artigo 11.** Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar, dentre eles, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho; (c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (d) reformar o Estatuto Social; (e) deliberar sobre a dissolução, a liquidação, a fusão, a cisão ou a incorporação da Companhia com ou em qualquer sociedade, bem como sobre operações de incorporação de ações envolvendo a Companhia; (f) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (g) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores da Companhia e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (h) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (i) deliberar sobre o aumento do capital social acima do capital autorizado, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social; (j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar no período de liquidação; e (k) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração. **Parágrafo único.** O Presidente da Assembleia Geral deve observar e fazer cumprir as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede social, vedando a contagem dos votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos. **Capítulo 4. Administração. Seção 1. Disposições Gerais. Artigo 12.** A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Artigo 13.** A posse dos administradores nos cargos faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo 1.** Os administradores permanecem em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. **Parágrafo 2.** A Assembleia Geral fixa a remuneração global anual dos administradores e cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente. **Artigo 14.** Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, qualquer dos órgãos de administração reúne-se validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes. **Parágrafo único.** É dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os membros do órgão da administração. São considerados presentes os membros que manifestem seu voto: (i) por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão; ou (ii) por voto escrito antecipado; ou (iii) por voto escrito transmitido por fax, por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a autoria do documento. **Seção 2. Conselho de Administração. Artigo 15.** O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 continua...

...continuação

SERASA S.A. - CNPJ/MF nº 62.173.620/0001-80 - NIRE 35.3.0006256-6 - **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JANEIRO DE 2025**

e, no máximo, 9 membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 1.** O Conselho de Administração tem 1 Presidente e 1 Vice-Presidente eleitos pela Assembleia Geral. O Vice-Presidente exerce as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente são exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos membros. **Parágrafo 2.** Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, o cargo do membro vacante será nomeado pelo Conselho de Administração, e tal nomeação deverá ser ratificada pela Assembleia Geral. O membro do Conselho de Administração da Companhia que assumiu o cargo vago deverá concluir o mandato de seu predecessor. **Parágrafo 3.** O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que: (a) ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente; ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com os da Companhia. **Artigo 16.** O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente ou pela maioria dos seus membros. Para ser válida, a convocação deve ser feita com a antecedência mínima de 5 dias úteis, por meio de carta, fax ou mensagem eletrônica, devendo indicar a data, o horário e o local da reunião e os assuntos da ordem do dia. **Parágrafo 1.** A reunião do Conselho de Administração será instalada, em primeira convocação, com a presença de (i) ao menos 3 membros, se o número de Conselheiros indicados for de 5; (ii) de ao menos 4 se o número de Conselheiros for de até 7 e de 5 se o número for igual ou superior a 8 e em segunda convocação com qualquer número. **Parágrafo 2.** As reuniões do Conselho podem ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. A respectiva ata deve ser posteriormente assinada por todos os membros do Conselho de Administração, ou por seus procuradores, participantes da reunião. **Artigo 17.** As reuniões do Conselho de Administração são presididas por seu Presidente ou, na sua ausência, por seu Vice-Presidente, ou, na ausência deste, por outro membro nomeado pela maioria dos votos dos demais Conselheiros presentes. **Artigo 18.** Cada Conselheiro tem direito a 1 voto nas reuniões do Conselho de Administração. As decisões do Conselho de Administração serão tomadas e aprovadas pelo voto da maioria de seus membros. **Artigo 19.** Das reuniões do Conselho de Administração são lavradas atas, as quais são assinadas por todos e registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos devem ser arquivados na Junta Comercial competente e publicados. **Artigo 20.** Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições a ele outorgadas por este Estatuto Social e pela legislação aplicável: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições e os poderes de representação da Companhia, observado o disposto neste Estatuto Social; (c) definir níveis de materialidade, reservando-se específicos poderes e delegando outras matérias com a aprovação necessária e por escrito dos Diretores, e monitorando e avaliando mencionadas reservas e delegações regularmente; (d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos praticados; (e) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; (f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (g) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures e notas promissórias comerciais na forma da legislação em vigor; (h) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros sempre que tais operações, individual ou conjuntamente consideradas, representem valores superiores a 1% do faturamento da Companhia, apurado no último balanço patrimonial aprovado; (i) escolher e destituir auditores independentes; (j) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela Assembleia Geral; (k) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização; (l) deliberar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (m) outorgar opção de compra ou subscrição de ações da Companhia, de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral; (n) autorizar todos os atos, documentos e contratos que estabeleçam as obrigações, responsabilidades ou o desembolso de fundos da Companhia que ultrapassem o valor correspondente a 10% do faturamento da Companhia, apurado no último balanço patrimonial aprovado, excluindo o pagamento de tributos no curso normal dos negócios; (o) autorizar o licenciamento de marca de propriedade da Companhia, com exceção dos casos que envolverem a distribuição de produtos, cuja competência será da Diretoria; (p) apresentar à Assembleia Geral a proposta de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou participação em qualquer empreendimento comum, em qualquer associação entre empresas, bem como de transformação em outro tipo societário, falência, recuperação judicial ou extrajudicial e liquidação da Companhia; (q) aprovar os orçamentos anuais; (r) apresentar à Assembleia Geral a proposta de participação nos lucros dos administradores da Companhia; (s) aprovar a política de dividendos da Companhia; (t) autorizar a declaração, a distribuição e o pagamento de dividendos intercalares e/ou intermediários na forma do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações; e (u) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. **Seção 3. Diretoria. Artigo 21.** A Diretoria da Companhia é composta por, no mínimo, 4 e, no máximo, 7 membros, sendo um Diretor-Presidente e os demais sem denominação especial, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre os profissionais mais qualificados para os cargos, com experiência apropriada em administração e gestão de empresas, com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores podem acumular cargos, conforme deliberação do Diretor-Presidente. **Parágrafo 1.** Os Diretores deverão ser pessoas físicas residentes no Brasil, os quais poderão ou não ser acionistas da Companhia. **Parágrafo 2.** Nos seus impedimentos temporários ou ausências, o Diretor-Presidente é substituído pelo Diretor por ele designado. Não havendo designação expressa, a substituição é feita pelo Diretor mais antigo no cargo e, em caso de empate, pelo mais idoso. Em caso de vacância do cargo de Diretor-Presidente, o substituto provisório exerce as suas funções até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias após tal vacância e designar o substituto do Diretor-Presidente pelo restante do prazo do mandato. **Parágrafo 3.** Os demais Diretores são substituídos, em casos de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor, escolhido pelo Diretor-Presidente. Em caso de vacância no cargo de Diretor, o substituto provisório, escolhido pelo Diretor-Presidente, assume a Diretoria até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias após tal vacância, e designar o substituto pelo restante do prazo do mandato. **Parágrafo 4.** Para os fins do disposto nos §§ segundo e terceiro deste Artigo, ocorre a vacância com a destituição, a morte, a renúncia, o impedimento comprovado, a invalidez ou a ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. **Artigo 22.** As reuniões da Diretoria deverão ser realizadas por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação capaz de identificar o membro participante e, simultaneamente, possibilitar a comunicação com todos os outros indivíduos participantes da reunião. A ata da mencionada reunião deverá ser assinada por todos os Diretores ou por seus procuradores participantes da reunião. **Artigo 23.** Além das funções e dos poderes definidos pelo Conselho de Administração, os Diretores têm as seguintes atribuições, estando sempre sujeitos a quaisquer outras limitações estabelecidas periodicamente pelo Conselho de Administração: **Parágrafo 1.** Compete ao Diretor-Presidente: (a) estabelecer o modelo de gestão da Companhia mediante consulta ao Conselho de Administração e com observância das diretrizes da Companhia, e fazê-lo cumprir; (b) dirigir os negócios da Companhia e fixar as diretrizes gerais, visando ao desenvolvimento das atividades da Companhia, de acordo com a orientação traçada e sujeito às limitações impostas pelo Conselho de Administração, com a observância do orçamento anual da Companhia; (c) dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às disposições estatutárias; (d) subordinar as estratégias jurídicas nos seus dois focos - Preventivo e Contencioso; (e) dirigir as relações públicas da Companhia mediante consulta ao Conselho de Administração; (f) aprovar os Regulamentos das Diretorias; (g) nomear grupos de trabalho para o estudo de quaisquer assuntos de interesse da Companhia; (h) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (i) representar institucionalmente a Companhia, estando sujeito às determinações e limitações emitidas pelo Conselho de Administração periodicamente; e (j) subordinar as áreas de Comunicação Social, Assessoria Econômica, Auditoria, Assessoria da Qualidade e Planejamento Orçamentário e Custos. **Parágrafo 2.** Compete aos Diretores assistir e auxiliar o Diretor-Presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido atribuídas pelos Regulamentos das Diretorias. **Artigo 24.** Os Diretores, dentro de suas respectivas atribuições, têm amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionem com o objeto social, ressalvadas as hipóteses previstas neste Estatuto Social, que somente serão realizadas mediante a prévia deliberação do Conselho de Administração, e se de outra forma for determinado pelas diretrizes emitidas periodicamente pelo Conselho de Administração. **Artigo 25.** A Companhia é representada: (i) por 2 Diretores em conjunto, sendo 1 deles obrigatoriamente o Diretor-Presidente; ou (ii) 1 procurador e 1 Diretor em conjunto; ou (iii) 2 procuradores em conjunto, investidos com poderes específicos. **Parágrafo 1.** Não obstante o previsto no caput deste artigo, nos atos rotineiros de seu negócio, incluindo, mas não se limitando a, emissão de cheques, movimentação de contas em estabelecimentos bancários, endosso de cheques e demais títulos de crédito para cobrança ou caução, saques de duplicatas, contratos no curso normal dos negócios, a Companhia pode ser representada mediante a assinatura de quaisquer 2 Diretores em conjunto. **Parágrafo 2.** As procurações da Companhia devem ser assinadas por 2 Diretores em conjunto, devendo ser um deles o Diretor-Presidente, exceto se para os fins previstos no § 1º deste artigo ou para a representação da Companhia perante a Receita Federal, as Secretarias Estaduais da Fazenda, as Prefeituras, o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, as Delegacias Regionais do Trabalho, as Delegacias de Polícia, os órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, que podem ser assinadas por quaisquer 2 Diretores em conjunto. **Parágrafo 3.** As procurações devem especificar os poderes concedidos e o prazo de mandato, que não pode ser superior a 1 ano, exceto no caso das procurações ad-judicia, destinadas à defesa dos interesses da Companhia em juízo ou em procedimentos administrativos, as quais podem ser outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo 26.** A Diretoria reúne-se sempre que necessário, sendo convocada pelo Diretor-Presidente. **Parágrafo 1.** As atas das reuniões são lavradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e, sempre que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, devem ser arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas. **Parágrafo 2.** Cada Diretor tem direito a 1 voto nas reuniões. As deliberações da Diretoria são válidas mediante o voto favorável da maioria dos Diretores presentes. Caso haja empate, cabe ao Diretor-Presidente o voto de qualidade. **Artigo 27.** São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por Conselheiros, Diretores, procuradores ou empregados, em negócios estranhos ao objeto social, neles incluída a prestação de fiança, aval, endosso ou qualquer garantia não relacionada ao objeto social ou que sejam contrários ao disposto neste Estatuto Social. Tal vedação não se aplica a fianças prestadas em Contratos de Locação Residencial em benefício de funcionários da Companhia. **Capítulo 5. Conselho Fiscal. Artigo 28.** O Conselho Fiscal da Companhia funciona de modo não permanente, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, e é instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Parágrafo 1.** Quando instalado, o Conselho Fiscal é composto por 3 membros titulares e suplentes de igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2.** A posse dos membros do Conselho Fiscal nos cargos faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Conselheiro empossado. **Parágrafo 3.** As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas sempre por maioria de votos dos presentes e lavradas em forma de ata no livro próprio, sendo assinadas por todos os presentes. **Parágrafo 4.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o § 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 5.** O mandato unificado dos membros do Conselho Fiscal encerra-se na Assembleia Geral Ordinária subsequente à de sua eleição. **Parágrafo 6.** Os membros do Conselho Fiscal são substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. **Parágrafo 7.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupa o seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral deve ser convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Parágrafo 8.** Não pode ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantenha vínculo com sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ("**Concorrente**"), estando vedado, dentre outras, a eleição de pessoa que: (i) seja empregada, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de Concorrente ou de controlador ou controlada de Concorrente; ou (ii) seja cônjuge ou parente até segundo grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de Concorrente ou de controlador ou controlada de Concorrente. **Capítulo 6. Exercício Social, Distribuições e Reservas. Artigo 29.** O exercício social da Companhia terá início em 1º de abril e término em 31 de março de cada ano. Ao final de cada exercício social, são levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo, a serem apresentadas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral, com a observância dos preceitos legais pertinentes. **Artigo 30.** Com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração deverá apresentar à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no § 2º deste artigo, ajustado para os fins do cálculo de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% para a constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; e (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório, em cada exercício, equivalente a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. **Parágrafo 2.** O saldo do lucro líquido anual ajustado poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser destinado a uma reserva estatutária, que não poderá ultrapassar o valor equivalente a 100% do capital social da Companhia, e que tem por finalidade e objetivo: (a) garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia; (b) reforçar o capital de giro da Companhia; e (c) ser utilizada para projetos de expansão de suas operações, seja de forma orgânica ou via aquisição de outras empresas e ativos. **Parágrafo 3.** A Assembleia Geral pode atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e a Contribuição Social, nos casos, forma e limites legais. **Parágrafo 4.** O saldo remanescente dos lucros, se houver, deve ter a destinação que a Assembleia Geral determinar, sendo permitida a retenção de lucros com base em orçamento de capital, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 5.** Nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, a Assembleia Geral deve deliberar sobre a aplicação do excesso. **Parágrafo 6.** A Assembleia Geral pode deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Parágrafo 7.** Os dividendos não recebidos ou não reclamados prescrevem no prazo de 3 anos, contado da data em que sejam postos à disposição do acionista, e, nesta hipótese, são revertidos em favor da Companhia. **Artigo 31.** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, independentemente de auditoria externa, observadas as disposições aplicáveis de acordos de acionistas arquivados na sede social. **Parágrafo 1.** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intercalares à conta dos lucros do exercício, sendo que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excederá o montante das reservas de capital de que trata o § Primeiro do Artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 2.** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo 3.** Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 32.** Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, pode a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas podem ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **Parágrafo 1.** Em caso de crédito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e sua atribuição ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas devem ser compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes tenha sido creditado, a Companhia não pode cobrar dos acionistas o saldo excedente. **Parágrafo 2.** O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, após o crédito no decorrer do exercício social, deve se dar por deliberação do Conselho de Administração, no curso do mesmo exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos. **Capítulo 7. Do Juízo Arbitral. Artigo 33.** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio da arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, conforme respectivo Regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e efeitos das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia. **Parágrafo único.** Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral tem o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer as medidas cautelares de proteção de direitos, em procedimento arbitral instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja lhe concedida, a competência para a decisão de mérito deve ser imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. **Capítulo 8. Da Liquidação da Companhia. Artigo 34.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante ou os liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deve funcionar nesse período, fixando-lhes os poderes e remuneração, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo 9. Disposições Gerais. Artigo 35.** Os casos omissos neste Estatuto Social devem ser resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 36.** A Companhia deve observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, se houver, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

GABRIEL VASCONCELOS, TALITA NASCIMENTO, ALTAMIRO SILVA JUNIOR E BRUNA CAMARGO
ALEXANDRE ROCHA (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Sucesso da Petrobras com biometano passa por dar um gás no preço do insumo

Produtores de biometano estão animados com a chamada pública da Petrobras para compra do insumo na esteira das obrigações impostas pela Lei do Combustível do Futuro. Mas temem que a estatal se balize nos preços do gás natural, sem buscar "remunerar" o efeito de descarbonização. Segundo fontes, o metro cúbico do produto custa, em média, 25% a mais que o do gás natural. Se os termos de precificação ficarem muito abaixo dos praticados pelo restante do mercado, é possível que as empresas se frustrem e deixem o processo para buscar outras demandantes, diz um executivo do setor. "Será preciso haver reconhecimento do atributo ambiental", diz a fonte. "Não é gás natural, não é petróleo. É uma solução ambiental, com outro custo de oportunidade", acrescenta.

Sociedade à vista

As principais empresas do setor, como MDC, Orizon, Gás Verde, Geo Biogás e Solvi, devem participar da chamada. O diretor de transição energética da Petrobras, Maurício Tolmasquim, disse que, além da compra do biometano, obrigação a partir de 2026, a estatal vai mapear o mercado para entender a dinâmica de preços.

Compra ou produção própria

Segundo Tolmasquim, a empresa considera tanto comprar como se converter em produtora de biometano por meio de joint ventures à frente. Tudo por conta de sua demanda relativa a 1% da produção de gás natural, ou 700 mil m³/dia. Uma fonte da Petrobras disse que faz parte do processo buscar o preço mais competitivo.

● **MARGENS.** A fonte acrescentou que já há conversas para negócios em comum com empresas nativas do setor. "Identificamos que podemos ser parte da cadeia para capturar margens, em vez de ser apenas uma demandante", diz a fonte.

● **ATRAENTE.** Segundo a fonte, a estatal considera que, até 2030, a demanda nacional por biometano pode chegar a 4 milhões de m³/dia e, no longo prazo, potencial de 30 milhões de m³/dia, uma projeção "atraente".

● **TERMOS.** A mesma fonte diz, porém, que dificilmente o biometano virá a competir com o negócio de gás da estatal. O lançamento da chamada ocorreu em 6 de janeiro, e as empresas devem enviar propostas de 15 a 31 de março. A Petrobras vai analisar as propostas em abril de 2025 para dar um retorno em maio. Só então será aberta a fase de negociação bilateral. O mandato do biometano no gás natural passa a valer em janeiro de 2026, com um patamar inicial mínimo de 1% e nível máximo de 10%.

NEM TUDO É VANTAGEM

DIVULGAÇÃO/MDC - 7/2/2018



Usina de biometano: fontes do ramo dizem que há risco de se associar a uma estatal com travas de governança ao rápido avanço do negócio

● **AVON.** A Avon Products Inc. (API), em processo similar ao de uma recuperação judicial nos Estados Unidos, foi autorizada pelo juiz da Corte de falências de Delaware a vender o restante de seus pequenos ativos. A empresa já era considerada uma espécie de casca, sem operações em território americano. Em dezembro, os ativos internacionais, os únicos com valor substancial, ficaram com a Natura em uma transação de US$ 125 milhões.

● **ATÉ US$ 50 MIL.** Nesta semana, a Justiça americana liberou a venda dos demais ativos de até US$ 50 mil, tais como equipamentos de laboratório de cosméticos, que incluem chapas aquecedoras, misturadores e aspiradores. Entram na conta também registros empresariais e até equipamentos de escritório, como computadores, servidores e cadeiras.

● **FAMÍLIA VENDE TUDO.** Essa espécie de "família vende tudo" autorizada pelo juiz visa facilitar o processo de monetização de ativos, uma vez que esses valores não fariam diferença para grandes credores. A empresa pediu autorização para o juiz Craig T. Goldblatt para a venda no começo de dezembro e ela foi dada no dia 13 de janeiro. O próprio juiz exemplifica na decisão que se trata de muitos ativos pequenos. Assim, foi mais prático autorizar a venda de uma única vez do que de cada ativo separadamente.

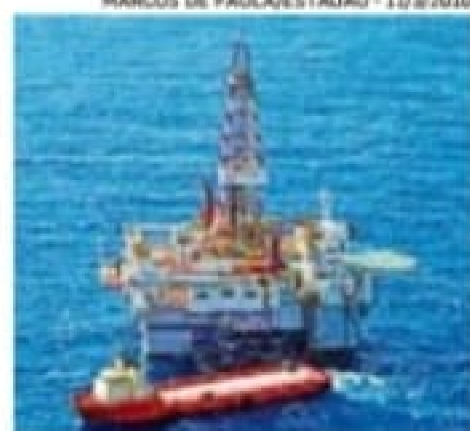
● **NÃO AFETA.** Em nota, a Natura &Co afirmou que a limitação no valor de venda de ativos "não traz implicações para a Natura e tampouco envolve os ativos que a empresa adquiriu da API fora dos EUA". A empresa diz que os ativos são "bens que os devedores, de outra forma, abandonariam ou descartariam".

● **INFRAESTRUTURA.** A Valora Investimentos estima que o Brasil vai demandar mais de R$ 700 bilhões em novos projetos de infraestrutura até 2027, e esse dinheiro só será alcançado em um esforço conjunto entre capital público e privado. E, para a captação no mercado de capitais, a expectativa segue positiva, mesmo em meio ao cenário macroeconômico desafiador, segundo a gestora. A Valora trabalha para surfar o que chama de "superciclo".

SOBE

Petroleiras sobem em bloco na B3, com óleo em alta

MARCOS DE PAULA/ESTADÃO - 11/3/2010



As ações de petroleiras subiram em bloco ontem na B3. Os papéis da Petrobras avançaram 1,31% (ON) e 1,28% (PN). PetroReconcavo subiu 3,26%, Prio, 1,90%, e Brava Energia, 1,95%. O petróleo Brent teve valorização de 2,64% diante da previsão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de aumento da demanda, da redução dos estoques americanos e ainda sob o efeito de sanções dos Estados Unidos à Rússia.

DESCE

Setor de serviços recua 0,9% em novembro, diz IBGE

WILTON JUNIOR/ESTADÃO - 22/8/2021



O volume de serviços prestados caiu 0,9% em novembro de 2024 ante outubro, na série com ajuste sazonal, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em outubro, o resultado havia sido recorde, e foi revisto de uma alta de 1,1% para 1,4%. Na comparação com novembro de 2023, houve elevação de 2,9% em novembro de 2024, já descontado o efeito da inflação.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 122.650,20 PTS. | Dia 2,81% | Mês 1,97% | Ano 1,97%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
HAPVIDA ON NM	2,43	10,45	26.262
VAMOS ON NM	4,87	9,44	9.263
YDUQS PART ON NM	9,19	8,37	13.730
IRBBRASIL RE ON	51,05	8,34	13.73[illegible]

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

MARFRIG ON NM	16,22	-1,76	20.137
KLABIN S/A UNT N2	21,58	-0,51	25.341

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

12/1 a 12/2	0,1490	0,9567	0,6497	0,5000
13/1 a 13/2	0,1709	1,0461	0,6718	0,5000
14/1 a 14/2	0,1709	1,0476	0,6718	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	43.221,55	1,65	1,59	1,59
FRANKFURT - DAX	20.574,68	1,50	3,34	3,34
LONDRES - FTSE	8.301,13	1,21	1,57	1,57
TÓQUIO - NIKKEI	38.444,58	-0,07	-3,63	-3,63

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,69	3.300,38
	15/5/2035	7,48	2.098,29
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2035	7,52	3.994,73
PREFIXADO	1/1/2027	15,02	787,35
	1/1/2031	14,82	441,46
SELIC	1/3/2027	0,04	15.865,81

(*) [illegible]

INFLAÇÃO (%)

Índice	Novembro	Dezembro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,33	0,48	4,77	4,77
IGP-M (FGV)	1,30	0,94	6,54	6,54
IGP-DI (FGV)	1,18	0,87	6,86	6,86
IPC (FIPE)	1,11	0,34	4,68	4,68
IPCA (IBGE)	0,39	0,52	4,83	4,83
CUB (Sinduscon)	0,33	0,16	4,77	4,77
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,44	0,50	6,56	6,56

Índices de reajuste do aluguel (Dezembro)

IGP-M (FGV)	1,0654	IPCA (IBGE)	1,0483
IGP-DI (FGV)	1,0686	INPC (IBGE)	1,0477
IPC-FIPE	1,0468	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (DEZEMBRO)
Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

[illegible]

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/01)	12,41	0,03	2,16	2,16
CDI	12,15	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var%
AÇÚCAR Nº11*	MAR/25	18,81	385.887	17,93	18,44	-0,80
CAFÉ Nº*	MAR/25	328,40	41.872	313,30	328,55	2,53
SOJA CBOT**	MAR/25	10,42	398.785	10,40	10,54	-0,46
MILHO CBOT**	MAR/25	4,81	394.837	4,84	4,85	0,67

(*) [illegible] (**) [illegible]

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	US\$	Var. (%)	Var. 1 ano%
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	131,4	-0,37	8,08
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	328,95	1,25	31,54
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	74,57	0,38	13,45
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2.236,64	40,64	138,97

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	6,0252	-0,35	-2,51	-2,51
DÓLAR TURISMO	6,2740	-0,28	-2,62	-2,62
EURO	6,2030	-0,38	-3,47	-3,47
OURO US$/ONÇA-TROY	2.720,30	[illegible]	[illegible]	[illegible]
WTI US$/BARRIL	79,3400	2,92	10,70	10,70
BRENT US$/BARRIL	82,4400	2,73	10,24	10,24

	US$ UNY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,0000	1,0292	1,2230	0,1664
EURO	0,972	1,0000	1,1882	0,1617
FRANCO SUÍÇO	0,913	0,9393	1,1170	0,1519
LIBRA ESTERLINA	0,817	0,8409	1,0000	0,1360
IENE	156,17	160,7816	191,1510	26,0080

AS POSIÇÕES NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: BC



ESTADÃO BLUE STUDIO

Série de entrevistas

IA nos negócios

Tecnologia também é aliada para sustentabilidade

Executivos da GM explicam como uso de inteligência artificial já influencia o dia a dia das fábricas e experiência dos consumidores no Brasil



Fotos: Divulgação/GM

Em 2025, a montadora GM completa um século de Brasil. Ao comemorar o centenário, a empresa mira um futuro mais sustentável, movido por tecnologia e eletrificação. "No setor automotivo, a inovação faz parte do nosso DNA", diz Luis Mesa, vice-presidente de Manufatura da companhia na América do Sul. Parte dessa receita para o amanhã tem como base a inteligência artificial, apoiando a empresa em campos como eficiência operacional, otimização da cadeia de suprimentos e personalização da experiência do cliente.

"Uma das iniciativas mais notáveis é o EVA, um assistente virtual especializado em veículos elétricos, capaz de fornecer informações detalhadas sobre os carros e responder a perguntas frequentes", ressalta Guilherme Arruda, diretor de Marketing da GM na América do Sul. Na entrevista a seguir, Arruda e Mesa explicam como a IA já faz parte do dia a dia dessa companhia centenária, além de ressaltar como a tecnologia é aliada da GM para fazer a transformação sustentável do setor automobilístico. Confira os principais trechos.

Adotar IA em grandes empresas é um desafio, uma vez que exige testes e adaptações não só tecnológicas, mas também culturais. Como tem sido essa jornada na General Motors?

Luis Mesa: No setor automotivo, a inovação faz parte do nosso DNA. Hoje, a IA nos permite melhorar a eficiência operacional, desde a otimização da cadeia de suprimentos até a personalização da experiência do cliente. Além disso, ela impulsiona avanços em áreas críticas, como veículos autônomos, manutenção preditiva e sustentabilidade. Nosso compromisso é utilizar a IA não só para otimizar processos, mas



A IA generativa permite um atendimento mais personalizado e dinâmico, criando uma experiência mais completa"

Guilherme Arruda, diretor de Marketing da GM na América do Sul

para criar valor real e tangível para nossos clientes.

Como a IA tem sido utilizada dentro dos processos fabris na GM?

Luis Mesa: A GM tem utilizado a IA para transformar seus processos fabris, alcançando maior eficiência, qualidade e velocidade nas entregas. Hoje, a tecnologia tem papel crucial na predição de falhas em equipamentos, identificando e resolvendo possíveis problemas antes que impactem a produção. Isso reduz custos operacionais ao evitar paradas inesperadas e melhora a eficiência da produção. Além disso, ferramentas baseadas em IA, como sistemas de câmeras e sensores, monitoram continuamente os equipamentos e processos, capturando milhões de dados diariamente, otimizando operações, aumentando a confiabilidade e reduzindo o tempo de inatividade. Com essas iniciativas, a GM não apenas mantém altos padrões de qualidade, mas também assegura o cumprimento de prazos estabelecidos.

Muito tem se falado sobre a IA generativa, capaz de interagir com o público. Como a GM usa a tecnologia para melhorar a experiência dos clientes?

Guilherme Arruda: Uma das iniciativas mais notáveis é o assistente virtual EVA (Electronic Virtual Assistant), especializado em veículos eletrificados. Ele foi desenvolvido para melhorar a experiência do usuário, fornecendo informações detalhadas e respondendo a perguntas frequentes. A IA generativa permite um atendimento mais personalizado e dinâmico, criando uma experiência mais completa para nossos consumidores, especialmente neste momento em que a eletrificação se consolida no Brasil.



Utilizamos a IA não só para otimizar processos, mas para criar valor real e tangível para nossos clientes"

Luis Mesa, vice-presidente de Manufatura da GM na América do Sul

Atualmente, o negócio de automóveis se parece mais com serviços do que com a venda de um produto, até pela quantidade de softwares presentes nos veículos. Como isso se manifesta no dia a dia dos automóveis da GM?

Guilherme Arruda: A nova S10, lançada em 2024, exemplifica como a inteligência artificial pode transformar os veículos, desde a concepção até o desenvolvimento e a produção do modelo. A S10 utiliza IA no software de gerenciamento do motor, com desempenho inédito na categoria. A inteligência artificial permite ainda ajustes precisos para otimizar o desempenho do motor de acordo com a demanda do motorista, analisando mais de 900 parâmetros para se ajustar em tempo real às condições do veículo e ao ambiente. Além disso, a IA é capaz de memorizar condições anteriores para otimizar o processamento de dados durante o uso do veículo, em uma experiência de direção mais eficiente e personalizada.

Hoje, um dos grandes temas da indústria automobilística é a sustentabilidade. Como o uso de IA se relaciona com esse tema e com a introdução da eletrificação no mercado?

Luis Mesa: Estamos apenas no início dessa jornada, mas já vemos o enorme potencial da IA para atingir objetivos sustentáveis. Na GM, a IA está sendo usada para otimizar o consumo de energia em nossas fábricas, monitorando e ajustando sistemas de forma mais eficiente. No campo da eletrificação, a IA é uma ferramenta poderosa no desenvolvimento de baterias mais eficientes e sustentáveis. A IA também tem sido aplicada na logística e na cadeia de suprimentos, otimizando rotas e reduzindo emissões. Estamos comprometidos em expandir nossas iniciativas e em usar a IA como uma aliada para liderar a transformação sustentável no setor automobilístico.



Leia o QR code e acesse todas as entrevistas desta série no portal
bluestudio.estadao.com.br/serie-de-entrevistas



As informações e opiniões são de responsabilidade única dos autores. Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do Estadão.

Eufrázio

Mineração **Prospecção e parcerias**

Companhia saudita anuncia plano de investir R$ 8 bilhões no Brasil

A Ma'aden é a maior mineradora da Arábia Saudita; anúncio foi feito pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira

RENAN MONTEIRO
IVO RIBEIRO

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO



Para Silveira, País conhece pouco seu subsolo; de cada mil áreas pesquisadas, uma se transforma em mina

A Ma'aden, maior companhia de mineração e metais da Arábia Saudita, com investimentos em diversos tipos de matérias-primas, comunicou ao governo brasileiro que pretende investir US$ 1,25 bilhão (R$ 8 bilhões) no País. O montante de recursos inclui aportes em pesquisas geológicas e também em projetos de parceria com mineradoras locais.

A decisão foi anunciada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em Riad, capital saudita, onde se realiza o evento internacional Future Minerals Forum, que reúne representantes de mais de 50 países. De acordo com o ministro, a Ma'aden deve abrir um escritório em São Paulo nos próximos meses para montar sua base de atuação no País.

"Carecemos muito de conhecer mais do nosso subsolo para pesquisa e para parcerias com o setor mineral brasileiro, a fim de que possamos explorar, ou eu prefiro até a palavra 'fazer o aproveitamento sustentável' adequado do subsolo", disse Silveira, em conversa com jornalistas em Riad.

O ministro não informou detalhes sobre que tipos de minérios serão explorados pela mineradora saudita. Mas, segundo informações, a empresa teria interesse em "minerais estratégicos" (cobre, níquel, lítio, cobalto, manganês e grafite) para uso na transição energética. Silveira teve reunião bilateral com o ministro de Mineração da Arábia Saudita, Bandar Alkhorayef. Segundo ele, as negociações para a abertura do escritório da Ma'aden foram iniciadas durante um outro encontro, em Davos, na Suíça.

> *"Carecemos muito de conhecer mais do nosso subsolo para pesquisa e para parcerias com o setor mineral brasileiro, a fim de que possamos explorar, ou eu prefiro até a palavra 'fazer o aproveitamento sustentável' adequado do subsolo"*
> **Alexandre Silveira**
> Ministro de Minas e Energia

Segundo disse ao **Estadão** um executivo do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), presente ao evento, a Arábia Saudita, rica em recursos oriundos da exploração petrolífera, deflagrou um plano de longo prazo de investimentos no setor mineral, tanto para desenvolver a atividade localmente quanto para garantir acesso a minerais estratégicos em outros países.

PLANO SAUDITA. Negócios com os árabes já vêm acontecendo. Em abril passado, a Vale informou que concluiu o acordo, anunciado em julho de 2023, de venda de 10% da sua controlada Vale Base Metals por US$ 2,5 bilhões (R$ 15 bilhões pela cotação atual) para a Manara Minerals. A Manara é uma joint venture entre a Ma'aden e o Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita. Sediada no Canadá, a subsidiária da Vale produz níquel e cobre.

O executivo do Ibram lembrou que o setor de mineração saudita é limitado, não tem diversidade de minerais e metais e, há três anos, o governo do país decidiu realizar eventos internacionais para tentar atrair investimentos tanto no país quanto para desenvolver operações de produção no exterior. Neste momento, segundo o executivo, o governo saudita está assinando contratos com vários países.

NOVAS JAZIDAS. Segundo especialistas do setor de mineração, a etapa de prospecção e pesquisa geológica é muito importante para descobertas de novas jazidas minerais. E é também uma etapa muito cara, que demanda muito dinheiro, e de grande risco. Em média, de cada mil áreas pesquisadas, somente uma se transforma em mina.

No Brasil, a Vale é a empresa que mais investe em pesquisas geológicas. Nos últimos anos, a companhia definiu orçamentos de centenas de milhões de dólares para períodos de ao menos cincos anos, no País e outros lugares do mundo. Grandes mineradoras, como Rio Tinto, BHP e Anglo American, entre outras, têm departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) com planos plurianuais de investimentos em pesquisas geológicas.

> Estratégia
> **Há três anos o governo saudita passou a avaliar oportunidades em mineração no exterior**

A Ma'aden, também conhecida como Saudi Arabian Mining, é uma companhia estatal sediada em Riad. A mineradora foi criada em 1997 para desenvolver recursos minerais no país, então muito voltado ao petróleo. Em 2008, o governo saudita vendeu metade do capital da mineradora na Bolsa de valores (Tadawul). Dez anos depois, sua participação subiu com aportes do Fundo de Investimento Público (PIF), passando a 65,44%.

A companhia, segundo informação disponível em seu site, está estruturada em cinco unidades de negócios: exploração mineral, ouro e metais de base (cobre, níquel, zinco), fosfato (matéria-prima usada em fertilizantes), minerais industriais e alumínio. Em 2023, a receita da companhia foi da ordem de US$ 7,9 bilhões. ●

Energia **Nova usina**

BNDES libera R$ 3,8 bi a termoelétrica no Pará

DENISE LUNA
RIO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai destinar, por meio da subscrição de debêntures, R$ 3,8 bilhões para a Portocem Geração de Energia construir uma usina termoelétrica movida a gás natural em Barcarena, no Pará. A obra está incluída no Novo PAC e terá uma linha de transmissão de 3,8 quilômetros, que será conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O início da operação comercial da unidade está previsto para agosto de 2026.

O valor total do projeto é de R$ 5,4 bilhões e consiste na construção e operação da UTE Portocem I, com potência total de 1,571 gigawatts (GW), com quatro turbogeradores de 392,97 megawatts (MW). De acordo com o BNDES, a fonte de energia primária será o gás natural proveniente do Terminal de Importação e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL), com capacidade de 15 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), da Centrais Elétricas Barcarena (Celba), já em operação.

O próprio BNDES coordenou a emissão de R$ 4,5 bilhões em debêntures da Portocem para o projeto, subscrevendo R$ 3,8 bilhões, recursos que serão destinados para obras civis, aquisição de máquinas, montagens, instalações e equipamentos. ●

Transporte **Ordem econômica**

Uber é alvo do Cade por infração à ordem econômica

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu ontem um inquérito administrativo para apurar se a Uber estaria cometendo infrações à ordem econômica. O procedimento foi aberto após a StopClub alegar que a plataforma de viagens está dificultando o desempenho de suas atividades e prejudicando a livre concorrência ao supostamente exercer de "maneira abusiva" sua posição dominante para restringir o acesso dos motoristas a seu aplicativo.

A startup oferece ferramentas como cálculo de ganhos e histórico de corridas, o que possibilita que eles avaliem, segundo a empresa, custo da viagem e ganhos potenciais antes de aceitar a viagem. Durante investigação preliminar no Cade, a Uber argumentou que a denúncia feita pela StopClub diz respeito a uma questão privada sem efeito na livre concorrência. ● AMANDA PUPO/BRASÍLIA

Eufrázio

ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

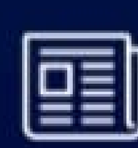
Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.


AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS


INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL


BUSCADOR INTELIGENTE


PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS


CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS

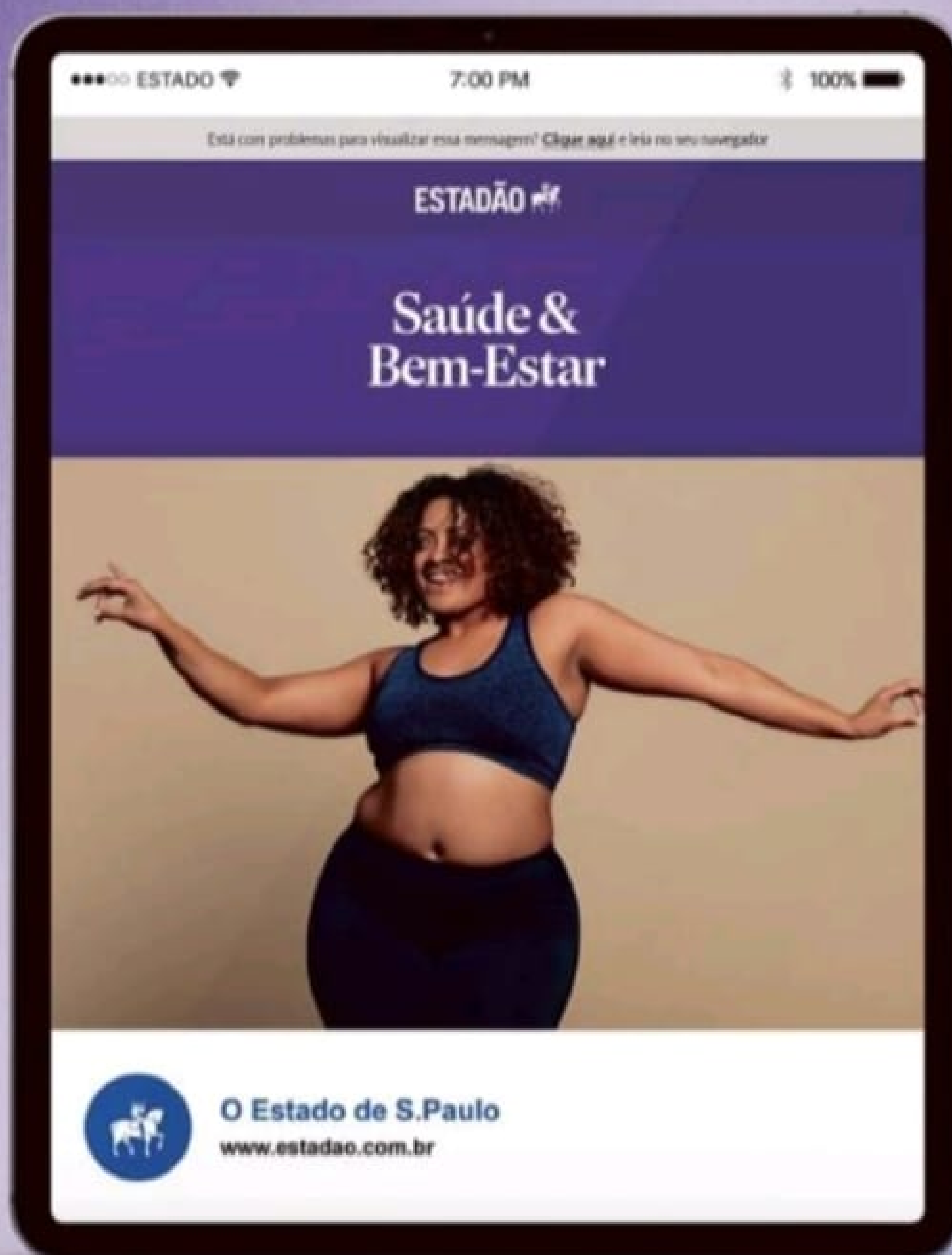

PORTAL ESTADÃO RI


ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

ESTADÃO



NEWSLETTER

Saúde & Bem-Estar

Notícias sobre qualidade de vida que vão inspirar você.

A newsletter traz as notícias mais importantes relacionadas à qualidade de vida, incluindo conteúdos exclusivos do jornal *The New York Times*.

Use o QR code ao lado para **inscrever-se** e receber seleções de notícias sobre **rotina saudável**, às **segundas e quintas-feiras**.



bit.ly/news-bemestar

Eufrázio



LEILÕES



ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE - 20 A 24/01 - 09h30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS

***COM POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO**

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.



LEILÕES EXCLUSIVOS DO GRUPO BRADESCO
SOMENTE ONLINE

VEÍCULOS DE SEGURO
QUARTA (22/01) - 14H E SÁBADOS (18 E 25/01) - 09H30

*Visitação: Pátio Guarulhos I – Terça e Sexta-feira (no dia que antecede o leilão) das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464. Demais Pátios – das 8h às 09h30 de segunda a sábado.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXLCUSIVO SOMENTE ONLINE - É AMANHÃ, 17/01 - 14h E 24/01 - 14h

VEÍCULOS EXCLUSIVOS DE FINANCEIRAS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - É HOJE, 16/01 - 14h

VEÍCULOS DO BANCO VOTORANTIM

Novidade: Possibilidade de Financiamento

Correspondente Bancário Independente / Sujeito à análise de crédito

*Visitação dia 15/01 das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

LEILÕES DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE - HOJE, 16/01 - 08h30, 20/01 - 08h30 E 13h E 23/01 - 08h30

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SOMENTE ONLINE - 20 A 24/01 - 15h

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E DE TERRAPLANAGEM, INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, TELEFONIA, SUCATAS DIVERSAS E OUTROS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Otavio Lauro Sodré Santoro - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607.

SOMENTE ONLINE - 27 A 31/01 E 03 A 05/02 - 15h

COM DIVERSAS OPORTUNIDADES MAGAZINE LUIZA
CELULARES, SMARTPHONES, ELETRODOMÉSTICOS E MUITO MAIS

Instruções de pagamento, participação e retirada: consulte o edital completo no site: www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Participação somente para Pessoas Física e Jurídica do Estado de São Paulo.
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581.

É AMANHÃ!

SOMENTE ONLINE - 17/01 - 15h

DIVERSOS EQUIPAMENTOS

GÔNDOLA DE DIRIGÍVEL, GALPÃO LONADO TOP FLEX HANGAR AERONÁUTICO, PROJETO DE SALAS, MÁQUINA DE CORTE TECIDO POR PRECISÃO, INFORMÁTICA, ENTRE OUTROS.

Visitação e retirada mediante a agendamento prévio com o Sr. José Roberto Tel.: (16) 3509-3514 - ramal 8614. Datas para visitação 13, 14, 15 e 16/01/2025 - horário comercial. A retirada deverá ocorrer após o 6º dia útil da venda efetiva impreterivelmente até a data de 05/02/2025. Desmontagem e carregamento são de responsabilidade do comprador.

Local de exposição dos bens: Rua Chistiano Rodrigues Machado,10 Bairro Jardim Real, São Carlos/SP.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464. Otavio Lauro Sodré Santoro Batochio - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607.

LEILÕES DE IMÓVEIS

31/01 ÀS 11H • SOMENTE ONLINE
APARTAMENTO NO JD. PAULISTA/SP

C6 BANK | ÁREA ÚTIL: 115,689M² | ÁREA COMUM: 114,585M² | 01 VAGA DE GARAGEM





São Paulo/SP. Jardim Paulista. Condomínio VN Casa Alameda Campinas. Apartamento Garden nº 12, situado na Alameda Campinas, 708, com área útil de 115,689m², área comum de 114,585m², 01 vaga de garagem individual e indeterminada, a ser utilizada com auxilio de manobrista. (localizada no 2º ou 1º subsolo do condomínio). Inscr. Municipal 009.074.1019-7 melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 188.786 do 04º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. OCUPADO. **LANCE INICIAL: R$ 1.087.000,00.** Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 581.

É HOJE!

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL - ONLINE
~~1º LEILÃO: 09/01/25 - ÀS 13h - LANCE MÍNIMO: R$ 195.178,46~~
2º LEILÃO: 16/01/25 - ÀS 13h - LANCE MÍNIMO: R$ 193.620,10

APTO. RESIDENCIAL CHÁCARAS SÃO PAULO - FRANCA - SP

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 581, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado por Âncora Adm. De Consórcios S/A, inscrita no CNPJ n. º 60.375.243/0001-36, com sede na Av. Doutor Antônio Barbosa Filho, nº: 1260 – Jd. Consolação – Franca/SP, promoverá a venda em Leilão (1º e/ou 2º) do imóvel abaixo descritos, nas datas, hora e local infra citados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: BFranca/SP. Bairro Chácaras São Paulo. Av. Ministro Rui Barbosa, nº: 2080 – Ap 13 – Bloco H – Cond. Residencial Pérola, com área real total de 84,5929m², sendo 43,1700m² de área real privativa coberta; 11,0400m² de área real de estacionamento descoberta, sendo 01 vaga individual e indeterminada. Melhor descrito e caracterizado na matrícula 70.916 do 02º RI de Franca/SP. Inscrição municipal 01113080014203. (Ocupado). Obs.1: O imóvel está sendo leiloado no estado em que se encontra, tanto em termos físicos quanto em termos documentais, cabendo exclusivamente ao comprador se informar antecipadamente sobre tais estados e efetuar seus lances considerando possíveis regularizações posteriores ao leilão; Obs.2: Eventuais averbações, regularizações e registros referente a construção e/ou demolição, deverão ser apurados e pagos pelo arrematante junto aos órgãos competentes. O Ex-Devedor Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Pagamento: valor do arremate à vista mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Consulte condições e edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Efetuar cadastramento prévio no site do Leiloeiro, conforme descrito no edital. Informações:11 2464-6464. E-mail: af@sodresantoro.com.br.

C6 BANK

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 28/01/25 - 11h

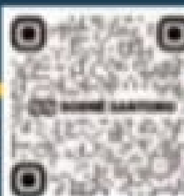
PRÉDIO COMERCIAL (DESOCUPADO)
PQ. TAQUARAL - CAMPINAS - SP

Prédio Comercial, Campinas/SP. Situado na Rua Padre Manuel Bernardes X Rua Gil Vicente, n.º 971 - Lote 11 da Quadra 1-B, Parque Taquaral, com as seguintes áreas: pavimento térreo com 531,50m²; pavimento superior com 571,00m²; e mezanino com 116,50m², com área total do terreno de 1.087,00m², melhor descrito e caracterizado na matrícula n.º 115.776 do 02º RI local, Código Cartográfico (CCPM) n.º 3254.64.78.0238.01001. DESOCUPADO. Visitas deverão ser previamente agendadas no Setor de Imóveis com o Emerson, pelo telefone: (11) 2464-6460 ou por meio do e-mail: af@sodresantoro.com.br. **LANCE INICIAL: R$ 3.700.000,00.** Visitas deverão ser previamente agendadas com Emerson (setor de imóveis), no telefone: (11) 2464-6460 ou através do e-mail: af@sodresantoro.com.br. Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações no Tel. 11 2464-6464. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 581.

Visitação Veículos (aos lotes que estiverem disponíveis nos pátios): Pátio Guarulhos 1 - no dia que antecede o leilão, das 15h às 17h, mediante agendamento prévio através da nossa central de atendimento (11) 2464-6464. Demais pátios: No dia do leilão, das 08h às 09h30. Outros serviços e atendimentos presenciais, permanecem suspensos.

SODRESANTORO | SODRESANTORO | LEILAOSODRESANTORO | (11) 2464-6464 | (11) 97777-1244 | **WWW.SODRESANTORO.COM.BR**

Consulte Edital e Condições de Venda Completos no site www.sodresantoro.com.br
Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse agora nosso site



Eufrázio

SÃO PAULO

Vendem-se
APARTAMENTOS
ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$495.000 Frente, alto, 45útei, 1cs, arms, gar 11 99936-0304

2 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$580.000 Varanda, 65útei, 2dts, gar. Lazer total 11 99936-0304

3 DORMITÓRIOS

CAMPO BELO
R$900.000 Sacada, 110útil, 3ds (1ste) 2vgs Lazer F: 99936-0304

MOEMA
R$4.500.000 Cobertura duplex, nova, 240 útei, pronta p/ morar, arms, ar, 3sts, 3vgs, pisc. priv., churr. Cond. 2mil. F:97632 0165

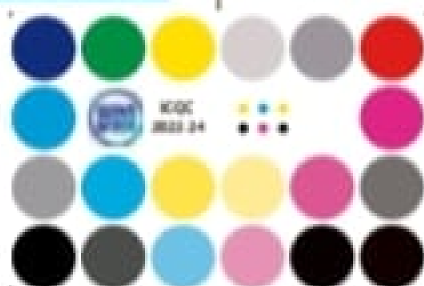
MOEMA
R$1.060.000 Sacada, 100útei, 3ds, 1ste, 2vgs lazer 99936 0304

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

BROOKLIN
R$1.800.000 Varandão, 220ú, 4ds (3sts), 3gs lazer. 11 99936-0304

MOEMA
R$1.450.000 225útei, varanda, lv.3ambs, 4ds(3suítes), 3gars. + depósito, lazer total 99936-0304

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001



ZONA LESTE

3 DORMITÓRIOS

TATUAPÉ
R$630.000 S.Nova,sac. 94ú, 3ds, 2gs Lazer total 11 97632 0165

CENTRO

2 DORMITÓRIOS

BELA VISTA
2ds + dep. gar reform. 90m², R$470.000 abx avaliação. Ót. prédio, recuado c/ jardim, elevadores novos. R Condessa de S. Joaquim px Brigadeiro e Av. Paulista. Ac. carro ou apto pequeno parte pgto 3666-9387/91345-4120

Vendem-se
CASAS
ZONA OESTE

BUTANTÃ

Vendo Sobrado e Galpão de 250m, 3 quartos, sala, coz e 2 banhs., frente Shopp Raposo. Carlos ☎(11)94782-3563/3721-0793

PACAEMBÚ
R$8.800.000 Sobrado novo, local nobre, Rua Teodoro Ramos - 680 A.C. 4 salas, 4suítes, churrasc, 6vagas. PP. 11 97632 0165

Vendem-se
COMERCIAIS
ZONA SUL

PARAÍSO

Upside Paraíso Coffee, R. Afonso de Freitas, 75, conjuntos comerciais, ideal p/consultório médico, lado Hosp.Coração. Abaixo avaliação. (11)98196-6102/ 99952-9404

Alugam-se
APARTAMENTOS
ZONA OESTE

1 DORMITÓRIO

PINHEIROS
Apto 58m², c/ ar cond., varanda envidraçada, 2º inquilino. Rua Amália de Noronha 99 no 11º and. 1 vg gar., 50mts do metrô Sumaré. lazer completo. Pacheco Imóv. ☎(11)3815-2233/97635-1766

ZONA LESTE

3 DORMITÓRIOS

JD INDEPENDÊNCIA
Novo, loco Metrô, mobil. 3c, st. coz., vargourm., lavand., 86m², 2gars., Avica Ovalobo 401. Prop. Gustavo ☎(11)99983-6422/ 5182-2864

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001

Alugam-se
COMERCIAIS
ZONA LESTE

BRÁS
Galpão, R:Piratininga 1073. 250m² R$6mil (11)99901-1919

TERRENOS
ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. João Buono,p/prédio com/res $14Mi (11)99976 0052

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se
COMERCIAIS

GUARULHOS
R$7.500.000 Galpão 2.500 A.C 4.000 at.Ac.perm. 99936-0304

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

MATO GROSSO DO SUL

13km BR-060, 17km do Posto São Pedro, 35km de Camapuã, 110km Campo Grande, dupla aptidão. Pronta, estrutura p/pecuária. Engorda/soja. Área 285,5ha, sendo 80% formada, 20% reserva. Terra bocal/areião. Apta p/ planto de soja em quase toda área. 530mil/ha ☎(67)99900-5887 Creci 2862

OPORTUNIDADES

LEILÕES

GRANDE IMÓVEL EM JACAREÍ/SP
C/ área de 282.027m² e benfs., Rod. Presidente Dutra. Inicial R$22.838.879,00 (Parcelável) www.gilsonleiloes.com.br ☎0800-707-9272 Leil. Of. Gilson Inumaru - JUCESP sob nº 762

LEILÃO DE IMÓVEIS CAIXA ECONÔMICA
Oferta de 595 imóveis de diversos locais do Brasil. Os leilões serão online: www.realizaleiloes.com.br 1º Leilão: 28/01/25 (3ª feira), 10h; 2º Leilão: 04/02/25 (3ª feira),10h. Infs.: (79) 99140-8990/ (79)99945-2644. L.Ofic. José Ivan S. Robelo - 96/1530-2 contato@realizaleiloes.com.br

LEILÃO DE IMÓVEIS CAIXA ECONÔMICA
572 imóveis ofertados de vários locais do Brasil. Os leilões serão online: site www.argleiloes.com.br. 1º LEILÃO: 3/2/2025 (2ª feira), 10h; 2º LEILÃO: 10/2/2025 (2ª feira), 10h. Informações.: (79)99156-4444/ 99195-9347/ 99160-0002. L.Ofic. Cristiane A. R. Gólis-08/001291-4/2009 e-mail: contato@argleiloes.com.br

COMUNICADOS

PERDA DE DIPLOMA
Curso em Mestre em Ciências, emitido 01/08/2015 pela Faculdade de Saúde Pública da USP, em nome de Cristiane Dias Poças, nascida em 12/02/1977

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

POUSADA CUMURUXATIBA/BA

R$5.500.000,00 Terreno 3000m² Frente mar. 11 bangalôs, casa propr., 2 suítes, pisc., jard.,restaurante, bar de praia. 5 estrelas Trip Advisor. ☎(11)98196-6102

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001

www.estadao.com.br/empregos

empregos procurados

PROFESSOR AUXILIAR ENSINO SUPERIOR

Administração, Matemática, Biologia, área da saúde ou Pedagogia, com formação em curso superior PRESENCIAL, certificado de especialização e residir em Praia Grande. Enviar currículo para e-mail: superiorpgsp@gmail.com

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
O SEU MELHOR NEGÓCIO ESTÁ AQUI
NO IMPRESSO E NO DIGITAL

Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001 (11) 99181-2018 WhatsApp
anunciar.classificados@estadao.com

Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h

ESTADÃO

negocios & oportunidades

Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓ **Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor**
- ✓ **Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida**
- ✓ **O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo**
- ✓ **Forneça seus dados apenas pessoalmente**
- ✓ **Faça a transação apenas pessoalmente**
- ✓ **Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios**
- ✓ **Não adiante nenhum valor**



CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:
www.FREITASLEILOEIRO.com.br
CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000

VEÍCULOS | IMÓVEIS | MATERIAIS

YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÃO DE VEÍCULOS • PRESENCIAL E ON-LINE

210 VEÍCULOS

DIA: 17.01.2025 - 6ª FEIRA - 10h00 | AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 17.01.2025, a partir das 08h00 | verificar informações no site

•DIVERSOS MODELOS •CAMINHÕES •MOTOS •SEMI-NOVOS •SINISTRADOS •SUCATAS



Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 **CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000** **www.FREITASLEILOEIRO.com.br**



LEILÕES DE BENS DIVERSOS • SOMENTE ON-LINE

Dia 16/01/2025 - 5ª feira | 17h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE



EQUIP. FITNESS - DESUMIDIFICADOR ARSEC - CADEIRA GAMER / EXECUTIVA - PERSIANA PRIZI

Dia 20/01/2025 - 2ª feira | 17h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE



APPLE IPHONE - SAMSUNG - MOTOROLA - XIAOMI

Dia 27/01/2025 - 2ª feira | 17h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE



PLACAS ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO

LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

C6 E C7 A fundo


Tenistas como Djokovic contestam as premiações dos Grand Slams

CULTURA & COMPORTAMENTO
QUINTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO
C2



Cinema **Brasileiro**

Para Virgínia Cavendish, Rosinha é a 'Simone de Beauvoir do sertão'

Atriz volta à sua personagem em 'O Auto da Compadecida 2' e diz que a vê como uma evolução mais alegre e moderna em relação ao primeiro filme

PAULA BONELLI

Para a atriz Virgínia Cavendish, a Rosinha de *O Auto da Compadecida 2*, em cartaz no cinemas, é uma evolução mais alegre e moderna em relação ao primeiro filme. Não que a Rosinha original, que interpretou há 20 anos, fosse uma mocinha passiva – afinal, como dizia João Grilo no longa de 2000, Chicó ganhou uma parceira no amor, mas ele ganhou uma parceira na inteligência. Agora, no entanto, ela é uma caminhoneira, dona de seu trabalho e que corre atrás dos seus desejos mesmo apaixonada por Chicó (Selton Mello) e em meio às confusões com João Grilo (Matheus Nachtergaele).

"O caminho que a Rosinha do filme dois tomou é muito condizente com o primeiro, mas mais radical de uma certa forma. O Guel Arraes (*diretor do filme*) fala que a Rosinha é a Simone de Beauvoir do sertão. Então, a sua estrutura emocional não depende de um par romântico", conta a atriz de 54 anos.

"Ela estava com o Chicó, mas teve outras relações amorosas, provavelmente; ela insinua isso no filme. Na década de 1950, as mulheres ficavam em casa esperando o marido chegar, mal iam para a universidade, não podiam fazer muita coisa. Éramos bem prisioneiras, e é muito triste porque isso é tão recente", acrescenta ela, lembrando que Rosinha não é uma personagem original do popular texto de Ariano Suassuna, mas de outra obra do nordestino.

Nas comédias românticas, Virgínia pontua que o único interesse das mocinhas é casar com alguém e ser feliz para sempre. Mas com Rosinha a coisa é diferente: "Ela precisa de muitas outras coisas para se realizar como sujeito, além do amor romântico. Então, é uma boa mensagem para as mulheres de hoje em dia e para quem ainda não acordou".

Sobre a relação artística com o diretor do filme, seu ex-marido Guel Arraes, com quem tem uma filha (a também atriz Luisa Arraes), ela diz: "A gente trabalha muito bem junto. É um respeito, entendimento e uma confiança mútua muito boa, grande e bonita".

BOCA A BOCA. A continuação de *O Auto da Compadecida* já levou 2 milhões de pessoas ao cinema desde sua estreia em 25 de dezembro, o que a atriz atribui ao boca a boca e ao fato de o primeiro filme ser amplamente conhecido desde seu lançamento, há 20 anos.

O feito é celebrado por ela diante dos desafios de levar temas regionais e clássicos da literatura brasileira para a tela do cinema: "É muito difícil o público ir assistir ao cinema brasileiro. Infelizmente, de 100% da bilheteria paga no Brasil, quando o ano é muito bom, apenas 13% dos pagantes vão ver filme brasileiro. O resto tudo assiste a filme estrangeiro, americano, entendeu?".

Virgínia começou sua extensa carreira no teatro no Recife e fez peças de Hamilton Vaz Pereira e João Falcão, além de novelas como *A Cor do Pecado* e *Caminho das Índias*, e filmes como *Lisbela e o Prisioneiro*, além das peças *O Burguês Ridículo* e, recentemente, *Mary Stuart* e a série *Da Ponte pra Lá* no streaming (MAX).

Sobre a importância de o público ver produções nacionais, ela insiste: "*O Auto da Compadecida* e *Ainda Estou Aqui* estão abrindo portas para que mais filmes brasileiros sejam vistos.

"Rosinha precisa de muitas outras coisas para se realizar como sujeito, além do amor romântico. Então, é uma boa mensagem para as mulheres contemporâneas"

"Quando acabo um trabalho sempre me dá um pouco de depressão, porque minha vida não tem tanta graça quanto a vida dos meus personagens"
Virgínia Cavendish
Atriz


LAURA CAMPANELLA
A Rosinha vivida por Virgínia é, 20 anos depois, uma caminhoneira que corre atrás de seus desejos

É um longo caminho que temos pela frente. Aconteceu isso com a Fernanda Torres agora, com o Globo de Ouro. Parecia que era uma final de Copa do Mundo. Está todo mundo muito feliz. É uma vitória de todo brasileiro, porque a cultura representa um país".

MANTRA. Seu mantra na carreira, e para os jovens, diz: "Tem de ter vocação, subir degrau por degrau e ter consciência de que um dia você está no alto, outro dia você está embaixo; um dia você é bem-sucedido, outro dia você não é. O sucesso não vem sempre, mas o mais importante de tudo é estar sempre atento ao seu instrumento, que é ser ator, e trabalhar sempre, todos os dias, a atuação".

Desafio
'Em ano bom, de 100% da bilheteria paga no Brasil, apenas 13% dos pagantes vão ver filme brasileiro'

Ela diz sentir-se muito feliz quando está em cena – e vive uma espécie de descompasso quando acaba uma peça ou um filme. "Sempre me dá um pouco de depressão, porque minha vida não tem tanta graça quanto a vida dos meus personagens. Eu me sinto um pouco como uma boneca guardada dentro do baú."

Diferentemente de muitas atrizes, que se queixam de não serem chamadas ou não terem bons papéis depois de uma certa idade, Virgínia afirma não sentir esse impacto na carreira. "Não, para mim, não. Estou trabalhando tanto quanto sempre trabalhei, mas depende do que você quer; quais são os seus desejos", argumenta.

Além de atuar como atriz, ela trabalha em outras frentes, como produção de cinema e teatro. Em breve, lançará também o documentário *O Segredo Delas*. "Eu entrevisto atrizes veteranas de 70 e mais sobre seu processo criativo, como Zezé Mota, Joana Fomm, Walderez de Barros, Ana Lúcia Torres, entre outras", conta. A estreia será em dia 27 de março no Itaú Cultural, em São Paulo. ●



Direto da Fonte
Gilberto Amendola gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

Laura Luz estreia no cinema com Marcos Mion

Aos 21, Laura Luz terá seu primeiro papel nas telonas. A atriz viverá Naomi no longa "MMA - Meu Melhor Amigo", estrelado por nomes como Marcos Mion, Antônio Fagundes e Andreia Horta. O filme, que traz a história de um lutador enfrentando o fim de sua carreira, a descoberta da paternidade e como lidar com a condição de seu filho autista, chega hoje, 16 de janeiro, aos cinemas de todo País.

"Tive sorte por viver muitas personagens fortes e a Naomi não é diferente. Ela é decidida e sabe o que quer e o que é justo. Vai fazer com que as pessoas entendam que não precisam 'ter dedos' para se comunicar e ter um relacionamento com pessoas que têm transtorno do espectro autista", conta Laura sobre o papel", diz Laura.

A atriz celebrou a oportunidade de contracenar com atores experientes no longa. "Até hoje não acredito que trabalhei com tantas pessoas incríveis. O mais legal é ter conversas cotidianas com pessoas que nunca imaginei, como bater um papo sobre tatuagem com Antonio Fagundes", se diverte Laura.

FELIPE WISKOWK



A atriz está no longa "MMA - Meu Melhor Amigo" que estreia hoje

Você pagaria R$ 100 milhões por esse pedra?

Uma esmeralda raríssima vai ser colocada à venda em leilão no dia 12 de fevereiro de 2025, pela casa de leilão Bid Leilão, no Rio de Janeiro. A peça, chamada de "Pequena Notável", possui qualidade superior por conta de uma abundância de cristais hexagonais de berilo muito bem preservados. O valor inicial da esmeralda começa em R$ 100 milhões.



REPRODUÇÃO

Liderança

ALÉ VIRGÍLIO



Carlos Augusto Roza é oficializado como presidente da Japan House São Paulo

A Japan House São Paulo anunciou que Carlos Augusto Roza assume o cargo de Presidente da instituição. Na JHSP desde março de 2017, o executivo garantiu como vice-presidente a funcionalidade da instituição durante a ausência do presidente nos últimos 17 meses, desde julho de 2023, assumindo agora a posição de forma definitiva. Ele atuou no Grupo Puratos no Brasil e também na Alpargatas S.A.

Expansão

Trousseau em Angra, Miami e Estoril

A Trousseau, marca brasileira de cama, banho e lifestyle, escolheu destinos icônicos para celebrar sua expansão: Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, Miami, nos Estados Unidos e Estoril, em Portugal. As novas lojas, recém inauguradas, marcam a expansão do negócio criado em 1991 pelo casal Adriana e Romeu Trussardi (foto). A loja em Miami está situada no Miami Design District, um dos principais hotspots da cidade. "Queremos oferecer o mesmo conforto que os consumidores levam para seus lares também para seus destinos de férias", diz Gabriella Trussardi, marketing da Trousseau.

ANNA CORREA

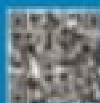


Bloco de Notas

VALE 1. Projetos com temáticas ligadas à diversidade e inclusão são destaque na seleção de investimento cultural para 2025 que a Vale divulga nesta semana. Mais de 60 selecionados estão relacionados a temáticas que abrangem arte nas periferias, cultura afro, cultura amazônica, arte indígena e quilombola, PCDs, mulheres, comunidade LGBTQIAP+ e combate à pobreza.

VALE 2. Nos projetos selecionados pelo Instituto Cultural Vale há iniciativas como Circuito da Herança Africana do Instituto dos Pretos Novos (RJ) e mostra de circo Quilombos do Maranhão (MA)





ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Conheça o que você pode anunciar no Estadão, no portal Estadão.com e na Rádio Eldorado FM.

Classificados
Anúncio de ofertas veiculado no Estadão no caderno Classificados: Automóveis, Imóveis, Vagas de Emprego e Negócios/ Oportunidades

Noticiário
Anúncio publicitário, informes e Expressão de Opinião veiculados no Estadão em posição determinada ou indeterminada

Fúnebre
Publicação de notas de falecimento, missas e homenagens a pessoas falecidas, veiculadas no Estadão em caderno específico.

Publicidade Legal
Publicação de Atas, Assembleias, Balanços, artigos e comunicados legais para fé pública, veiculados no Estadão em caderno específico.

Fale agora com um consultor

Telefone (11) 3856-2139
Whatsapp (11) 99123-8351 ou pelo QR Code
Email balcao.imao@estadao.com

Horário de Atendimento
Segunda a Sexta: 8h30 às 21h00
Sábados, Domingos e Feriados: 14h00 às 20h00

Cinema Estreia

'Aqui' mostra o passar do tempo sem sair do lugar

Na trama de Zemeckis, acompanhamos um mesmo espaço ao longo de décadas enquanto a vida se transforma – ou se repete

MATHEUS MANS


IMAGEM FILMES

Robin Wright e Tom Hanks; rejuvenescimento dos atores se deu via IA e rendeu críticas ao filme

Se não bastassem as polêmicas ao redor de *Emilia Pérez* – um filme francês falado em espanhol e inglês que tem o narcotráfico mexicano como pano de fundo –, a temporada de premiações tem outro longa em destaque que vem sendo alvo de debates: *Aqui*, de Robert Zemeckis, que chega aos cinemas brasileiros com algum atraso após o lançamento mundial, nesta quinta-feira, 16.

Enquanto no longa francês as polêmicas surgem a partir de sua concepção, a nova aposta de Zemeckis vê os questionamentos nascerem da produção. Na trama, baseada em uma HQ de Richard McGuire, acompanhamos um mesmo espaço ao longo das décadas – desde quando é habitado por dinossauros até quando uma família passa pela pandemia.

É um estudo de espaço, de gerações e também existencial. *Aqui*, em sua mais primordial necessidade, quer entender como as coisas existem, se transformam ou até se repetem. Vemos os personagens passando por momentos históricos, por fases do luto, pela luta por emprego e, nos momentos mais inspirados, quando sonhos são construídos e destruídos.

Não se trata de um amontoado de histórias. O fio condutor traz uma família centrada em Al (Paul Bettany) e Rose (Kelly Reilly), depois no filho (Tom Hanks) com a mulher (Robin Wright). Ao redor disso, quadros aparecem na tela para retratar outros momentos. Tudo no mesmo espaço e com a câmera de Zemeckis registrando o mesmo local, sem nunca se mover. O que se move é o tempo e o roteiro, não o cineasta.

E de onde vem a polêmica? Exatamente do fato de Tom Hanks ser filho de Paul Bettany e Kelly Reilly – Hanks tem 68 anos, enquanto Bettany está com 53 anos e Kelly com 47 anos. Essa inversão temporal inesperada se deu por um trabalho de rejuvenescimento de Tom Hanks e de Robin Wright, que passaram por uma espécie de filtro de inteligência artificial.

Esteticamente, há um certo estranhamento, em especial no começo – em duas cenas, é possível ver os olhos sem vida dos atores, olhando para o nada, claramente fruto de um sistema de IA. Foi o bastante para a crítica americana levantar uma bandeira vermelha de atenção com o filme, que, provavelmente, economizou com alguns profissionais de efeitos especiais a menos no orçamento final do longa. É a velha polêmica da IA em Hollywood.

O "x da questão", porém, é que essa decisão estética de Zemeckis contaminou boa parte da crítica americana com relação ao filme. Chamaram a produção de confusa, pretensiosa, muito sentimental. É fácil enxergar e concordar com a visão problemática de usar inteligência artificial em uma produção como essa, mas é difícil, bem difícil, achar esses problemas narrativos.

SENSIBILIDADE OU SENTIMENTALISMO. O filme expressa uma sensibilidade que não se via na filmografia de Zemeckis desde *O Expresso Polar*, de 2003 – ainda que *Bem-Vindos a Marwen*, de 2018, pareça um preparativo estético e narrativo de *Aqui*. Por meio dessas histórias que se amontoam e se encontram (ou reencontram?), o cineasta americano traça um estudo interessante sobre os impactos geracionais e entende o espaço como algo passageiro, em constante mudança.

O espaço social, aliás, é questionado e problematizado. Impossível não pensar no poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867), que via a cidade como um lugar híbrido, fragmentado, multiforme e inconstante. Zemeckis move essa percepção da cidade, espaço urbano coletivo e compartilhado, para dentro de casa – ambos lugares que se transformam pela história e pelas pessoas.

Aliás, vale destacar como Zemeckis, aos 72 anos, continua sendo um cineasta à frente de seu tempo: ele experimenta formatos, tecnologias, estéticas. Neste novo filme, não apenas há toda a questão do rejuvenescimento por IA, mas também uma boa ideia para contar a história de maneira fragmentada, pontuando a tela através do tempo. É experimentalismo estético em sua essência, com o cineasta provocando os outros profissionais ao seu redor.

Ainda há um sentimentalismo que, em alguns momentos, parece estourar pelos cantos da tela. Não combina com o que está sendo contado. Mas ali há, acima de tudo, verdade – é a necessidade de se adequar ao que esperam de você, o medo de mudar, o medo de perder e o amor por si só, representado pelo relacionamento de Hanks com Robin Wright.

Aqui, além das ideias interessantes sobre espaço urbano e existência, versa sobre o amor e as relações. É Zemeckis de volta, sendo possível reconhecer o cineasta de pérolas como *De Volta para o Futuro* (1985) e *Náufrago* (2000), mas que nos últimos anos caiu em projetos bobos como os remakes *Pinóquio* e *Convenção das Bruxas*.

Infelizmente, *Aqui*, mergulhado em polêmicas, perdeu força na temporada de premiações. Merecia mais atenção, seja pela direção de Zemeckis ou até pelo trabalho de atores. Que seja um filme, pelo menos, resgatado e compreendido pelo grande público fora das fronteiras dos Estados Unidos. ●

Cinema Premiação

'Ainda Estou Aqui' vai concorrer ao Bafta de melhor filme estrangeiro

Considerado o Oscar britânico, prêmio anunciou na quarta, 15, os indicados para as 25 categorias da 78.ª edição

O longa brasileiro *Ainda Estou Aqui* foi indicado para a categoria de melhor filme estrangeiro do prêmio Bafta (Academia Britânica de Artes do Cinema e Televisão), considerado o Oscar britânico. Além do filme de Walter Salles, a associação anunciou na manhã de ontem, 15, os indicados para as 25 categorias da premiação.

O evento, que será apresentado pelo ator David Tennant (*Doctor Who* e *Belas Maldições*), ocorre em 16 de fevereiro, no Royal Festival Hall do Southbank Centre, Londres.

Entre os longas selecionados, *Conclave* foi o destaque. O suspense católico de Edward Berger foi indicado para 12 categorias; *Emilia Pérez* tem 11 indicações, *O Brutalista*, 9, e *Wicked* e *Anora*, ambos com 7.

Ainda Estou Aqui vai concorrer como melhor filme estrangeiro com *Tudo Que Imaginamos Como Luz*, *Emilia Pérez*, *Kneecap – Música e Liberdade* e *A Semente do Fruto Sagrado*.

A brasileira Fernanda Torres, que ganhou o Globo de Ouro pelo papel de Eunice Paiva, ficou de fora da lista de pré-indicadas para o prêmio de melhor atriz. Na categoria, estão concorrendo Cynthia Erivo (*Wicked*), Demi Moore (*A Substância*), Marianne Jean-Baptiste (*Hard Truths*), Mikey Madison (*Anora*) e Saoirse Ronan (*The Outrun*). Karla Sofía Gascón, de *Emilia Pérez*, é a primeira atriz trans indicada para a premiação.

Para quem não assistiu a *Ainda Estou Aqui*, uma boa oportunidade será no dia 25 de janeiro, aniversário de 471 anos da cidade de São Paulo. O filme será exibido em uma sessão gratuita e ao ar livre no jardim suspenso do Centro Cultural São Paulo (CCSP). A projeção, promovida pela Spcine em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, está marcada para 19h30, e os ingressos poderão ser retirados a partir de uma hora antes da sessão no local.

Ao ar livre
Filme terá sessão gratuita no CCSP no dia 25 de janeiro, aniversário de São Paulo

O longa narra a trajetória da advogada e ativista Eunice Paiva após o sequestro e assassinato de seu marido, Rubens Paiva, durante a ditadura no Brasil. ●



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Contraria o que te consterna
Data estelar: Lua Vazia da 1h09 até 13h47 HBr

Descansa, te despreocupa, contempla teu ardor com serenidade, a Vida de tua vida, com desapego, vive simplesmente porque respiras, sem o peso de nenhuma obrigação ou compromisso, porque ainda que essas condições existam, tu não precisas te torturar de forma constante, inclusive quando não há real necessidade para isso.

Os períodos de Lua Vazia são essenciais para que recuperes tua saúde mental, te outorgando licença para o ócio, praticando a ciência da despreocupação, porque se não tiveres períodos de descanso e despreocupação a cada dois dias, te garanto que isso te custará a saúde pessoal e a de todos teus relacionamentos também.

Aproveita a Lua Vazia de hoje para despertar com serenidade e contrariar as angústias que pretendem te consternar. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Seria fácil, se não fosse enganoso também. De fato, há facilidades em curso, mas essas vêm todas misturadas com aspectos que, por não serem aparentes, não estão sendo considerados devidamente. Sobre a marcha você saberá.

TOURO 21-4 a 20-5
Se a sua alma se sente insegura com as orientações que recebe, por mais que essas pareçam fabulosas, é melhor aceitar a insegurança e ganhar tempo antes de tomar qualquer decisão. Ganhar tempo é a melhor pedida.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Desconfie das facilidades, porque apesar de parecerem oportunidades de avanço, ocultam em seus ventres alguns vieses que, depois, complicarão tudo. Desconfie, porém, também investigue, é melhor assim.

CÂNCER 21-6 a 21-7
De vez em quando algumas pessoas tocam inadvertidamente em algum nervo de sua alma, com os gestos que fazem ou as palavras que dizem. Como elas não sabem o que fazem, seria melhor você não expor suas inquietudes.

LEÃO 22-7 a 22-8
As pessoas só podem ser esclarecidas se estiverem dispostas. Procure observar melhor as pessoas antes de se esforçar para explicar coisas importantes que provavelmente não sejam ouvidas direito, e até desprezadas.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Faça o que você deseja, mas se desapegue dos resultados, porque a única garantia do processo é que você possa testar a força dos seus desejos, só que os resultados dependem de fatores mais complexos do que os desejos.

LIBRA 23-9 a 22-10
Certa dose de conforto e segurança precisa ser sacrificada, se você decide dar voz ao espírito de aventura, que chama sua alma para se lançar ao desconhecido, mesmo experimentando um aperto na barriga pelo medo que sente.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
É imprescindível que você crie uma boa história para explicar suas pretensões, sem que essas pareçam atropelar os desejos das pessoas com que você se relaciona. É uma tarefa difícil, porém, sua alma é capaz de a desempenhar.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
É tentador achar que as pessoas têm preço e que, por isso, poderiam ser compradas. Talvez seja isso mesmo, mas temporariamente, porque as pessoas têm ideias próprias e podem se sublevar depois de ter sido compradas.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Uma coisa é importante, cuidar para não ser você quem agrega obstáculos e dificuldades ao seu caminho, teimando para fazer tudo do seu jeito quando, sabidamente, há alternativas melhores para agir. É uma escolha.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
As boas ideias precisam passar pelo crivo da realidade para ser testadas, e se não passarem pelo crivo, melhor você as descartar sumariamente do que continuar tentando com que sejam realizadas de toda forma.

PEIXES 20-2 a 20-3
Há coisas que não combinam mesmo, e ainda que você se esforce para as fazer combinar, nada encaixa direito. Melhor aceitar essa condição e evitar se esforçar inutilmente para que tudo seja diferente do que é.

Justiça

Proteção de religiões de matriz africana vira tema de audiência pública

Ministério Público da Bahia (MP-BA) promoverá debate depois de denúncias envolvendo a cantora Claudia Leitte

O Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) promoverá no dia 27 uma audiência pública para debater a proteção das religiões de matriz africana e os impactos de ações que possam violar o patrimônio histórico e cultural dessas tradições.

A audiência é uma resposta ao caso envolvendo a cantora Claudia Leitte, que alterou a letra da música *Caranguejo* em shows recentes, substituindo o nome da orixá Iemanjá por "Yeshua" – a palavra hebraica para Jesus. Procurada pelo **Estadão**, a equipe da cantora não quis comentar o caso.

Agendada para as 14h na sede do MP-BA, em Salvador, a audiência tem como objetivo discutir medidas preventivas em áreas como cultura, educação e legislação para garantir o respeito às comunidades afro-brasileiras, com ênfase nos povos de terreiros. A ação foi motivada pelo inquérito civil instaurado pelo MP-BA após a denúncia formalizada pela ialorixá Jaciara Ribeiro e pelo Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-Brasileiras (Idafro).

A denúncia veio à tona após apresentações nas quais Claudia, que se converteu ao cristianismo evangélico em 2014, troca o nome de Iemanjá por "Yeshua". A substituição foi vista como uma afronta às religiões afro-brasileiras.

Em entrevista recente, a cantora comentou o caso, afirmando que racismo é assunto sério, que deve ser discutido de forma profunda. A cantora também reafirmou seu compromisso com valores como respeito, solidariedade e integridade. "Não podemos negociar esses princípios nem transformá-los em algo jogado ao tribunal da internet", afirmou. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO | *"Boas lembranças são como talismãs"* **James Patterson**



Por aí

Patrícia Ferraz • patriciacferraz@gmail.com

Por que o novo Z-Deli tem tantas filas?

Você já deve ter notado, desde o fim do ano passado, as filas constantes na porta do novo Z-Deli na Alameda Lorena (o novo Z-Deli é o Z-Deli antigo, diga-se). O restaurante de cozinha judaica reabriu, cheio de graça, com pé-direito alto, chão de madeira, paredes de concreto descascadas e fachada com janelas de vidro. Estiloso, lembra algumas casas de NY, como o descolado Balthazar. O sucesso tem sido tanto que, logo nos primeiros dias pós-abertura, o sócio da casa Julio Raw fez um post nas redes sociais, agradecendo a receptividade e se desculpando por não conseguir receber todo mundo... A fila de espera por uma mesa é de dois meses, em média.

Julio é neto de d. Rosa Raw, que junto com a cunhada Zenaide Raw e Lonka Lucki, três senhoras judias muito amigas, resolveram fazer uma delicatessen, como as de Nova York, para vender comida judaica descomplicada. Em 1981, inauguraram uma portinha... Bom, essa história todo mundo já sabe, o Z-Deli se multiplicou em outros endereços, com o tempo elas desfizeram a parceria e, em 2011, Julio e um sócio, Bruno Mester, abriram a Z-Deli Sanduíches, em Pinheiros, com deliciosos hambúrgueres, pastrami e outros sandubas de alma judaica (a dupla tem jeito para o negócio... hoje são cinco unidades, além de uma padaria e o Z-Dogs, de cachorro quente).

No ano passado, eles voltaram a atenção para o endereço original, que estava longe do apogeu e, após ampla reforma, que avançou pelo vizinho, transformaram o lugar acanhado em belo restaurante. Quem está na cozinha é o talentoso Benê Souza, ex-Mani e ex-Virado.

O forte do cardápio são as entradas para compartilhar. Comece pelas alcachofras à judeia: são corações de alcachofra empanados e fritos, servidos com aioli, uma nuvem de queijo pecorino ralado, raspas de limão e hortelã (R$ 29). O quibe cru de atum é de raspar o prato, com o atum fresco batido na ponta da faca, temperado com sumac, servido com coalhada, cebola tostada e hortelã (R$ 53). Os varinikes são do tipo tradicional, recheados com batata e cebola e servidos com schmaltz, a gordura de galinha, e jus de ave (R$ 36).

O cardápio é extenso, tem algumas saladas, sanduíches e uma ala de pratos principais, entre eles prime rib com tutano, espinafre e batatas à la creme (R$ 188, para duas pessoas). Tem sempre um peixe assado e o schnitzel é feito com bife de chorizo (R$ 78). Na sobremesa, o cheesecake de mirtilo (R$ 38) disputa espaço com os profiteroles de creme com calda de chocolate (R$ 32) e a merengada (R$ 39, para duas pessoas). Agora a notícia ruim: com tanta demora para a reserva, o jeito é arriscar: chegar cedo, antes das 12h e antes das 19h. Por sorte, tem um balcão aberto para a rua, capaz de animar a espera. ●

Z-Deli
Alameda Lorena 1.689, Jardins.
Tel.: 3891-0020. 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e dom. 12h à 0h; 6ª e sáb., 12h à 1h

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA, COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS.

TER. Patrícia Ferraz, Sergio Martins (quinzenal) • QUA. Roberto DaMatta • QUI. Luciana Garbin (quinzenal), Patrícia Ferraz • SEX. Luiz Silvestre (quinzenal) e Maria Fernanda Rodrigues (quinzenal) • SAB. Alice Ferraz, Suzana Barelli • DOM. Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/4a9kq3g

Promessa solene em nome de algo sagrado
Ciência que estuda o direito e as leis
O sétimo planeta do sistema solar
Ressurgimento de uma doença
Bill (?), um dos criadores da Microsoft
(?) de baunilha: é feita com óleo de cravo
"Voz do povo, voz de Deus", em latim
Cavalo de (?), o presente dos gregos
Paredes de altura inferior
Taxa acrescida à poupança (sigla)
Corrida, em inglês
Parar, em inglês
Pasta (Pelil.)
"Ser (?) para leão": ser árduo
Corpo celeste como o Ceres
Adélia Prado, escritora brasileira
Calculável; presumível
Bebida supostamente miraculosa
Santiago de (?): é considerada a capital mundial da salsa
Experimentar
Maior ilha da Polinésia Francesa
"A (?)", filme de Clint Eastwood lançado em 2018
Cacoete; trejeito
A terceira nota musical
5, em algarismos romanos
Aniquilação
Carbono (símbolo)
Nor-noroeste (abrev.)
Estado referente à natureza do sonho
Tonico Pereira, ator
Sílaba de "cestaria"
Indicativo (abrev.)
Unidade de Terapia Intensiva (sigla)
Gramado de futebol (fig.)
(?) Lane, atriz
Cortei; triturei (com os dentes) → R O I

BANCO 4/cali — mula — race — stop. 5/diane.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.



Aprenda a **FAZER** essa tradicional e refrescante ~~**BEBIDA**~~ de origem **ESPANHOLA**. Anote o que **VOCÊ** vai precisar para prepará-la.

INGREDIENTES: uma lata de **LEITE** condensado, quatro colheres de xarope de **GROSELHA**, uma xícara de vinho **TINTO** seco, 700 ml de leite gelado, uma laranja, **CANELA** em pau, seis **MORANGOS**, uma maçã, gelo.

MODO de fazer: bata o leite, o **VINHO**, a groselha e o leite condensado com raspas da casca da **LARANJA** e um pouco de gelo. Depois, ponha o **LÍQUIDO** numa jarra e adicione morango, laranja e **MAÇÃ** picados, além da canela. Se preferir, coloque mais **GELO** ao servir. Rende oito **COPOS**.

L	S	G	C	Z	B	R	F	W	W
J	Ç	B	E	B	I	D	A	X	U
U	K	T	Ç	I	G	A	Z	N	P
J	O	C	Ç	E	T	I	E	L	T
K	W	J	X	O	V	Y	R	V	L
P	S	O	P	O	C	A	M	W	S
A	E	T	H	N	D	F	R	Z	O
I	T	T	T	D	F	O	Y	J	G
P	N	R	C	T	E	P	M	D	N
J	E	K	N	K	Ç	A	Q	P	A
U	I	M	U	Ç	Ç	H	P	U	R
I	D	L	S	Â	W	I	E	S	O
M	E	X	B	Ç	N	X	S	C	M
I	R	Ç	Y	S	A	E	P	A	L
L	G	E	Q	G	H	D	A	I	H
N	N	A	O	A	L	E	N	A	C
I	I	J	Y	F	E	Y	H	D	B
B	M	O	T	Z	S	A	O	P	W
C	Z	P	G	A	O	R	L	V	O
W	F	N	L	E	R	V	A	H	H
M	L	U	A	W	G	M	K	U	N
Q	O	Z	R	Z	V	E	W	V	I
U	D	K	A	Z	Y	W	L	R	V
H	I	M	N	D	I	C	W	O	L
G	U	S	J	O	Q	A	C	R	E
V	Q	J	A	U	Z	E	X	P	U
Q	I	P	Q	N	U	Ç	B	N	T
B	L	N	Y	K	O	T	N	I	T
O	C	O	I	B	L	P	D	G	M

© Revistas COQUETEL

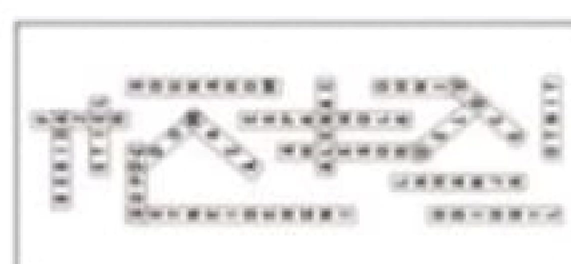
SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/40aNcen

Nível Médio

				2	1			4
1	2			4				
	7	9						
		8				9	1	
		3		6		5		
	4	2				3		
						4	9	
				9			5	8
5			4	3				

SOLUÇÕES





SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel

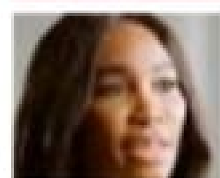


ASSINE AGORA!

— Premiação dos Grand Slams é alta, mas atletas reclamam; custos são grandes, alegam os organizadores

Briga sobre prêmios, um set sem fim





Reconhecimento às mulheres

Atualmente, Grand Slams pagam prêmios iguais a homens e mulheres graças à luta de tenistas como Venus Williams

MATTHEW FUTTERMAN
THE NEW YORK TIMES

Quatro vezes por ano, um dos torneios de tênis mais importantes e grandiosos do mundo divulga um anúncio repleto de cifrões e zeros com as palavras "prêmio recorde" destacadas.

Os quatro Grand Slams – o primeiro deles começou domingo, em Melbourne – são os pontos mais altos do calendário de tênis. Os jogadores do Aberto da Austrália de 2025 competirão por US$ 59 milhões (R$ 359,8 milhões) este ano – R$ 37,8 milhões a mais do que no ano passado. Em 2024, os quatro torneios pagaram mais de US$ 250 milhões (R$ 1.524,6 bilhão) entre eles, enquanto seus líderes passaram o ano se alinhando com os jogadores que tornam seus eventos imperdíveis, cuja gravidade atrai contratos de transmissão e patrocínios, com seus próprios cifrões e zeros.

Liderados pelo chefe do Aberto da Austrália, Craig Tiley, os Grand Slams comandam o movimento para uma chamada "turnê premium" que reduziria o sobrecarregado calendário e garantiria que os principais jogadores sempre estivessem nos mesmos eventos, quiçá nas mesmas zonas de tempo. Isso também bloquearia vastas áreas do globo do espetáculo mundial que o tênis representa.

A grande ironia é que, apesar da generosidade e da relação próxima, os jogadores recebem uma fatia menor do dinheiro nos Grand Slams do que na maior parte do restante daquela temporada agitada e sem-fim – e uma fração do que os melhores atletas de outros esportes coletam de seus eventos. A premiação do Aberto da Austrália corresponde a algo entre 15% e 20% do faturamento total da Tennis Australia, a organização que possui e realiza o torneio, o que representa quase toda a sua receita anual.

Os números exatos nos Abertos da França, Wimbledon e U.S. Open variam, mas essa divisão essencial é geralmente constante. O US Open de 2023 teve uma premiação de US$ 65 milhões (R$ 396,4 milhões) ante uma receita obtida do torneio que foi de pouco mais de US$ 514 milhões (R$ 3.134 bilhões), colocando o corte em cerca de 12%. O US Open representou pouco menos de 90% das receitas da USTA naquele ano.

As explicações dos Grand Slams, que coletivamente geram mais de US$ 1,5 bilhão (aproximadamente R$ 9.147 bilhões) por ano, são variadas. Eles precisam dedicar centenas de milhões de dólares todos os anos para o financiamento do desenvolvimento do tênis juvenil e de outros torneios menos lucrativos em suas respectivas nações – uma obrigação que as ligas profissionais de esportes não têm. Existe uma necessidade constante de atualizar suas instalações, na corrida silenciosa por prestígio e primazia, da qual a competição pelo aumento dos prêmios em dinheiro é apenas um elemento.

Essa dinâmica não passa despercebida pelos jogadores – muito menos por Novak Djokovic, o melhor jogador masculino da era moderna e cofundador da Associação dos Jogadores Profissionais de Tênis (PTPA), com cinco anos de existência.

Primeiro prêmio

No Aberto da França de 1968, em Roland Garros, o campeão, Ken Rosewall, ganhou pouco mais de US$ 3 mil

"Eu vou apenas declarar um fato", disse Djokovic durante uma coletiva de imprensa pós-jogo em Brisbane, no início do ano. "A divisão do bolo entre os órgãos governamentais nos principais esportes, todos os principais esportes americanos, como a NFL, NBA, beisebol, NHL, é de 50%. Talvez mais, talvez menos, mas em torno de 50%. A nossa é muito menor do que isso."

CRESCIMENTO. Desde 1968, o primeiro ano em que os quatro principais torneios ofereceram prêmios em dinheiro como parte da aceitação da Era Aberta por jogadores profissionais de tênis, as bolsas só cresceram. O Aberto da França de 1968 foi o primeiro a oferecer prêmio em dinheiro, com Ken Rosewall ganhando pouco mais de US$ 3 mil (R$ 18,2 mil) por derrotar Rod Laver na final. A campeã de simples feminino, Nancy Richey, ainda era jogadora amadora, portanto, não pôde reivindicar seu prêmio de US$ 1 mil (R$ 6,09 mil).

Até 1973, a pressão de Billie Jean King ajudou a convencer o Aberto dos EUA a igualar o prêmio em dinheiro para homens e mulheres ao longo dos torneios; demorou mais 28 anos para o Aberto da Austrália fazer o mesmo de forma consistente. A intervenção de Venus Williams ajudou a forçar o Aberto da França e Wimbledon a seguirem o exemplo em 2007.

Cinquenta anos depois do triunfo de Rosewall em Paris, o campeão masculino de 2018, Rafael Nadal, levou para casa US$ 2.350 milhões (R$ 14.331 milhões), um aumento de mais de 73 mil por cento. Os aumentos ano a ano em cada major são mais modestos, geralmente entre 10% e 12%, mas essa porcentagem da receita do torneio permanece firme, se não totalmente imóvel.

Os Grand Slams argumentam que há muitas bocas famintas em sua mesa, muito mais do que apenas os 128 jogadores que entram em cada chave de simples a cada ano.

"A Tennis Australia é uma organização sem fins lucrativos e um modelo de negócios construído com investimentos significativos para realizar o evento e promover o esporte para impulsionar o momento da receita e entregar prêmios em dinheiro consistentemente crescentes," disse Darren Pearce, o principal porta-voz da organização, em um comunicado na semana passada.

PRÊMIOS. O dinheiro do Aberto da Austrália também ajuda a financiar torneios em Brisbane, Adelaide e Hobart, assim como a United Cup, o evento combinado de homens e mulheres em Perth e Sydney. Pearce disse que os aumentos nos prêmios em dinheiro superam o crescimento da receita.

Os Grand Slams também apontam para os milhões de dólares que gastam com viagens de jogadores, habitação, transporte e refeições durante os torneios, embora atletas de esportes coletivos também recebam isso. Eloise Tyson, porta-voz do All England Lawn Tennis Club, que organiza Wimbledon, observou que o prêmio em dinheiro total dos Grand Slams aumentou de US$ 209 milhões (R$ 1.274,5 bi) em 2022 para US$ 254 milhões (R$ 1.549 bi) no ano passado, aumento de 22%.

"Além de aumentar nossa compensação financeira para os jogadores ano após ano, continuamos a fazer investimentos significativos nas instalações e serviços disponíveis para os jogadores e suas equipes nos campeonatos", Tyson⊝

DAVID GRAY/AFP



Novak Djokovic, um dos mais bem remunerados do tênis, entende que os jogadores devem ser mais valorizados

CORINNE DUBREUIL/ATP TOUR



Rafael Nadal ganhou vários prêmios milionários em Grand Slams

Na conta

US$ 185,5 mi, cerca de R$ 1.120 bilhão, é a premiação bruta de Novak Djokovic, segundo a ATP. É o tenista mais bem remunerado do circuito

US$ 134,9 mi recebeu ao longo de sua carreira o espanhol Rafael Nadal (R$ 847,7 milhões)

US$ 847,1 mil já ganhou João Fonseca no circuito (R$ 5,1 milhões). A ATP não contabilizou os US$ 207,6 mil (R$ 1.253 milhão) garantidos no Aberto da Austrália

escreveu em um e-mail.

Funcionários da Federação de Tênis da França (FFT), que é dona do Roland Garros, não responderam a um pedido de comentário.

Brendan McIntyre, um porta-voz da Associação de Tênis dos Estados Unidos, que controla o US Open, divulgou um comunicado esta semana destacando o orgulho da USTA por sua liderança na premiação de jogadores, incluindo oferecer prêmios em dinheiro iguais e a maior bolsa combinada da história do tênis no US Open de 2024. Uma saída na primeira rodada rendeu US$ 100 mil (R$ 609,8 mil), um aumento de 72% desde 2019. Apenas entrar no sorteio de qualificação valia US$ 25 mil (R$ 152,4 mil).

"Como o órgão de governança nacional do tênis nos EUA, temos uma obrigação financeira mais ampla com o esporte como um todo," disse a organização. "A missão da USTA é expandir o tênis em todos os níveis, tanto nos EUA quanto globalmente, e tornar o esporte acessível a todos os indivíduos para inspirar pessoas e comunidades mais saudáveis."

Nenhuma das organizações delineou uma fórmula específica para determinar a quantidade de premiação em dinheiro que eles oferecem a cada ano, que é aproximadamente a mesma em porcentagem das receitas gerais de suas organizações-mãe. Isso pode ser uma coincidência.

IRONIA FINANCEIRA. A declaração da USTA mostra como a estrutura do tênis contribui para essa ironia financeira. No futebol, países e cidades disputam para sediar as finais da Liga dos Campeões e da Copa do Mundo; as Olimpíadas mudam a cada quatro anos e até o Super Bowl na NFL circula pelos Estados Unidos, com cidades e franquias tentando superar uma à outra.

Os quatro Grand Slams, no entanto, são os quatro Grand Slams. Há boas razões para isso além do prestígio: a infraestrutura, tanto física quanto aprendida, necessária para sediar um evento de duas ou três semanas na escala de um "major" ano após ano, está disponível para um número incrivelmente pequeno de instalações de tênis ao redor do mundo. Não há oportunidade para outra organização ou evento licitar para substituir um dos Grand Slams oferecendo uma bolsa mais rica ou outras comodidades.

Essa dinâmica está em vigor há anos e se tornou mais importante nos últimos meses. A PTPA, a associação dos jogadores, contratou um grupo de advogados antitruste para avaliar a estrutura do tênis. Eles estão compilando um relatório sobre se o esporte inclui elementos que são anticompetitivos, preparando-se para um possível litígio com o potencial de remodelar o esporte.

As turnês ATP e WTA bem como as finais de encerramento de temporada, dão aos jogadores uma parcela maior da receita. Há algum desacordo entre jogadores e oficiais sobre quanto é e os métodos de contabilização; algumas estimativas de jogadores giram em torno de 25%, enquanto as estimativas das turnês podem estar na faixa de 40%.

No ATP Tour, os nove torneios de nível 1000 têm um acordo de participação nos lucros que, além do prêmio em dinheiro, dá aos jogadores 50% dos lucros sob uma fórmula de contabilidade acertada que reserva certas receitas e subtrai certos custos, incluindo investimentos que os torneios fazem em suas instalações.

A WTA não tem tal acordo. Ela delineia uma fórmula de prêmio em dinheiro complexa em seu livro de regras com páginas de exceções, não baseada em uma participação garantida das receitas gerais.

As turnês argumentaram que, porque os pagamentos de direitos de mídia constituem uma porcentagem menor das receitas do que nos Grand Slams, e porque os custos de realização de torneios são tão altos, uma participação de receita de 50-50 simplesmente criaria alguns torneios deficitários e tornaria o tênis insustentável como esporte.

James Quinn, um dos advogados antitruste contratados pela PTPA, disse que viu sérios problemas com o modelo, descrevendo uma estrutura que impede a competição de torneios rivais.

STATUS. Alguns eventos fora do programa de 52 semanas de torneios – que veem os jogadores ganhar pontos de ranking, bem como dinheiro – têm status oficial. Mas o restante, como o Six Kings Slam em Riad, que estreou este ano e ofereceu um prêmio recorde em dinheiro de mais de US$ 6 milhões (R$ 36,5 milhões) ao vencedor, não são sancionados, por enquanto fornecendo apenas uma forma periférica de competição ao controle dos órgãos dirigentes do esporte.

Os Grand Slams, a ATP e a WTA insistem que isso é para o melhor. Eles se veem como zeladores do esporte global tentando trazer alguma ordem onde o caos poderia reinar de outra forma.

Djokovic não discorda totalmente. Entende que o tênis é diferente da NBA. Ele liderou o Conselho de Jogadores na ATP, que representa profissionais masculinos, e viu como as coisas são feitas e quão complicado é com tantos torneios de todas as formas e tamanhos em tantos países. No final, ele ainda acha que os jogadores merecem mais do que um corte de 20%, especialmente porque os Grand Slams não fazem os tipos de contribuições para os planos de pensão dos jogadores ou para os bônus de final de ano que a ATP faz, nem oferecem o suporte durante todo o ano que a WTA oferece.

"Não é fácil reunir todo mundo na mesma sala e dizer, 'Ok, vamos concordar com uma certa porcentagem'", disse ele. "Existem tantas camadas diferentes do prêmio em dinheiro que você precisa analisar. Não é tão simples." ●

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL

COMPANHIA DE MESA



Ottolenghi com a edição inglesa do livro, ao lado das companheiras de fogão Verena (à esquerda), Helen Goh e Tara Wigley

Yotam Ottolenghi e Verena Lochmuller

‘Nostalgia’ junta memórias e sabores da comida caseira

Livro da dupla, que sai em março, reúne pratos ‘que amamos repetir e nos levam ao conforto do lar’

ENTREVISTA

Chef e autor do livro, Ottolenghi já lançou vários best-sellers, faz programas culinários na TV e comanda uma coluna no ‘Guardian’

CHRIS CAMPOS

As receitas de Yotam Ottolenghi têm perfumes e sabores do Oriente Médio. O chef, nascido em Jerusalém, vive atualmente em Londres, onde capitaneia uma rede de restaurantes que leva seu nome.

Ottolenghi é também apresentador de TV, em programas que ensinam receitas reconfortantes feitas essencialmente com vegetais e muitas especiarias – e assina uma coluna no jornal londrino *The Guardian*. Seus livros de receitas são best-sellers. O mais recente deles, *Confort*, foi lançado mundialmente em novembro do ano passado. No Brasil, ele sai com o título *Nostalgia*, que diz muito sobre o conteúdo: receitas de conforto, que despertam memórias afetivas e sabores da infância.

O livro entrou em pré-venda ontem, quarta-feira, pela Companhia de Mesa – e o lançamento oficial será em março. Confira, abaixo, a entrevista que o autor concedeu com exclusividade no Brasil ao *Paladar*, ao lado de uma das coautoras do livro, a também chef Verena Lochmuller.

O livro foi lançado mundialmente com o título *Confort*. Aqui no Brasil ele sai como *Nostalgia*. O que seria uma comida nostálgica para vocês?

Yotam: Almôndegas de frango com batatas e limão. Meus pais faziam muito esse prato quando eu era criança. Tanto fazia se o prato fosse servido com caldo ou sobre uma caminha de arroz.

Verena: Com certeza o café da tarde nos fins de semana. É um hábito na Alemanha. Tenho muitas boas lembranças do aroma do café invadindo a cozinha e um bolo maravilhoso orgulhosamente exibido sobre a mesa ao lado de um grande pote de creme fresco batido.

Como foi o processo de seleção das receitas levando em consideração as memórias afetivas do time de autores?

Yotam: Para uma receita entrar no livro ela é testada incontáveis vezes e todos precisam amar e ter vontade de repetir. Meu papel, acredite ou não, é revisar cada uma das receitas, questionar a necessidade real de cada um dos ingredientes. Um livro de receitas, afinal, é mais do que uma coleção de receitas: o livro tem de contar uma história que também deve incluir toda sorte de bases, grupos alimentares e preferências gastronômicas.

Quanto tempo gastaram nessa pesquisa até o lançamento mundial do livro, em novembro de 2024?

Yotam: *Nostalgia* demorou mais tempo que meus livros anteriores para ficar pronto, mas isso não foi ruim. Sabíamos desde o início as sensações que queríamos que o livro despertasse no leitor: um livro com muitas receitas que amamos comer, que nos remetesse ao conforto do lar. Ao mesmo tempo, o livro precisaria ter um apelo mundial no que diz respeito aos ingredientes e à seleção de receitas. Foi um desafio.

“Para uma receita entrar no livro ela é testada incontáveis vezes e todos precisam amar e ter vontade de repetir”
Yotam Ottolenghi
Chef

“Preparar uma mesa bonita é respeitar o prato servido. Respeito com o alimento e com quem preparou”
Verena Lochmuller
Chef, coautora do livro

Qual é a comida de conforto favorita de vocês?

Yotam: Depende muito da estação do ano. Uma porção refrescante de noodles em um dia quente de verão pode ser tão reconfortante quanto um purê de batatas quentinho em uma noite fria de inverno. A comida favorita de conforto pode ser traduzida como a comida certa para a hora certa.

Verena: Para mim, é uma porção de kohlrabi, vegetal da família do repolho comum na Alemanha. Minha mãe fazia, até hoje é meu vegetal favorito. Tem uma receita no livro de kohlrabi grelhado com manteiga e servido com nata e jalapeño.

Têm alguma familiaridade com a comida brasileira?

Yotam: Ixta Belfrage, coautor do livro *Sabor*, é bastante influenciado pela cozinha brasileira. Aprendemos muito com ele. Adoro especialmente pirão. Também já passaram pelos meus restaurantes muitos chefs brasileiros. Feijoada é a favorita da brigada da cozinha.

Verena: Amo pão de queijo! Tem uma textura tão deliciosa que é praticamente impossível parar de comer.

Qual receita brasileira escolheriam para este livro?

Yotam: Acho que seria o pirão: a textura da farinha de mandioca misturada ao caldo quente é a própria definição de comida de conforto.

Verena: Pão de queijo, com certeza!

Acreditam que o cenário criado para uma refeição interfere no sabor dos pratos e nas sensações despertadas pela comida?

Yotam: Sim! A maneira como uma refeição é servida ou degustada é parte da experiência. O tipo de iluminação à mesa, a louça, a maneira como a comida é apresentada, tudo isso faz parte do processo de servir e provar uma refeição. Particularmente, adoramos refeições que podem ser compartilhadas, provadas aos bocados por todos à mesa.

Verena: Preparar uma mesa bonita é respeitar a comida servida. Respeito com o alimento e com as pessoa que o prepararam para você.

No Brasil temos uma expressão que diz: “Beleza não se põe à mesa”, que pode ser traduzida como não basta ser apenas belo, é preciso ter qualidade. Essa máxima vale para a comida que colocamos à mesa?

Yotam: Concordo que é preciso ir além da beleza dos pratos, ela não é suficiente. A comida precisa ser bem elaborada, mas isso não significa que ela seja complicada. É possível trabalhar com capricho uma sopinha no jantar ou uma porção de ovos mexidos para o café da manhã, por exemplo.

“Quero drama na minha boca” é uma frase sua: quais ingredientes podem transformar um jantar ordinário em uma experiência extraordinária?

Yotam: Sim, uso muito essa frase. Não preciso que cada mordida seja espetacular, mas é preciso incluir na receita algum sabor surpreendente. Cítricos costumam suprir essa função. Assim como especiarias. Gosto muito de sumagre (*tempero muito usado no Oriente Médio, de sabor cítrico que lembra um mix de páprica com limão*), tanto pelo sabor cítrico quanto pela cor dramática que confere aos pratos. Xarope de romã é outro ingrediente com efeito-surpresa em um prato. Há tantos ingredientes bons para surpreender o paladar: pimenta Aleppo, tahine, um azeite de oliva de qualidade... Acho que meu grande segredo está nas dezenas de potes de condimentos, pastas e molhos que mantenho na minha despensa.

Seus livros são best-sellers, seus restaurantes e programas de TV, sucessos de público. Como consegue manter a qualidade de cada um dos produtos?

Yotam: Ao mesmo tempo que são frentes diversas, que envolvem muitas pessoas talentosas, tudo gira em torno do alimento que comemos e ou fazemos para quem gostamos. A comida precisa estar sempre deliciosa, seja em um prato servido nos meus restaurantes ou apenas na receita de um livro. Esse é o critério que garante a qualidade. E, claro, manter-se curioso o tempo todo! ●

Eufrázio

LINK
Especial CES 2025

O ESTADO DE S. PAULO
QUINTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2025



DESTAQUE O CADERNO LINK (D1 A D4)



ERIC DERVAUX/AFP

D2 **AGI.** Yann LeCun questiona criação de superinteligência artificial pela OpenAI

IAN MAULE / AFP



Visitantes da CES caminham pelos pavilhões para descobrir novidades em eletrônicos de consumo, componentes tecnológicos e tendências que parecem saídas de filmes

Maior evento de tecnologia do mundo exibe janelas para o futuro

Consumer Electronics Show mostra que a inteligência artificial transbordou para outros eletrônicos e deve encontrar sua próxima fronteira em robôs supersofisticados

O ano da tecnologia só começa depois que a Consumer Electronics Show (CES) tem início. O evento que acontece anualmente em janeiro na cidade de Las Vegas (EUA) é um farol de tendências não apenas para o restante do ano, mas para o futuro próximo.

Neste ano, mais de 141 mil visitantes, 4,5 mil expositores e 6 mil jornalistas estiveram na cidade americana entre 7 e 10 e janeiro para descobrir o que nos aguarda – o **Estadão** também esteve nos pavilhões e cassinos onde startups e marcas gigantes disputavam atenção.

Por lá, ficou claro que inteligência artificial (IA) extrapolou o smartphone e o PC: eletroeletrônicos turbinados por algoritmos estão na moda, incluindo aparelhos de TV, que agora contam com chatbots espertos, como o ChatGPT.

Sistemas inteligentes também devem alimentar robôs, nos aproximando de um cenário futurista, onde interações entre homens e máquinas será natural. Esse foi um dos principais assuntos trazidos por uma das estrelas da CES 2025: Jensen Huang, CEO da Nvidia, principal produtoras de chips de IA do mundo. Entre os anúncios feitos por ele está o do Cosmos, um modelo de IA que ajuda a treinar robôs para compreenderem o mundo físico.

Porém, nem todo mundo se empolgou. Yann LeCun, cientista-chefe da Meta e um dos principais nomes da história da IA, esteve em Las Vegas e criticou o desenvolvimento da tecnologia pela OpenAI.

Outras disputas também estiveram na feira, como a de fabricantes de chips de IA e a de companhias chinesas buscando espaço antes do início do governo Trump. ● BRUNO ROMANI

Robótica

A 'Era dos Robôs': feira indica mundo futurista mais próximo

CES deixou claro: você ainda vai interagir e ter robôs parecidos com os de filmes de ficção científica

BRUNA ARIMATHEA
ENVIADA ESPECIAL A LAS VEGAS

PATRICK T. FALLON / AFP



Mirokai, da startup francesa The Enchanted Tools, pode trabalhar no atendimento de restaurantes

Todo ano a Consumer Electronics Show (CES), principal feira de tecnologia do mundo, fica repleta deles: robôs fofinhos, assistentes que carregam bandejas e máquinas tão realistas que parecem humanas. Mas, em 2025, o evento mostrou que o mundo onde humanos coexistem com eles está bem próximo – claro, com um grande empurrão da inteligência artificial (IA).

Jensen Huang, CEO da Nvidia e uma das estrelas da feira, afirmou em sua apresentação que a era dos robôs é o próximo passo na evolução da IA. "O momento do ChatGPT para a robótica está chegando. Será a maior tecnologia que o mundo já viu", disse.

A gigante anunciou um projeto chamado GRooT Blueprint, uma modalidade de IA que se baseia no aprendizado por repetição. É um software que pode treinar máquinas com base de dados de vídeos, por exemplo, e que consegue corrigir seus movimentos.

Além disso, a Nvidia revelou o Cosmos, um modelo de fundação que ajuda robôs a entenderem melhor o mundo físico. Ele servirá como o GPT funciona para o ChatGPT. Ou seja, é o cérebro por trás de máquinas inteligentes.

Caso a explosão dos robôs se confirme, a Nvidia poderá surfar outra onda gigante de valorização. A companhia foi a grande protagonista de 2024, encerrando o ano como a segunda empresa de tecnologia mais valiosa do mundo, avaliada em US$ 3,4 trilhões.

VARIEDADE. Enquanto máquinas sofisticadas, como as de filmes, ainda não chegaram, a CES exibiu muitos exemplares de equipamentos, que deixam poucas dúvidas de que você ainda vai ter um robô.

É muito fácil avistar um deles no pavilhão, basta seguir as pessoas se amontoando com celulares. Esse era o cenário no estande da Enchanted Tools, empresa francesa que criou o Mirokai, um robô parecido com uma raposa, que interage por voz e movimentos e que pode trabalhar em hospitais, restaurantes e hotéis.

Já o Tombot entra na categoria pets fofinhos: um cachorrinho que responde ao toque com sons e movimentos. Ou o Mi-Mo, que parece uma mesa com uma luminária mas, na verdade, se mexe e anda com uma câmera que segue o dono.

Para Huang, porém, é o segmento de robôs humanoides que deve evoluir nos próximos anos. Em sua apresentação, o CEO executivo apareceu em frente a um telão com vários modelos que imitam a anatomia humana para fazer tarefas de força, agilidade e habilidade com as mãos – curiosamente, o TeslaBot, proposto por Elon Musk, não estava presente.

ABBIE PARR/AP



ABBIE PARR/AP



Aria, da Realbotix, imita pele e cabelos humanos e opera com uma IA; H1, da chinesa Unitree, mapeia o ambiente para se movimentar

Segundo o executivo, três tipos de robôs caminham para se tornar tendência: agentes de IA, carros autônomos e os humanoides.

"O motivo pelo qual a robótica geral é tão importante é que, enquanto os robôs com esteiras e rodas exigem ambientes especiais para acomodá-los, podemos fabricar modelos que não exigem *greenfield* (que sejam iniciados do zero)", explicou Huang. "Poderíamos implantá-los no mundo que construímos para nós".

O Apollo, da Apptronics, representa o que Huang quer dizer. O robô com corpo e articulações que lembram um ser humano já consegue fazer movimentos suaves e sutis, diferentemente de modelos que ainda sofrem para simular a complexidade dos membros. Com previsão de início de fabricação em março deste ano, o Apollo também vai contar com IA.

Cérebro

Modelos de IA para ensinar máquinas a navegarem pelo mundo físico são nova aposta tecnológica

Já a Aria, da Realbotix, imita a fisionomia humana. O modelo tem cabelos, um revestimento que simula pele e pode interagir por voz e movimentos. Equipado com uma IA semelhante ao ChatGPT, a Aria ainda pode responder perguntas e conversar com o usuário.

Outro sinal de que os robôs estão mesmo próximos foi o lançamento da Ballie, uma bolinha mecânica da Samsung, anunciada pela primeira vez na CES de 2020. O robozinho, que lembra o BB-8, da saga *Star Wars*, tem câmeras e sensores que podem escanear a casa e detectar movimentos. Uma das propostas da Ballie é ser uma espécie de babá de pets.

Ele deve chegar ao mercado no primeiro semestre de 2025.

A REPÓRTER VIAJOU A CONVITE DA CONSUMER TECHNOLOGY ASSOCIATION

'Ideia de super IA da OpenAI é uma loucura', diz cientista-chefe da Meta

Dois dos maiores nomes da inteligência artificial (IA) da atualidade estão em desacordo sobre o que poderá ser a próxima evolução na tecnologia. Na CES, Yann LeCun, cientista-chefe de IA da Meta, afirmou que não teremos uma inteligência artificial geral (AGI, na sigla em inglês), em um futuro próximo e que afirmação de Sam Altman, CEO da OpenAI, de que já sabe como construir a tecnologia é "loucura".

Altman afirmou em seu blog que a OpenAI já teria conhecimento para construir uma AGI, um tipo de IA com capacidade cognitiva supostamente superior à humana.

LeCun criticou a postura do executivo, afirmando que a definição de AGI pode variar. O cientista considera simplório igualar o conceito ao nível de inteligência humana.

"Acho que é uma definição terrível", explicou o cientista. "Não gosto da expressão AGI porque as pessoas a usam para designar uma inteligência que está no nível da inteligência humana, mas a inteligência humana é muito especializada. Achamos que temos uma inteligência geral, mas não temos. Somos superespecializados, portanto, a frase sobre AGI (de Altman) é loucura".

CES



Yann LeCun falou sobre IA e regulação durante a CES 2025

O cientista acredita que a capacidade de uma IA de superar o conhecimento humano em algumas tarefas não é a mesma coisa que atingir um nível humano de inteligência – ele argumenta que a inteligência humana é muito mais complexa do que apenas trabalhar com lógica e raciocínio.

Ao se referir sobre testes que tentam avaliar máquinas com supostas capacidades humanas, ele disse: "As pessoas estão cometendo os mesmos erros há 70 anos".

REGULAÇÃO. O chefe de IA da Meta também acredita que a regulação da IA deve ser válida apenas para a camada de aplicação da tecnologia e não no desenvolvimento dos modelos. A empresa de Mark Zuckerberg é dona de um dos modelos mais famosos, o Llama.

Para LeCun, regular o processo de pesquisa e desenvolvimento dessas ferramentas é um risco para a autonomia de criação das empresas. Já sobre o novo posicionamento da gigante em relação à moderação de conteúdo, o cientista não comentou. ● B.A.

Eufrázio

Além da imagem

TVs também entram na onda dos chatbots com inteligência artificial

Televisores apostam na interação com assistentes de IA, parecidos com o ChatGPT, na busca por novos atrativos

Há alguns anos, televisões já usam inteligência artificial (IA) para ajustar imagens e sons por meio de algoritmos. Porém, na edição deste ano da Consumer Electronics Show (CES), principal feira de tecnologia do mundo, as TVs entraram também na era do ChatGPT. Ou seja, aparelhos com chatbot espertos se tornarão tão naturais quanto os sistemas operacionais das smartTV de hoje.

Três das maiores fabricantes de TV da feira abraçaram a ideia: LG, TCL e Samsung anunciaram que os usuários vão poder conversar com a TV e dar comandos semelhantes aos que fazem nos smartphones e computadores.

As TVs vão ganhar assistência de robôs de conversação como o Copilot, da Microsoft, ou o Gemini, do Google. Agora, será possível dar comandos para o aparelho, na maioria das vezes por voz, descrevendo algum filme ou pedindo especificamente por um programa.

O processamento de linguagem natural vai permitir que as TVs interpretem o que foi dito pelo usuário, procure na base de dados os conteúdos que tenham compatibilidade com a descrição e apresentar os resultados na tela, com a plataforma na qual o filme ou a série está disponível.

"Um dos grandes problemas das TVs inteligentes é que as pessoas estão no sofá com o controle remoto, então como se dá o comando para a TV? A questão do chat por voz é fundamental"
Eduardo Pellanda
Professor da PUC-RS

Para Eduardo Pellanda, professor da PUC-RS, essa nova onda de chatbots na TV pode resolver um problema há muito tempo enfrentado pela indústria: a complexidade na navegação do aparelho, especialmente com o aumento na diversidade de canais e de plataformas de streaming disponibilizadas nos últimos anos.

"Um dos grandes problemas das TVs inteligentes é que as pessoas estão no sofá com o controle remoto, então como se dá o comando para a TV? A questão do chat por voz é fundamental", diz ele. "Já tiveram várias tentativas de colocar, por exemplo, controles remotos com teclados acoplados, mas nunca deu certo", conta.

Na LG, essas ferramentas vão estar disponíveis na linha Evo ainda neste ano. A Samsung uniu o Copilot com o Vision AI, um sistema que vai estar em suas TVs 8K e vai ser capaz de fazer tradução ao vivo, pesquisa e otimização de imagens, além de entender comandos para encontrar conteúdos personalizados.

Já nas TVs da TCL, o chatbot escolhido foi o Gemini. Com isso, a interação vai ser um pouco menos relacionada ao conteúdo e mais voltada para pesquisas que transformam o aparelho em um smart hub.

Será possível exibir informações em uma tela de descanso como tarefas do dia, temperatura e condições de dispositivos de casa conectada.

A atualização pode ajudar os fabricantes a venderem um atrativo mais óbvio para os consumidores. O avanço nas tecnologias de painel – QLed, miniLed, Oled e tantas outras – pode tornar difícil notar o ganho entre aparelhos.

"A gente chegou em um patamar que as TVs são fantásticas em termos de imagem, mas é muito difícil convencer as pessoas a ter um upgrade", diz Pellanda. ● BRUNA ARIMATHEA

IAN MAULE / AFP



ABBIE PARR/AP



TCL/DIVULGAÇÃO



Visitantes no estande da Samsung (E) na CES encontram TVs e eletrodomésticos com IA; LG (acima) e TCL também mostraram televisores com chatbots espertos integrados

CEO da Nvidia não vê limites para boom da IA

Jensen Huang, CEO da Nvidia, acredita que não há barreiras para o crescimento da inteligência artificial (IA). Uma das estrelas da CES, o executivo falou com o **Estadão** em uma sessão de perguntas e respostas sobre a empresa.

Para Huang, uma prova de que a expansão da IA não encontra barreiras é o fato de as máquinas já estarem ultrapassando os testes usados para medir a inteligência de sistemas – por trás disso estão os chips que tornaram a Nvidia em uma das principais empresas do mundo.

"Eu não vejo nenhuma razão física para que não possamos continuar a avançar na computação, então acho que a IA vai progredir muito rapidamente", afirmou Huang, ao ser perguntado pela reportagem sobre o crescimento da IA.

O executivo disse que o desenvolvimento dos chips da empresa já estão mais rápidos do que uma conhecida teoria do mundo da computação, a Lei de Moore.

O conceito foi estabelecido em 1965 por um dos cofundadores da Intel, Gordon Moore. Na época, o executivo previu que o número de transistores em um chip dobraria a cada dois anos. Isso significa que, a cada ciclo, esses chips se tornaram mais eficientes, com maior capacidade de trabalho e menor custo de produção.

"Nossos sistemas estão progredindo muito mais rápido do que a Lei de Moore. Podemos criar a arquitetura, o chip, o sistema, as bibliotecas e os algoritmos", disse Huang em uma entrevista ao site *TechCrunch*. "Se você faz isso, pode avançar mais rápido do que a Lei de Moore, porque poderá inovar em toda a cadeia".

"Como podemos otimizar todo o sistema, o desempenho que podemos obter é muito mais do que apenas transistores", disse o CEO ao **Estadão**.

BRIDGET BENNETT/BLOOMBERG



Huang disse que evolução da IA não encontra limites nos chips

No evento, a Nvidia anunciou uma nova família de processadores RTX, além de mostrar o novo processador Blackwell, GPU que pode processar protótipos e ajustes finos em modelos de linguagem. A Nvidia tem, hoje, mais de 80% do mercado de processadores de IA.

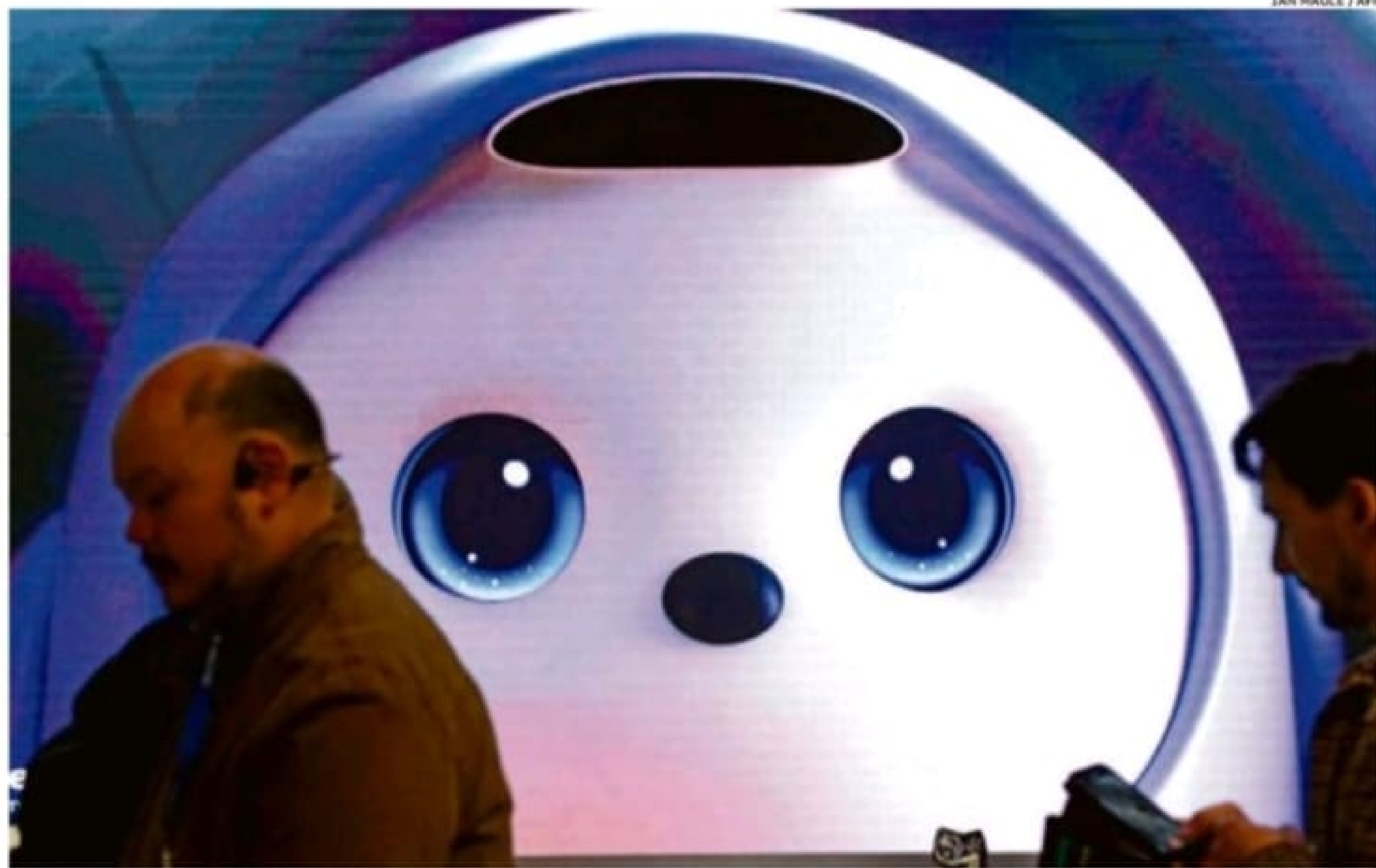
"Não há limites físicos que eu conheça. Uma das razões pelas quais conseguimos avançar tanto foi construir tudo de maneira integrada", explicou. "Se isso tivesse que ser feito por 20 empresas diferentes, e tivéssemos que integrá-las juntas, o tempo seria mais longo". ● BRUNA ARIMATHEA

Eufrázio

Disputa global

China tenta entrar em 'território inimigo' antes do governo Trump

IAN MAULE / AFP



TCL, que apresentou o robozinho AI MI, foi um dos mil expositores chineses que estiveram presentes na CES antes do governo Trump

Empresas do país asiático tentam conquistar clientes antes de regras mais duras prometidas pelo governo republicano

O sucesso das empresas de tecnologia chinesas sempre passou pelos EUA. Mas o iminente segundo mandato de Donald Trump pode mudar a forma como essas companhias fazem negócios – e a CES pode ter sido a última tentativa das marcas chinesas conquistarem espaço em "território inimigo" antes de uma guinada que promete endurecer o ambiente para o setor tecnológico do país asiático.

A feira contou com presença de grandes nomes da indústria chinesa, como TCL, Hisense, Lenovo, BYD e GWM. Mais de mil expositores do país fizeram parte do evento, segundo o *Global Times*.

A ameaça de Trump é grande. O republicano, cujo mandato se inicia em 20 de janeiro, tem afirmado que pretende taxar a entrada de produtos chineses nos EUA em até 60%, além de cortar incentivos para setores em que a China tem uma forte participação no país, como carros elétricos.

Segundo Trump, os subsídios para esse tipo de veículo têm beneficiado montadoras chinesas, como a BYD, a invadir o mercado americano, já que fabricantes locais, como GM e Ford não conseguem desenvolver uma frota suficientemente grande. Com isso, o incentivo ao setor deve cair.

O presidente eleito também incentiva a atualização com frequência da lista de empresas banidas dos EUA, alegando que elas possuem laços com o governo chinês. Na terça-feira, 7, por exemplo, a gigante de tecnologia chinesa Tencent e a companhia de IA SenseTime foram incluídas na lista.

Assim, as empresas chinesas usaram a CES para tentar conquistar clientes antes da virada de chave. "Estamos preocupados com a política governamental de Trump, mas achamos que ela pode não durar muito tempo", disse Mekia Yang, da startup Jitlife, uma empresa que fabrica malas inteligentes. "Trump pode agir com firmeza no início, mas depois pode mudar, porque haverá alguma pressão doméstica", afirmou à agência AFP.

Cenário
Trump prometeu tarifas de até 60% em produtos chineses e EUA já baniram gigantes do país

A TCL, por exemplo, mostrou não apenas novas TVs, mas surgiu com o AI MI, um robozinho turbinado por IA.

A Zeekr chamou a atenção ao apresentar um carro elétrico que mais parecia um supercomputador, com telas em alta definição e com quase 1,3 mil cavalos de potência em uma bateria de 100 kWh.

A Unitree, dona do H1, um robô que é três vezes mais rápido que concorrentes americanos, também esteve presente e fechou parceria com a Nvidia para usar o Cosmos, IA para treinar robôs. Outras cinco empresas chinesas que fabricam robôs também já acertaram a fabricante de chips.

EFEITO. Um sinal de que as coisas já estão mudando foi a ausência de duas das principais fabricantes de eletrônicos da China: Huawei e Xiaomi. A Huawei sofre, há alguns anos, com a proibição americana.

Já a Xiaomi pode ter decidido focar em outra feira, a Mobile World Congress (MWC), voltada para celulares, que acontece em Barcelona, na Espanha. Apesar do grande foco em telefones, a empresa também tem uma linha de produtos domésticos e esteve presente na CES em outros anos.

No entanto, para o CEO da Consumer Technology Association, Gary Shapiro, é impossível que o próximo governo americano coloque em prática tudo o que tem dito sobre os produtos da China.

"É como estar preocupado com o tempo: todos falam a respeito, mas ninguém sabe o que fazer", afirmou Shapiro. "Se você tiver o tipo de tarifa que o presidente Trump estava falando, nós teremos uma grande depressão".

O executivo ainda ressaltou que um possível bloqueio de tecnologia chinesa no país pode ter resultados negativos para os próprios americanos.

"Se os países perceberem que estamos colocando tarifas nos produtos eles vão retaliar. Isso é algo perigoso não só para os americanos, mas para toda a inovação". ● B.A.

Guerra dos chips de IA ganha nova trincheira na feira

A inteligência artificial (IA) não estaria tão desenvolvida se não fossem os processadores que permitem que diversos programas deem vida à tecnologia. E enquanto a Nvidia se mantém como líder do mercado, a edição deste ano da CES, mostrou uma nova trincheira na guerra dos chips para IA.

Durante o evento, Nvidia, Intel, AMD e Qualcomm apresentaram um total de 15 novos chips, mirando nas várias demandas de IA. O destaque de fabricantes de componentes é um desfile pouco comum para uma feira que sempre foi palco de eletrônicos de consumo.

E existe um motivo para a disputa ser tão acirrada: a IA nunca cresceu tanto como agora. As demandas por chips estão em alta e empresas como Meta, Google e Microsoft ainda não conseguem sustentar a sua tecnologia apenas com os chips que produzem.

"A cada dois meses você vê novos recursos sendo explorados. Espero que essa tendência continue porque há muito potencial, seja para melhorar a qualidade de vida, reduzir custos, há muitas coisas que podem ser feitas com isso", afirmou Jason Banta, vice-presidente da AMD, ao **Estadão**.

IAN MAULE / AFP



The Regulus, um dos vários chips de IA exibidos no evento

Ainda é impossível comparar empresas do setor com a Nvidia, que hoje possui uma fatia que chega aos US$ 113 bilhões, de acordo com a consultoria financeira Arbor Capital. Isso representa mais de 80% do mercado de chips de IA.

Mas outros segmentos estão surgindo para tentar ocupar o mercado. O setor chamado AI PC, que leva chips especializados para dispositivos pessoais, ganhou força. AMD, Intel e Qualcomm anunciaram componentes do tipo.

Fabricantes como HP, Dell, Asus e Lenovo já procuram essas empresas para equipar seus próprios computadores.

Além disso, as fabricantes de chips miram investimentos previstos por governos de todo o mundo. A União Europeia tem plano de US$ 46,3 bilhões para expandir a capacidade de fabricação local de chips. A Índia aprovou investimentos de US$ 15,2 bilhões em fábricas de semicondutores. O Japão vai investir US$ 25,3 bilhões. Nos EUA, mais de 600 empresas estão de olho num programa do governo que vai investir US$ 39 bilhões na produção local de chips. E a China tem um plano de US$ 142 bilhões de investimentos no setor. ● B.A.